

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS CAMPUS ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SÓCIO-
ECONÔMICAS E HUMANAS MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO,
LINGUAGEM E TECNOLOGIAS

**PRÁTICAS SOCIAIS E IDENTIDADES PROFISSIONAIS DE MULHERES
ENGENHEIRAS: PROBLEMATIZANDO GÊNERO E RESISTÊNCIA FEMININA
NAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

Helen Cristina Dias da Silva Lemes

Anápolis-GO

2020

HELEN CRISTINA DIAS DA SILVA LEMES

**PRÁTICAS SOCIAIS E IDENTIDADES PROFISSIONAIS DE MULHERES
ENGENHEIRAS: PROBLEMATIZANDO GÊNERO E RESISTÊNCIA FEMININA
NAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Educação, Linguagem e Tecnologias.

Área de concentração: Processos Educativos, Linguagem e Tecnologias.

Linha de pesquisa: Linguagem e Práticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Hélivio Frank de Oliveira.

Anápolis-GO

Mai/2020

**PRÁTICAS SOCIAIS E IDENTIDADES PROFISSIONAIS DE MULHERES
ENGENHEIRAS: PROBLEMATIZANDO GÊNERO E RESISTÊNCIA FEMININA
NAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

Esta dissertação foi considerada aprovada para obtenção do título de Mestra pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás – UEG, em 29 de maio de 2020.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Hέλvio Frank de Oliveira (Universidade Estadual de Goiás – PPGIELT/UEG)
Orientador/Presidente

Profa. Dra. Lúcia Gonçalves de Freitas (Universidade Estadual de Goiás – PPGIELT/UEG)
Membro interno

Profa. Dra. Luana Alves Luterman (POSLLI)
Membro externo

Prof. Dr. Clodoaldo Ferreira Fernandes da Silva (Universidade Estadual de Goiás – Sudeste)
Membro externo

Anápolis-GO
Maio de 2020

Ficha catalográfica

L551p

Lemes, Helen Cristina Dias da Silva.

Práticas sociais e identidades profissionais de mulheres engenheiras [manuscrito] : problematizando gênero e resistência feminina nas relações de trabalho / Helen Cristina Dias da Silva Lemes – 2020.

98 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Hέλvio Frank de Oliveira.

Dissertação (Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias). Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Mulheres – Profissão – Desigualdade de gênero.
2. Mulheres – Linguagem – Vida profissional. 3. Mulheres - Práticas sociais – Discriminação. 4. Dissertações – PPGIELT - UEG/UnuCSEH. I. Oliveira, Hέλvio Frank de. I. Título.

CDU:396(043)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus Fernandes
Bibliotecária/UEG/UnuCSEH
CRB1/2385

Dedico este trabalho a todas as mulheres que vieram antes de mim e que com sua coragem construíram este caminho pelo qual atravesso agora. As mulheres que escrevem a história deste país todos os dias rompendo com o machismo e o patriarcado.

GRATIDÃO

Existe um ditado maia que diz que “a gratidão é a memória do coração”. Gratidão a essa gente que me deu motivos para falar e escrever, que concordou e discordou de mim e me fez ler mais, refletir e transformar minhas dúvidas e incertezas em base para este trabalho que, além de acadêmico, sintetiza meu crescimento pessoal como sujeita feminina. Esta dissertação está carregada de afetos, de laços e de sororidade que compuseram, junto com a escrita, uma história. Agradecimentos especiais a vocês todas/os que me constituíram e foram por mim constituídas/os em nossos diálogos.

A **Deus-Pai-e-Mãe** e aos **espíritos de luz** por me conceder paz, fé e perseverança para não perder o caminho, por me protegerem em tantas idas e vindas de Goiânia a Anápolis.

Às **mulheres engenheiras** que tecem esta dissertação junto comigo; obrigada por (com)partilharem suas histórias de vida.

Ao meu orientador Dr. **Hélio Frank de Oliveira**, pessoa inteligente e que tenho muita admiração e respeito. Minha gratidão por me escolher como orientanda e principalmente por me ensinar a (des)construir nos intramuros acadêmicos e da linguagem.

Às professoras e professor da banca, Dra. **Lúcia Gonçalves de Freitas** que esteve presente no Seminário de Pesquisa II e na qualificação, e que me abriu os olhos com um fazer e posicionamento mais crítico sobre esta pesquisa. À Dra. **Luana Alves Luterman**, que além de apontamentos e sugestões essenciais para esta pesquisa, gentilmente mostrou-se disponível em ajudar me incentivando com palavras de apoio e atenção. Ao Dr. **Clodoaldo Ferreira Fernandes da Silva**, que prontamente aceitou ao nosso convite, obrigada por ter apresentado a mim os estudos de gênero e sexualidade, por ter me orientado na elaboração do projeto de pesquisa que me permitiu ingressar no PPG-IELT e pela parceria de sempre, principalmente na vida.

À **Universidade Estadual de Goiás**, a qual me possibilitou conhecer grandes profissionais na graduação e agora na pós-graduação, que me inspiraram e inspiram. Tenho orgulho em dizer que sou “filha” da UEG.

A **todas/os docentes** do programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, em especial aos professores Dr. **Ariolvo Lopes Pereira** e Dr. **Raimundo Márcio**, muito obrigada por acreditarem em mim.

Às/Aos **colegas de turma**, que compartilharam não só combustível, almoços, fotocópias e angústias, mas que compartilharam também conhecimentos, alegrias e afeto. Gratidão por ter

conhecido todas/os vocês, em especial meus grandes amigos: **Paulo Veras, Rogério Gomes, Clayton de Almeida e Nayra Neres.**

Em muito especial à minha família:

À minha mãe **Fátima**, por não ter desistido de mim, por ser exemplo de mulher, de força e determinação diante de uma sociedade machista e hipócrita. Por me ensinar a não desistir e por acreditar que eu seria capaz de chegar até aqui. Minha gratidão eterna pela vida e amor...

Ao meu pai **Maurílio**, que me concedeu, além do sobrenome, afeto, respeito e amor, que me proporcionou acesso ao conhecimento e estudo, que me inspirou para ingresso no mundo das Letras, que junto comigo torceu e torce por todas as minhas conquistas. Obrigada por aceitar ser meu pai.

À minha irmã **Poliana**, que veio antes de mim ao mundo para juntas trilharmos o caminho do afeto e amizade. Obrigada por toda dedicação e amor para comigo.

À minha avó **Regina** (*in memoriam*) que nos ensinou que não se diz obrigada, e, sim, de coração. De coração agradeço por ter herdado de você a vaidade, criatividade, teimosia e amor pelos animais.

Ao meu companheiro de vida **Guilherme**, porque a História precisa das Letras para juntas explicarem o presente, o passado e o futuro. Obrigada por compartilhar comigo a vida, os livros, as melhores músicas, filmes e chocolate. Gratidão por todo apoio.

À minha querida amiga **Thaís Elizabeth**, que me acompanha desde a graduação na qual dividimos muito chocolate, músicas e histórias. Hoje compartilhamos amizade, respeito e muito trabalho. Obrigada por me ajudar nesse caminho, por todo apoio, dedicação, leituras e pela parceria nas produções acadêmicas. Gratidão sempre por sua amizade.

Aos anjos da minha vida: **Mingau, Tobias e Nina**, que em momentos de angústias e estresse diante da escrita me proporcionam energia para não desistir, em especial ao **Mingau**, que esteve atrás, do lado e na frente do computador durante todo esse processo.

Enfim, minha gratidão a **todas as mulheres**, as que lutam as lutas invisíveis do cotidiano, as que levantam bandeiras, as que lutam pela terra, pelo direito e liberdade, por igualdade e respeito. A todas que lutaram antes de mim e as que lutarão por um mundo mais justo onde possamos (res)existir!

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever.

Glória Anzaldúa.

RESUMO

Os estudos de gênero são importantes para estimular e ampliar a inserção feminina em todos os campos da ciência, como também para refletir sobre a trajetória das mulheres e seu posicionamento no mundo do trabalho, sobretudo em profissões consideradas masculinas, como é o caso das Engenharias civil, elétrica, software e agronomia. Nesse sentido, o objetivo principal é investigar como quatro mulheres enfrentam os desafios da profissão, observando se passam por discriminação de gênero em seu cotidiano, na vida profissional ou na vida privada em decorrência da profissão que exercem, a fim de compreender como se dá o processo de construção da identidade profissional a partir das experiências relatada. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, alinhada aos princípios teóricos da Linguística Aplicada Crítica (LAC) e da Teoria Feminista, considerando suas possibilidades de estudo pautadas na centralidade da linguagem. Assim, para responder à pergunta de pesquisa e alcançar os objetivos propostos, utilizo como ferramentas para a geração de material empírico a roda de conversa (RC), entrevistas individuais, narrativas escritas e notas em diário de campo, para trazer à superfície os momentos críticos nas experiências vivenciadas pelas engenheiras sob a égide interpretativista de análise. Os resultados indicam que fatores sociais e culturais interferiram em suas escolhas profissionais e trajetórias acadêmicas, tais como: família, faculdade e meios de comunicação. Em sua percepção, o que as impediu/impede na ascensão profissional é a desigualdade de gênero e o machismo. Reforço ainda que a contribuição deste trabalho está em “promover a voz” dessas mulheres e em nos permitir “ouvir” as narrativas que fazem da realidade do campo da Engenharia uma coconstrução e ressignificação dessa experiência, para diminuir as desigualdades de gênero.

Palavras-chave: Gênero. Identidades. Linguagem. Práticas Sociais.

ABSTRACT

Gender studies are important to stimulate and expand female insertion in all fields of science, as well as to reflect on the women trajectory and their position in the world of work, especially in professions considered to be male, such as civil, electrical, software and agronomy engineering. In this sense, the main objective is investigate how four women face the profession challenges, observing whether they experience gender discrimination in their daily lives, in professional life or in private life as a result of their profession, for understand how is the construction process of professional identity from the experiences reported. The research adopts a qualitative approach, aligned with the theoretical principles of Critical Applied Linguistics (CAL) and Feminist Theory, considering their study possibilities based on the language aspects. Therefore, to answer the research question and achieve the proposed objectives, I use as tools for generating empirical material the conversation circle (CC), individual interviews, written narratives and notes in a field diary, to bring to the surface the critical moments experienced by the engineers, under the interpretative aegis of analysis. The results indicate that social and cultural factors interfered in their professional choices and academic trajectories, such as: family, college and media. What prevented/prevented professional improve is gender inequality and sexism. I also reinforce that this work contribution is to "promote voice" to these women, to allow us to "listen" to the representations they make of the reality of the Engineering field, aiming at co-construction and reframing of this experience, for reduce gender inequalities.

Keywords: Gender. Identities. Language. Social Practice.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- A vizinha cumprimentando	64
Figura 2- Marion caminha sozinha	69

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação tica.

CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

FAB – Força Aérea Brasileira.

IFGOIANO – Instituto Federal Goiano.

MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

PPG – IELT – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias.

RC – Roda de conversa.

TI – Tecnologia da Informação.

SUMÁRIO

ENGRENAGENS INICIAIS E O MEU LUGAR DE FALA	13
CAPÍTULO 1 ENGRENAGEM CILÍNDRICA: AS PEÇAS QUE FORMAM O LUGAR DE FALA DAS ENGENHEIRAS	27
1.1 Ana Primavesi	32
1.2 Grace Hooper	34
1.3 Edith Clarke	36
1.4 Elmina Wilson	38
1.5 Uma breve reflexão sobre as narrativas	40
CAPÍTULO 2	45
ENGRENAGEM CÔNICA: A FORÇA FEMININA QUE MOVE AS ENGRENAGENS DO TRABALHO	45
2.1 Engrenagem cônica de dentes helicoidais: gênero nas relações de trabalho	46
2.2 Engrenagem cônica de dentes hipóides: movimento feminista e as relações de trabalho	54
2.3 Engrenagem cônica de dentes espirais: Interseccionalidade	60
2.4 Engrenagem cônica de dentes retos: eixo gênero e trabalho das engenheiras	63
2.5 Engrenagens sem fim: desafios e estratégias de resistência das mulheres engenheiras	76
ENGRENAGENS FINAIS	85
REFERÊNCIAS	90
ANEXOS	98

ENGRENAGENS INICIAIS E O MEU LUGAR DE FALA¹

Frágeis e infelizes para os jornalistas, perigosas e 'indesejáveis' para os patrões, passivas e inconscientes para os militantes políticos, perdidas e 'degeneradas' para os médicos e juristas, as trabalhadoras eram percebidas de vários modos. (RAGO, 2009, p. 579)

A epígrafe lançada acima traduz a intenção desta pesquisa em analisar as experiências de mulheres engenheiras quanto às questões de gênero e identidades no mundo social, pois a história nos mostra a luta feminina por igualdade no mundo do trabalho, sobretudo em espaços considerados masculinos, como é o caso da área das engenharias. (Des)construir novas formas de pensar esses espaços pressupõe abertura para problematizações e destabilizações no que tange aos preconceitos, mitos, certezas e verdades produzidas em tais espaços.

Dessa forma, me reporto aos estudos da filósofa Djamilia Ribeiro (2017) sobre o meu lugar de fala, pois esse é o ponto de partida do qual cada pessoa compreende o mundo e, portanto, constrói interpretações. Para a autora, a nossa forma de compreender o mundo é perpassada por elementos estruturais, como, por exemplo, classe, raça e gênero. Portanto, é necessário conhecer o lugar de fala das pessoas para entender o que falam, porque falam e de onde falam. Nessa busca, discorro sobre os motivos desta pesquisa engrenada ao meu lugar de fala, bem como ao meu objeto de pesquisa e relevância desta para o âmbito acadêmico.

Para tratar disso, não poderia deixar de citar o ensaio “Pode o subalterno falar?” da autora Gayatri Chakravorty Spivak, o qual tornou-se um documento fundador na medida em que registrou a expressão “lugar de fala” como centro de um pensamento político, com dimensões teórica e prática. Isso ocorre porque, na definição de Spivak, subalterno é aquele pertencente “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem

¹ A escolha da palavra engrenagem se dá pelo fato de que é símbolo de todas as engenharias. É uma roda de engrenagem na qual em seu centro existe a imagem da deusa Minerva. Para os romanos, essa deusa é a representação do ensino e da aprendizagem, da intelectualidade e da sabedoria. No Brasil, esse símbolo tem seu sentido ampliado, tudo que for relativo à engenharia civil recebe tal símbolo, sendo utilizado nas diferentes áreas de atuação da engenharia. Segundo o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, o CONFEA, cada área possui elementos específicos, sendo que estes são sempre colocados dentro da roda de engrenagem. Dessa forma, pensando que cada uma das participantes pertence a áreas diferentes da engenharia, escolhi a engrenagem como forma de representação e metáfora para abordar a abertura de cada capítulo. Além disso, por se tratar de um círculo vicioso que é a percepção cultural/discursiva sobre a competência estritamente relacionada ao gênero masculino, no caso da área da engenharia, capaz de retroalimentar preconceitos em relação às engenheiras. Pensando que a engrenagem é um caminho circular, aqui ela ficará aberta numa proposta de continuidade para escritas e reflexões futuras sobre a condição feminina no mercado de trabalho.

membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 12). Sobre a questão feminina, a autora aborda principalmente a história de uma viúva, duplamente impedida de se autorrepresentar, primeiro por ser mulher e segundo por sua condição de viuvez. Spivak sustenta que tal situação de marginalidade do subalterno é mais arduamente imposta ao gênero feminino, posto que a “mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir” (p. 15).

É justamente essa reflexão e crítica feita pela autora que interessa a esta escrita, a condição de subalternidade da mulher, seja ela negra, branca, rica ou pobre, pois é necessário ocuparmos espaços e nos fazer ouvir, reposicionando-nos no espaço social. Como aponta Anzaldúa (2000, p. 231): “A mulher do terceiro mundo se revolta: Nós anulamos, nós apagamos suas impressões de homem branco. [...] Não seremos mais suporte para seus medos projetados. Estamos cansadas do papel de cordeiros sacrificiais e bodes expiatórios.”

Ao buscar conceituar lugar de fala, não há uma epistemologia determinada sobre o termo, sua origem é imprecisa. Djamila Ribeiro traz como hipótese mais provável que a expressão tenha surgido a partir da tradição da discussão sobre *feminist standpoint* (tradução literal “ponto de vista feminista”, o lugar de onde se vê e se fala), diversidade, teoria racial crítica e pensamento decolonial. As reflexões geradas consequentemente moldaram esse embate nos movimentos sociais, culminando em uma autorização discursiva de quem pode falar.

Rezende (2017), com base em Djamila Ribeiro, afirma que lugar de fala não é uma questão individual, mas, sim, estrutural. Como afirma a autora, todos têm lugar de fala – mas isso não significa que todos têm igual acesso aos espaços discursivos privilegiados, nem que todos são capazes de produzir conhecimentos a partir de perspectivas neutras ou descoladas de seu ambiente social e, principalmente, do seu próprio corpo-político. Muito pelo contrário, o lugar de fala deve ser nomeado como forma de impulsionar discursos emudecidos e de visibilizar as premissas não ditas que baseiam os discursos sobrerrepresentados.

Busco, assim, desenvolver um texto em primeira pessoa, observando meu lugar de fala como situado a partir de minhas construções e da forma como significo essas experiências, a partir do gênero como primeiro marcador político, discursivo considerando o referencial teórico que adoto como demarcador desse lugar, estabelecendo fronteiras e diálogos. Considero também meu corpo-político, me posicionando como mulher feminista que também está exposta às opressões de gênero impostas pela sociedade patriarcal em que vivemos. As experiências das mulheres não são todas iguais, pois existem marcadores que nos diferenciam e nos hierarquizam na sociedade, mas essas experiências muitas vezes se aproximam de modo

que me reconheço como parte do grupo que pesquiso: mulher em uma sociedade machista e patriarcal.

Esta escrita é movida por inquietações no que se refere primeiramente ao fato do que significa ser mulher em uma sociedade hétero-patriarcal. Sou impelida a esta escrita pelas lembranças das narrativas de histórias contadas por minha avó, que foi mãe solo² em uma cidadezinha pequena no interior de Goiás, em que teve de lutar duramente no trabalho rural para, sozinha, criar uma filha. Depois, minha mãe, não aceitando o que a vida em uma cidade do interior poderia oferecer a uma filha bastarda e pobre, busca na Capital Federal esperança de uma vida melhor. A narrativa se repete, minha mãe torna-se mãe solo por duas vezes, aos 16 e, depois, aos 18 anos. Sozinha e mãe solo, luta pela sobrevivência e contra o preconceito de uma sociedade hipócrita que ainda nos dias de hoje “não vê com bons olhos mulheres que criam suas filhas sozinhas”.

Nesse caminho não conheci meu pai biológico. Como tantas outras crianças no mundo, não tinha na certidão de nascimento o nome de um homem. Isso só me ocorria ao fazer alguma matrícula: “pai desconhecido”. Nesse mesmo caminho, aos 3 anos de idade, encontramos aquele que seria meu pai de coração, meu anjo protetor e incentivador, que mais tarde, ao ver minha tristeza diante do constrangimento ao qual a sociedade me expunha, por não ter registrado em um papel o nome de um homem - já que sempre que eu ia fazer uma matrícula, preencher algum formulário ou na própria certidão de nascimento, tinha que lidar com a expressão “pai desconhecido” -, resolve me dar, além de amor, seu sobrenome: Lemes.

Isso não impediu que tanto a família do meu pai quanto a da minha mãe questionasse o nosso modelo de família nuclear reconstituída (casal em que um ou ambos os cônjuges já tiveram outra união anterior, podendo ter filhos ou não). Cresci ouvindo os parentes da minha mãe lhe questionando sobre a paternidade, e os parentes do meu pai questionando-lhe sobre como poderia se relacionar com uma mãe solo que tinha duas filhas de pais diferentes.

Assim, ao perpassar pelos caminhos da vida, aprendi desde cedo que ser mulher não é tarefa fácil, a começar pelo controle e erotização de nossos corpos, pelas regras e imposições: “sente-se assim, fale assim, não faça isso, isso não é coisa de menina, meninas não brincam disso, não se vista assim, seja assim”.

² Como vivemos em uma sociedade predominantemente machista, alguns termos precisam ser desconstruídos, a expressão “mãe solteira” é uma delas. A expressão carrega uma conotação negativa por remeter aos tempos em que ter uma criança sem ser casada era um motivo para desvalorizar a mulher e causa de vergonha. O termo “mãe solo” surge para designar aquelas mães que são as principais ou as únicas responsáveis pela criança.

A disciplina do meu corpo, no sentido atribuído por Foucault (1995)³, estava imposta nas roupas e brincadeiras. Eu adorava brincar de futebol e soltar pipa, até o dia em que fui proibida, pois já era uma “moça” e não ficava bem para mim estar nesse ambiente de meninos.

Como tantas outras meninas, aprendi desde cedo a cuidar das tarefas do lar. Aos 5 anos, subia no banco para lavar louça, aos 8 dividia as tarefas domésticas com minha irmã, aos 12 sabia cuidar da casa, cozinhar e até mesmo bordar. Sim, minha mãe contratou uma prima para nos ensinar a bordar, pois acreditava que isso era importante. Até mesmo a religião me foi imposta como forma de disciplina. Eu tinha que frequentar a catequese aos sábados e participar do coral da igreja. Eu odiava isso tudo, não acreditava na religião imposta a mim.

Vendo que tudo aquilo não bastava para fazer de mim uma “moça” educada e comportada, já que na primeira oportunidade eu subvertia a ordem, minha mãe decide me colocar no curso de etiqueta e modelo. Tornei-me o que minha mãe e os outros familiares esperavam de mim: sabia usar todos os talheres, me portar à mesa, andar elegantemente, me vestir, falar na hora certa, sorrir de maneira elegante, pois minha risada era considerada muito escandalosa antes. Enfim, eu aprendi tudo que era necessário, inclusive a me calar. Não culpo minha mãe por isso, pois ela também foi cobrada para se comportar dentro dessa “norma”.

Mais tarde, também não seria fácil a escolha profissional, pois essa decisão também é perpassada por imposições de profissões consideradas femininas e masculinas. Sonhei em construir pontes e prédios, assim como fazia com minhas construções de lama embaixo dos blocos, mas alguém me disse que não poderia, e que as sapatilhas de balé combinavam mais comigo. Depois, sonhei em ser piloto⁴ de avião. Após três anos de tentativas frustradas de ingressar na Força Aérea Brasileira (FAB), alguém me disse que aquilo não era para mim, que as provas eram muito difíceis, envolviam física e matemática, que eu era bonita e poderia ser jornalista, assim como meu pai, e que essa profissão combinava mais comigo.

³ Para Foucault (1995), é dócil o corpo que pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado. “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças dos corpos (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) [...] a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e a dominação acentuada”

⁴ Nesta dissertação, adotarei a referência gramatical genérica feminina, pois assim como as teóricas Mary Daly (1984) e Julia Kristeva (1980) acredito que a linguagem é essencial na luta pela libertação das mulheres. Uma vez que o estranhamento lexical se dá justamente pela raridade da ocupação profissional feminina em certos cargos, como o de piloto, por isso as palavras devem ser reapropriadas e novos significados propostos com o intuito de mudança. Portanto, me posiciono discursivamente, pois apoio as políticas de afirmação feministas, de inclusão.

A discussão sobre a temática de construção entre feminilidades e masculinidades se dá pelo processo de práticas, símbolos, discursos e representações que atribuem lugares sociais aos sujeitos. Diante disso, pensarei nas relações entre os sexos, não em uma perspectiva biológica, mas em termos de construções sociais, o que envolve a criação social das ideias sobre os papéis reservados aos homens e às mulheres. Ou seja, ao gênero. Segundo Louro (2000, p. 14),

Ao utilizar gênero, deixava de fazer-se uma história, uma psicologia ou uma literatura das mulheres, sobre as mulheres, e passava a analisar-se a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, por meio de relações sociais de poder.

A intenção, portanto, é buscar refletir sobre essa relação das práticas sociais, englobando características e posições sociais de homem ou de mulher, ou seja, pensar que essas construções e, até mesmo oposições, foram e são construídas historicamente. Dessa forma, existem muitas maneiras de ser feminina e de ser masculino, “esses sentidos, representações ou atribuições nunca são fixos e estáveis” e é algo “passível de ser alterado” (LOURO, 2000, p. 40).

Assim, da mesma forma que eu não podia seguir uma profissão considerada masculina, era requisitada a ser forte, a ter bravura diante dos desafios da vida. O machismo sempre esteve presente na minha família, na escola ou na sociedade, sempre havia alguém me dizendo o que eu poderia ou não fazer. Infelizmente, vivemos em uma sociedade que, ainda nos dias de hoje, oprime e silencia mulheres, enxerga como “mimimi” (termo usado para diminuir a manifestação de ideias; sobretudo para ofender a causa feminista) nossas lutas e reivindicações e, quando o fazemos, somos tachadas de loucas e histéricas. Tentam nos deslegitimar de todas as formas.

Diante do exposto, ao não conseguir alcançar os cursos que almejava, refleti sobre outros cursos que poderia fazer. A princípio, nenhum deles financeiramente estava ao meu alcance, precisava de um curso que me possibilitasse estudar e trabalhar ao mesmo tempo, de preferência em uma faculdade pública. Então, decidi fazer Letras devido ao baixo número de concorrentes e por ser meio período. Foi a escolha mais acertada da minha vida, pois me apaixonei pelo mundo das Letras e hoje não me imagino em outro lugar que não seja na docência.

Nesse curso, descobri que poderia ser grande e que poderia ajudar outras pessoas a ser o que quisessem. Mais do que isso, poderia ajudar minhas alunas a ser engenheiras, pilotas,

policiais e até presidentas. No espaço das Letras, eu fui apresentada aos estudos de gênero e sexualidade pelo meu amigo Clodoaldo Fernandes e por nossa professora de Análise do Discurso, Ivonete Bueno. Tais estudos iam ao encontro de minhas inquietações e se tornaram aparato teórico para investigar meus objetos de estudo e pesquisa.

Depois, em 2012, eu tive a oportunidade de participar do curso de formação feminista realizado pelo Ser-Tão, núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade ligado à Faculdade de Ciências Sociais da UFG, e pelo Grupo Transas do Corpo de Ações Educativas em Gênero, Saúde e Sexualidade, com apoio da Universidade Federal de Goiás. O curso de extensão foi oferecido para jovens estudantes universitárias e lideranças de movimentos sociais e contou com a participação da profa. Dra. Joana Plaza Pinto, mulher que me inspirou a buscar aprofundamento nos estudos sobre gênero e teorias feministas.

Dessa forma, me constituí como sujeita⁵ da minha própria ação nos mais variados gestos e composições, conectando formas de pensar, ver e sentir. Percebia que cada momento vivido era o meu jeito de ser, que também era constituído por outras sujeitas (BAKHTIN, 2006), as quais, neste caso, eram representadas nas histórias de minhas alunas, de colegas de trabalho e de minhas professoras.

Até aqui, em uma tentativa sucinta de acenar, do meu lugar de fala, e de demonstrar que esse lugar e as experiências vividas me levaram a fazer esta pesquisa, penso que lugar de fala não significa limitar ou restringir quem pode falar sobre quais assuntos, mas implica o reconhecimento de que abordamos qualquer assunto a partir de um ponto de partida específico. Dessa forma, tomando como base os escritos de Audre Lorde, Djamila Ribeiro afirma que “o não reconhecimento de que partimos de lugares diferentes, posto que experienciamos gênero de modo diferente, leva a legitimação de um discurso excludente, pois não visibiliza outras formas de ser mulher no mundo.” (RIBEIRO, 2017, p. 51).

Sendo assim, posso dizer, a partir do meu lugar de fala - mulher cisgênera⁶, branca, classe média baixa, professora do ensino médio e graduação - que o sexismo manifesta-se cotidianamente. Portanto, vejo na pesquisa um ato de resistência a tudo que me foi silenciado, por todas as regras e normas às quais fui submetida por ser mulher.

Como profissional, após todas essas engrenagens que a vida me possibilitou passar, entro como professora de língua portuguesa em uma faculdade particular em Goiânia. Nesse espaço, a sala das professoras não é diferente de outros lugares: histórias, risos, choros e

⁵ Sob a luz de uma Linguística Aplicada INdisciplinar (MOITA LOPES, 2006) faço uso do termo, considerando a necessidade de marcar o gênero na linguagem, pois conforme (HOOKS, 2019), nomear tem a ver com empoderamento.

⁶ Condição da pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído no nascimento.

discussões perpassam esse ambiente. É nesse espaço que conheço as poucas mulheres das engenharias e me inquieto com suas histórias sobre o que enfrentam.

São narrativas carregadas de estereótipos e pré-conceitos que me levam a refletir sobre suas histórias. Assim, com todas essas questões em mente, ao ingressar no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT) da Universidade Estadual de Goiás – UEG, eu decido que quero remontar às engrenagens pelas quais essas mulheres engenheiras passaram e passam.

Portanto, a escolha do lugar se deu primeiramente pelo fato de ter sido despertada para as histórias e experiências das minhas colegas de trabalho nesse ambiente. Depois, por se tratar do meu local de trabalho, tornaram-se mais fáceis os trâmites legais para realizar a pesquisa, como o aceite do grupo gestor e das mulheres engenheiras em participar da pesquisa.

Ao refletir sobre números/porcentagem, nota-se que há uma quantidade significativa de mulheres nas ciências da saúde, educação e humanas, ou seja, nas áreas do cuidado. Por outro lado, as mulheres são minoria nas ciências exatas, tecnológicas e, especialmente, nas engenharias.

Dados de universidades brasileiras revelam que cursos como Pedagogia, Enfermagem e Nutrição apresentam de 80% a 90% de mulheres. Esses cursos estão ligados a atividades que representam uma extensão das atividades domésticas, domínio feminino há séculos (CARVALHO, 2008). Em contrapartida, segundo dados do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), entre 1º de janeiro e 8 de agosto de 2017, 20.813 pessoas fizeram o registro no conselho na modalidade de engenharia civil. Destes, 14.971 eram homens e 5.842 eram mulheres, o que demonstra que o número ainda é menor se comparado a outras profissões (CONFEA, 2019).

Esses dados corroboram o trabalho de conclusão de curso em Engenharia Civil, pela Universidade Federal de Goiás, da engenheira Manuela Antonia (2018), intitulado *Cenário da mão de obra feminina na construção civil em Goiânia*. O estudo teve como finalidade analisar o cenário de inserção das mulheres nos canteiros de obras.

A autora cita dados de 2015 do CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) por meio dos quais mostra que as principais atividades realizadas pelas mulheres nos canteiros de obra correspondem aos acabamentos (49,1%) e limpeza (15,3%), sendo que as atividades de pedreira (4,4%), mestra de obras (3,9%), serventa (3,8%) e engenheira (2,8%) são as que agregam o menor percentual de trabalhadoras do setor. Isso demonstra que as atividades relacionadas a questões manuais e limpeza estão associadas às mulheres, enquanto as

atividades relacionadas à força e inteligência são associadas aos homens. Isso denota a existência da divisão sexual do trabalho nos canteiros de obras.

Dúvidas e questionamentos recaem sobre esta questão: por que há poucas mulheres nas engenharias? Por que não há um número significativo de mulheres ocupando esses espaços? Já em um primeiro olhar, podemos dizer que algumas respostas estão relacionadas ao enfrentamento a que muitas estão sujeitas, uma vez que é comum observar discursos já legitimados: “peão não respeita mulher em obra”, “veio para arrumar casamento”, “já pegou a engenharia toda”, “mulher não serve para engenharia”, “você é bonita demais, nem precisa estudar”, como informam as participantes e como eu mesma já pude observar durante minhas vivências em determinado contexto.

Esses discursos hegemônicos instalados no contexto das engenharias e na vida social conferem a discriminação provavelmente presente na trajetória de vida dessas mulheres. Sua manifestação é recorrente e ganha destaque ainda na graduação, o que pode ser confirmado pelo projeto *Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação*, lançado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) juntamente com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Tal projeto tem como objetivo estimular a formação de mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil, além de despertar o interesse vocacional de estudantes do sexo feminino da Educação Básica e do Ensino Superior por essas profissões e para a pesquisa científica e tecnológica, visando combater a evasão de meninas dos cursos de graduação nessas áreas, ocorrida, principalmente, nos primeiros anos do curso, (CNPq, 2018).

Mulheres têm ocupado os espaços sociais cada vez mais, alcançando posições de lideranças e postos antes ocupados apenas por homens. No entanto, essas grandes conquistas não ocorrem de maneira fácil, muito menos sem conflito. Isso se agrava ao pensarmos no momento político contemporâneo pelo qual passa o nosso país, marcado pela opressão, antidemocracia e discursos conservadores, delineados por setores religiosos e movimentos da extrema direita, práticas discursivas essas que assujeitam e discriminam aquelas que pertencem a grupos sociais minoritários, como as mulheres. Logo, pesquisar sobre mulheres, nesse momento, configura questionar esse contexto e enfrentar seus ditames.

Diante do desafio contemporâneo, o objetivo geral deste trabalho é evidenciar as experiências vividas por quatro mulheres de diferentes áreas da engenharia, na faixa etária entre 30 e 48 anos, que enfrentam esses desafios, observando se passam por discriminação de gênero em seu cotidiano, na vida profissional e/ou na vida privada em decorrência da profissão que exercem, a fim de compreender como se dá o processo de construção da

identidade profissional a partir das experiências relatadas. Como objetivos específicos, este estudo visa:

- Problematizar, a partir dos relatos de profissionais engenheiras, questões de gênero relativas às suas experiências na vida social e no trabalho;
- Identificar a percepção das engenheiras sobre a relação gênero e campo profissional e suas implicações.

A temática desta pesquisa nos leva a refletir sobre o fato de a discriminação ainda acontecer mesmo após tantos avanços, como, por exemplo, o direito ao voto e os direitos trabalhistas. Os objetivos acima buscam trazer à tona certas discussões: como essas mulheres se sentem diante dessa problemática da desigualdade de gênero? Esses processos revelam sobre como o poder é constituído e manejado? O que pode ser feito para amenizar essa situação?

Tendo em vista as problemáticas que essas mulheres engenheiras enfrentam no meio social, profissional e pessoal, este estudo se justifica em virtude das questões relacionadas às identidades de gênero.

Problematizar e refletir essa condição é importante, pois a identidade profissional é habitualmente conotada com o conceito de identidade social, a que se associa a um processo de identificação de um sujeito a um grupo social, neste caso, à classe profissional. Para Dubar (1997, p. 105), “a identidade não é mais do que o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições”. Ou seja, a identidade, como identidade para si e identidade para o outro, numa perspectiva sociológica, faz intervir o processo de socialização.

Concordo com Louro (2000) quando afirma que os processos de diferenciação com os quais interpretamos e classificamos as pessoas e suas identidades geralmente supõem uma visão dicotômica e binária, na qual um polo é considerado como central e positivo e o outro periférico e negativo. Refletir sobre essa prática nos leva também a pensar sobre a formação da identidade profissional da engenheira e seus significados.

Quando pensamos na formação da identidade profissional das engenheiras, a compreensão da noção de hibridismo e seus desdobramentos se faz de extrema relevância. Trata-se de um dos conceitos chave para os estudos culturais na contemporaneidade, principalmente quando investigamos práticas sociais a partir de perspectivas contra-hegemônicas, visando à produção do conhecimento e à recepção de vozes marginalizadas pela

cultura dominante. Dessa maneira, entendo que tal conceito é essencial para entendermos as questões da identidade.

Hall (2003, p. 74) declara que o “hibridismo não se refere a indivíduos híbridos, que podem ser contrastados com os “tradicionais” e “modernos” como sujeitos plenamente formados”; o autor insiste que não existe uma situação pronta, acabada, estanque, pois “trata-se de um processo de tradução cultural, agonístico, uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecidibilidade”.

Essa ideia não é defendida só por Hall, mas também por autoras/autores que seguem o viés crítico, entre eles, Homi K. Bhabha, crítico pós-colonialista, indiano. Para Pagano e Magalhães (2005, p. 24), esse teórico dialoga com tradições teóricas, dentre elas “a desconstrução derrideana, para investigar a ação da autoridade colonial e a dinâmica da resistência que ela gera”.

Uma das contribuições mais importantes da teoria pós-colonial de Bhabha é o conceito de hibridismo, um dos aspectos mais polêmicos de seu trabalho teórico. Trata-se de:

uma problemática de representação e de individualização colonial que reverte os efeitos da recusa colonialista, de modo que outros saberes “negados” se infiltrem no discurso dominante e tornem estranha a base de sua autoridade – suas regras de conhecimento (BHABHA, 1998, p. 165).

Essa ideia de hibridismo mostra que o fenômeno da hibridação independe da vontade da sujeita, pois é impossível um alinhamento cultural em virtude das diferenças de tempo, espaço, geração e disseminação de cada contexto específico. Portanto, segundo os estudos de Homi Bhabha, entender a contemporaneidade como discursivamente favorável ao hibridismo cultural, em detrimento das políticas de colonização, desterritorializando e desnormalizando padrões culturais, ao integrar periferias e minorias é uma pluralidade cultural e descolonizadora.

Assim sendo, a identidade, no caso da mulher engenheira, não deve ser compreendida como algo severo ou que possa ser adquirido, mas que se impõe e se permite, ainda que como minoria, em espaços de atuação híbridos (engenheiros e engenheiras convivem, mesmo que estas sofram preconceitos).

Para a realização deste estudo e a interpretação dos dados, baseio-me em dois eixos, o primeiro é o *bibliográfico*, correspondente à pesquisa de bibliografia sobre os temas Relações de Gênero e Poder; Feminismo, Identidades e Linguagem. Busco alguns postulados que se interseccionam, de estudiosas como Joan Scott (1995), Guacira Louro (1997; 2000), Silvia

Federici (2017) e Judith Butler (1990; 1999), entre outras, no que se refere às posições marcadas por diferenciação de gênero. No que concerne aos estudos da linguagem, identidades e discurso, me apoio em Moita Lopes (2003a, 2006a, 2008).

Os estudos sobre identidade aos quais me alinho amparam-se em Stuart Hall (2000; 2002), relacionados às propostas de Dubar (1997) acerca da construção da identidade. Quanto às relações de trabalho e gênero busco apoio teórico em Ávila (2002), Ongari; Molina (2003), Sarmiento (2002) e Saporoli (1997), dentre outras/os. Já no campo da Linguística Aplicada Crítica, destaco Pennycook (2001; 2016) e Moita Lopes (2016a; 2016b).

Para empreender meu trabalho de investigação, adentro no espaço privado dessas mulheres que participam da pesquisa, construído por relações históricas socioculturais, relações familiares de constituição de identidades e aprendizagens simbólicas de papéis sociais, o que me leva ao segundo eixo constitutivo deste trabalho.

O segundo eixo é o *campo*, constituído primordialmente pela gravação em áudio das Rodas de Conversa (RC) com quatro mulheres das diferentes áreas da engenharia. Todas têm uma relação profissional com o *lócus* de pesquisa. A RC ocorre principalmente por sua característica de permitir que as participantes expressem, simultaneamente, suas impressões, opiniões, conceitos e concepções sobre a temática proposta. Em outras palavras, a forma específica de conversação que se estabelece em uma RC, para fins de pesquisa, favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem discursivamente a si, aos outros e ao mundo circundante. (BAUER; GASKELL, 2002; FREIRE, 1974)

Para a geração de dados, optei primeiramente por um roteiro semiestruturado e questionário socioeconômico (Anexo 1) por meio do qual fosse possível obter o perfil dessas mulheres, suas trajetórias acadêmicas e profissionais, suas atividades funcionais e cotidianas, tais como responsabilidades familiares e domésticas, bem como identificar os principais desafios que essas mulheres enfrentam no desenvolvimento de suas atividades laborais. Isso ocorre porque, por mais que a RC possibilite a descontração e envolvimento das participantes, é necessária uma organização sistemática para que as subjetividades e narrativas aconteçam.

Optei por gravar as RC em aparelho celular, por ser a forma mais fácil e economicamente viável. Além disso, anotei no meu diário de campo as impressões que tive ao fazermos as discussões, a postura corporal das participantes, olhares, a forma como se comportavam durante o desenvolvimento da pesquisa. Posteriormente, realizei a transcrição de todas as RC que tivemos. As entrevistadas não se opuseram à gravação e a essa metodologia. Todas as condições foram registradas no Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido (TCLE), assinado por todas as participantes (Anexo 2). Todos os instrumentos de pesquisa, bem como o projeto e o TCLE, foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Goiás e aprovados, sendo o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) registrado com o número 09700019.1.0000.8113 (Anexo 3).

Ao pensar sobre os caminhos metodológicos desta investigação, surgem diversas indagações: Quais instrumentos de coleta de dados seriam mais adequados às participantes da pesquisa? Como promover momentos de interação entre essas mulheres, para proporcionar uma reflexão conjunta sobre suas falas? Frente às indagações, foi adotada a abordagem de pesquisa qualitativa, pois compreendo que esta permite adentrar a dimensão da “linguagem do sentido” à medida que possibilita responder a questões muito particulares. Isso possibilita trabalhar com o universo de significados, crenças, valores, motivos e aspirações, correspondendo a um espaço mais profundo de relações e processos das ações e interações humanas que estão estabelecidas nas relações sociais (MINAYO, 2001).

Denzin e Lincoln (2005 apud FLICK, 2009, p.16) definem a pesquisa qualitativa como

[...] conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo, fazendo dele uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e anotações pessoais. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma postura interpretativa e naturalística diante do mundo. Isso significa que os pesquisadores desse campo estudam as coisas em seus contextos naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhes atribuem.

Tal abordagem corrobora os aspectos deste estudo, uma vez que este se baseia em diálogos, reflexões e resignificações de saberes numa relação de colaboração entre as participantes da pesquisa e eu. Dessa maneira, pretendo, a partir deste trabalho, não somente apresentar um estudo acerca das experiências vividas ou os enfrentamentos e desafios pelos quais passaram e passam as mulheres engenheiras, mas também encorajar outras mulheres a exercerem a profissão, se assim desejarem.

Pauto-me por uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, proveniente do campo da Linguística Aplicada Crítica (LAC), para analisar as experiências vivenciadas, propondo um processo de (des)construção das atividades, e cada ação é uma resposta a ações prévias e testes de hipóteses. Isso possibilita estabelecer relações com diversas áreas do conhecimento, tais como: sociologia, comunicação, filosofia, entre outras. Conforme Moita Lopes,

A transdisciplinaridade cumpre o papel de nos auxiliar na tomada de posição e organização frente ao elemento complexo, facilitando o entendimento daquilo que a

princípio soa como estranho, torto, bizarro, desarmonioso, ruidoso, errático, dissipativo e atonal (MOITA LOPES, 2010, p. 3).

Percebe-se que no desenvolvimento da LA há uma preocupação da não separação da produção do conhecimento com as práticas sociais. Isso ocorre porque a Linguista Aplicada tem a preocupação em descrever a vida social como ela é, bem como responder às questões contemporâneas. Logo, seus estudos colaboram para uma emancipação social e até mesmo para abrir alternativas sociais para aquelas pessoas que estão à margem (MOITA LOPES, 2006).

Para Saffioti (2004), nos foi imposto por nossos ancestrais o patriarcado de gênero, o que constituiu esse esquema de relações que atribui privilégios aos homens, no sentido, por exemplo, de que os homens podem ficar chateados ou de mau-humor sem que a culpa por isso seja automaticamente atribuída ao seu gênero, de que não precisam lidar com o fato de terem seus corpos controlados, e constantemente objetificados e desumanizados, entre outros privilégios.

Para apresentar a organização desta dissertação, preciso dizer que uso “a prática como próprio palco de reflexões teóricas”, entendendo que “teoria e prática não são coisas diferentes” (RAJAGOPALAN apud SILVA et, 2011, p153). Assim como investigadoras/es da área, tais como Viviane Ramalho, Viviane Resende, Lynn Mario T. M. de Souza, Alastair Pennycook, entre outras/es, entendo que ao posicionar os estudos relacionados à linguagem existe uma relação de dependência para com as necessidades linguísticas e discursivas, que mantêm relações constitutivas com suas práticas.

Ao utilizar de um posicionamento crítico avesso às regras, podemos situar as experiências como um elo entre o prático e o teórico. Em suma, me posicionando, portanto, como linguista aplicada crítica, vejo teoria e prática como indissociáveis, pois acredito que construímos nossas identidades na performatividade discursiva de nossas interações, na qual a linguagem é entendida como um sistema de criação de significados, sendo possível subverter parâmetros.

As discussões que constituem esta dissertação encontram-se organizadas em quatro partes: “Engrenagens iniciais e o meu lugar de fala”; “Engrenagem cilíndrica: as peças que formam o lugar de fala das engenheiras”; “Engrenagem cônica: a força feminina que move as engrenagens do trabalho” e “Engrenagens sem fim”.

Na primeira parte, procurei situar o meu trabalho com o meu lugar de fala, uma vez que foram as minhas vivências pessoais e profissionais que me motivaram pesquisar os desafios enfrentados pelas mulheres engenheiras. Também apresentei de forma sucinta a

perspectiva da pesquisa e os percursos perseguidos. No decorrer do trabalho essa perspectiva está mais detalhada.

No primeiro capítulo “Engrenagem cilíndrica: as peças que formam o lugar de fala das engenheiras”, apresento as vozes das mulheres engenheiras, isto é, o lugar de fala delas, para que se possa entender mais tarde seus atravessamentos. Antes, porém, exponho brevemente como foi realizada a escolha das mulheres pesquisadas e o local da pesquisa.

Já no segundo capítulo “Engrenagem cônica: a força feminina que move as engrenagens do trabalho”, apresento o processo das relações de trabalho que envolveram as mulheres historicamente, alinhando a importância do feminismo nesse processo, tendo como questão fundamental a interseccionalidade que está entrelaçada ao desgaste que acontece ao longo da vida das mulheres ao se movimentarem dentro e fora do eixo da engrenagem da vida.

Nas “Engrenagens finais”, retomo os primeiros passos, em busca de respostas às indagações feitas inicialmente e reflito acerca do que vi e vivi durante o processo crítico-reflexivo de construção da pesquisa e do registro escrito desta dissertação de mestrado, fazendo uma conexão entre esta pesquisa e o cenário socioeconômico mundial atual, reiterando a relevância deste trabalho, para sugerir novos caminhos e propor novos desafios, porque a busca é contínua, assim como as engrenagens.

CAPÍTULO 1 ENGRENAGEM CILÍNDRICA: AS PEÇAS QUE FORMAM O LUGAR DE FALA DAS ENGENHEIRAS

Dentro da lógica à qual me propus seguir, dando continuidade ao paralelo com as engrenagens, começo este capítulo com as peças que formam as engrenagens deste trabalho: as engenheiras. Sendo elas compostas por rodas dentadas de vários modelos e opções a depender do formato, modo de transmissão e do movimento, aqui utilizo das engrenagens cilíndricas, pois estas exercem funções essenciais no funcionamento dos motores. Motor esse impulsionado por Djamilia Ribeiro (2017), a qual pontua que precisamos conhecer o lugar de fala das pessoas, pois assim podemos entender o que falam e de onde falam. Mais do que isso, Djamilia Ribeiro (2017), ao citar o comentário de Patricia Hill Collins sobre o artigo *Hekman 'Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited: Onde está o poder?*, diz que é importante pensar que não estamos apenas falando de experiências de indivíduos, mas de uma condição social, que permite ou não determinados grupos acessar lugares de cidadania.

Então, não se trata de afirmar experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam, como as mulheres engenheiras, restringe oportunidades. Por isso, numa tentativa de possibilitar essa compreensão, promoverei as vozes dessas mulheres, isto é, o lugar de fala delas. Antes, porém, exponho brevemente como foi realizada a escolha das mulheres pesquisadas, o local da pesquisa e a abordagem de campo selecionada.

A escolha do lugar se deu primeiramente pelo fato de eu ter sido despertada para as histórias e experiências das minhas colegas de trabalho nesse ambiente. Depois, como dito anteriormente, por se tratar do meu local de trabalho, tornaram-se mais fáceis os trâmites legais para a realização da pesquisa.

Quanto ao contexto particular do *lócus* de pesquisa, trata-se de uma Instituição de Ensino Superior privada, situada na cidade de Goiânia, que oferece cursos de Graduação, cursos de Extensão e de Pós-Graduação *Lato Sensu*.

A instituição desenvolve suas atividades acadêmicas em duas unidades estrategicamente localizadas na cidade de Goiânia. A unidade sede está localizada na Região Noroeste e há também uma unidade no Setor Bueno, bairro nobre da cidade. A unidade em que foi desenvolvida a pesquisa foi a da Região Noroeste, região periférica da cidade. Nessa unidade o público-alvo são estudantes oriundas de cidades próximas à capital, como Trindade, Nerópolis e Inhumas, que dependem de transporte escolar, cedido pelas prefeituras dos municípios, ou particular. Além disso, atende discentes que moram próximo à faculdade. Em sua maioria, as/os estudantes trabalham durante o dia e estudam à noite.

Por motivos referentes ao sigilo e à ética da pesquisa, opto por apresentar apenas um nome fictício para a instituição de ensino. Dessa forma, chamá-la-ei neste trabalho de “Universidade X”.

Sendo meu local de trabalho, tenho contato diário com duas engenheiras pesquisadas, o que facilitou o aceite da pesquisa e viabilizou o contato com as outras duas engenheiras que ministraram oficinas de verão na faculdade no mês de julho de 2019, momento este que aproveitei para realizar as RC com todas.

Quanto aos critérios de seleção das participantes da pesquisa, tive que simplificá-los devido ao pequeno quantitativo de profissionais na instituição X. Portanto, não foi levado em consideração o tempo de atuação profissional ou a idade. Dessa forma, as participantes formam um grupo heterogêneo, tendo entre 30 e 40 anos, com tempos de atuação profissional diferentes, o que me permitiu refletir sobre diferentes posicionamentos, devido à heterogeneidade das participantes. Então, elas foram escolhidas considerando: ser mulher, atuar na área da engenharia, ter disponibilidade para pelo menos quatro encontros e aceitar a participação voluntária na pesquisa.

Apresento, nas próximas seções deste capítulo, o perfil profissional das mulheres engenheiras e suas subjetividades delineadas a partir das informações deixadas por escrito no questionário socioeconômico e durante a realização das RC. Este foi fundamental para direcionar as perguntas necessárias para as discussões implementadas nos encontros de RC, pois a partir dele pude refletir sobre quais pontos seriam importantes levantar, uma vez que foi refletindo sobre as histórias e experiências das mulheres engenheiras, contadas nesses momentos, que entextualizei suas narrativas, me atentando para as suas vozes que diziam sobre as experiências que as marcaram como mulheres.

Contudo, preciso dizer antes sobre a importância da abordagem de campo escolhida, pois o nome RC pode levar a pensar em um círculo no qual as pessoas sentam-se e colocam a conversa em dia. Remete aos encontros de família, às reuniões pedagógicas na escola, nas quais forma-se um círculo para discutir uma pauta. Porém, a RC não é um ato banal, como pode ser interpretada muitas vezes, no qual se fala por falar ou passa-se o tempo. Essa é uma metodologia participativa na qual se propõe partilhar vivências e desenvolver reflexões, com o objetivo de analisar dados específicos resultantes dos objetivos da pesquisa: há parâmetros conversacionais para a geração dos dados.

Segundo Bauer e Gaskell (2002), o primeiro a emergir com essa prática no Brasil foi o educador Paulo Freire, a partir das experiências que adquiriu com os pais e educadores, em 1950, no Nordeste do Brasil, com seus trabalhos com os Círculos de Cultura na alfabetização

de adultos. Hoje, a prática é muito utilizada em intervenções comunitárias, utilizada na psicologia social, na saúde, psicanálise e educação, sendo seu principal objetivo a constituição de um espaço acolhedor, no qual as participantes ponderem acerca do cotidiano, considerando sua relação com o mundo, trabalho e seus projetos de vida.

Nos Círculos de Cultura os pontos fundamentais eram o diálogo e a criticidade. As participantes escolhiam os conteúdos a serem estudados, de acordo com temas que fossem relevantes para elas, o que lhes dava autonomia e estímulo para a participação. “É a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos” (FREIRE, 1974, p.5). Assim, a RC assume as mesmas características da técnica do grupo focal que é definida por Bauer e Gaskell (2002, p. 79), como:

[...] uma ‘esfera pública ideal’, já que se trata de ‘um debate aberto e acessível a todos [cujos] assuntos em questão são de interesse comum; as diferenças de status entre os participantes não são levadas em consideração; e o debate se fundamenta em uma discussão racional’.

Essa definição não só dimensiona as possibilidades interativas da RC, como expressa uma característica de criar um espaço de diálogo e de escuta das diferentes ‘vozes’ que ali se manifestam, constituindo-se como um instrumento de compreensão de processos de construção de uma dada realidade por um grupo específico.

Assim sendo, a metodologia da RC é participativa, o que possibilita o contato com diferentes contextos e diálogo sobre um assunto específico. De acordo com Silva e Bernardes (2007, p. 53),

é um meio profícuo de coletar informações, esclarecer ideias e posições, discutir temas emergentes e/ou polêmicos. Caracteriza-se como uma oportunidade de aprendizagem e de exploração de argumentos, sem a exigência de elaborações conclusivas. A conversa desenvolve-se num clima de informalidade, criando possibilidades de elaborações provocadas por falas e indagações.

Foi partindo desse conceito, apresentado pelas autoras, que busquei, na RC, que as elaborações de fala de cada mulher participante fossem estimuladas. Para tanto, elaborei um guia a partir das falas mais recorrentes que surgiram com a aplicação do questionário socioeconômico e das subjetividades respondidas a partir do questionamento: como mulher na sua carreira, conte momentos de alegrias ou tristezas e justifique por que você se sentiu assim.

As respostas me permitiram elaborar de forma pontual a RC para uma escuta atenta e acolhedora, pois concordo com Michelle Perrot (1989) que, ao tratarmos da sujeita mulher,

devemos buscar fora dos registros públicos, instituindo a memória e o uso da oralidade como recursos metodológicos, o que corrobora os estudos de Adriana Piscitelli (1999), a qual diz que os testemunhos orais de experiências e opiniões sobre o tema são fundamentais para entender um processo social ou evento a partir das pessoas envolvidas, no caso deste trabalho, das mulheres engenheiras envolvidas.

Após ter em mente como deveriam ser organizadas e realizadas as RCs, me reuni com as mulheres engenheiras na sala de reuniões do grupo de línguas da faculdade, sala disponibilizada pela coordenadora da área em que atuo. As RCs foram realizadas em cinco encontros (eram quatro, porém achei necessário estender por mais um para finalizar com um *feedback* das engenheiras sobre os encontros) tendo duração entre 50min e 1h 10min, incluindo o momento que nos reunimos à mesa de lanche, em que a conversa continuava. O Quadro 1 apresenta de maneira sistematizada os objetivos de cada encontro e as ferramentas que utilizei para alcançá-los como facilitadora da discussão.

Quadro 1 Sistematização dos encontros

	Objetivos	Ferramentas
Primeiro encontro (Apresentação)	- Encontrar afinidades.	- Proposição de um momento de conversa sobre características e preferências.
Segundo encontro	- Aprofundar questões relacionadas aos atravessamentos interseccionais das engenheiras; - Ouvir algum “momento crítico” (PENNYCOOK, 2004, 2015) que elas pudessem se recordar.	- Exibição do curta-metragem <i>Majorité Opprimée</i> (‘Maioria oprimida’); - Debate sobre a violência, o machismo e a discriminação na sociedade.
Terceiro encontro	- Suscitar temas ligados à família, relacionamento e carreira; - Descobrir se essas relações eram conflituosas, como se dava esse processo e se de alguma forma as atrapalhava na vida pessoal, profissional e amorosa; - Debater sobre o mercado de trabalho e o quanto as empresas estão preparadas para receber as mulheres.	- Leitura de duas reportagens: “NASA cancela primeiro passeio espacial de duas mulheres por falta de trajes. Agência admite que só tem um macacão preparado no tamanho que as astronautas vestem” e “Nas escolas de SP, quase metade acreditam que há “trabalhos só de homens”.
Quarto encontro	- Aprofundar o debate sobre o mercado de trabalho para as mulheres na área de engenharia.	- Mediação da continuação do debate sobre as reportagens lidas no terceiro encontro.
Quinto encontro	- Abordar questões mais pessoais relacionadas às identidades.	- Proposição de três perguntas para debate: “O que é ser engenheira para vocês? Quais são seus sonhos? E o que as limitam chegar onde querem?”.

Fonte: elaborado pela autora com base no trabalho de campo (2019).

Após os encontros, ouvi as gravações de modo a selecionar quais segmentos (GARCEZ, 2014) me interessavam, com base na minha percepção sobre quando saltavam aos

olhos a influência dos atravessamentos mais marcantes das engenheiras participantes, dentro das temáticas que gostaria de abordar por percebê-las como mais proeminentes e significativas: i) gênero, ii) sexualidade e iii) classe social.

Em seguida, transcrevi os áudios e, de posse dos excertos, parti para as minúcias da marcação das convenções de transcrição (Quadro 1) sugeridas por Bastos e Biar (2015), baseadas nos estudos de Análise da Conversação (SACKS, SCHEGLOFF E JEFFERSON, 1974), incorporando símbolos sugeridos por Schiffrin (1987) e Tannen (1989). Além disso, para a melhor compreensão, os relatos captados na interação oral a partir da RC foram transpostos para a norma padrão da língua portuguesa escrita, conservando-se o léxico verbalizado.

Quadro 2 - Convenções de Transcrição

Sinal	Ocorrência
...	Pausa não medida
.	Entonação descendente ou final de elocução
?	Entonação ascendente
-	Parada súbita
=	Elocuções contíguas, enunciadas sem pausa entre elas
Grifo	Ênfase
MAIÚSCULA	Fala em voz alta ou muita ênfase
>palavra<	Fala mais rápida
<palavra>	Fala mais lenta
()	Fala não compreendida
(())	Comentário da pesquisadora, descrição de atividade não verbal
“palavra”	Fala relatada, reconstrução de um diálogo
Hh	Aspiração ou riso
↑	Subida de entonação
↓	Descida de entonação

Fonte: Sacks, Schegloff e Jefferson (1974).

No primeiro encontro da RC tentei, como facilitadora, iniciar pela apresentação das participantes, pois duas das engenheiras só vêm à Universidade X para ministrar oficinas de verão, portanto, não conheciam pessoalmente as outras duas engenheiras que trabalham no

decorrer do ano na faculdade. Em seguida, pedi que falassem um pouco sobre suas preferências, gostos, entre outros, o que permitiu que as participantes encontrassem afinidades e interesses em comum.

A identificação das participantes da pesquisa foi preservada pela escolha de pseudônimos. A escolha foi feita pelas participantes com o intuito de homenagear as mulheres na engenharia⁷. A seguir apresento a narrativa de cada uma em terceira pessoa, utilizando os métodos de transcrição.

1.1 Ana Primavesi

Formada em Engenharia Agrícola pela UFG, atua como engenheira e professora, está na Universidade X há três anos, atuando no 1º e no 4º período. Tem 30 anos de idade, solteira por opção no momento, pois acredita ter o “dedinho podre” para homens, pois sempre está envolvida com aquele tipo folgado, que a deixa pagar a conta sozinha, que pede dinheiro emprestado, segundo ela [ainda não encontrei meu príncipe encantado, se é que ele existe Hh].

Quanto à questão socioeconômica, Ana Primavesi relata que mora em casa própria com a mãe e avó, a mãe é filha única, então trouxe a avó que já não podia ficar em casa sozinha para morar com elas. Seus pais são separados, tendo dois irmãos mais novos que são fruto do casamento do pai após a separação.

Atualmente, ela contribui com a maior parte da renda de casa, 80%. Isso ocorre porque a mãe nunca trabalhou fora, sempre se dedicou ao lar e à família e, após a separação, entrou em depressão e nunca arrumou emprego. O restante da renda vem da pensão e aposentadoria da avó.

Sobre sua jornada de trabalho, Ana Primavesi se divide entre a faculdade e os trabalhos que realiza em casa, como criação e análises de projetos, sua carga horária diária

⁷ **Ana Primavesi** foi uma das responsáveis pelos avanços nos estudos sobre o manejo ecológico do solo e sua difusão, se tornando a pioneira da agroecologia no Brasil e na América Latina. Ela foi a primeira mulher, em um ambiente científico dominado por homens, a defender que o solo é um ser vivo, e que a própria vida das pessoas é propiciada pela vida do solo; **Grace Hooper** foi uma analista de sistemas da Marinha dos Estados Unidos nas décadas de 1940 e 1950, desenvolveu a linguagem de programação Flow-Matic, que foi a primeira delas a ser adaptada para o idioma inglês. Essa linguagem serviu como base para a criação do COBOL (Common Business Oriented Language) usado até os dias de hoje em processamento de bancos de dados comerciais. Hopper também é apontada como a autora do termo “bug”, que usamos até os dias de hoje para designar uma falha em códigos-fonte; **Edith Clarke** foi a primeira engenheira eletricista e primeira professora de engenharia elétrica da Universidade do Texas em Austin. Ela se especializou em análise de sistemas de energia elétrica e escreveu a Análise de Circuito de Sistemas de Potência AC. **Elmina Wilson** foi a primeira mulher a receber um diploma em Engenharia Civil nos Estados Unidos. Ela também foi a primeira mulher a ingressar como professora na Universidade de Iowa. Elmina abriu caminhos para que outras mulheres também ingressassem na Engenharia e desafiassem o preconceito contra a presença feminina nas universidades (WIKIPEDIA, 2019).

chega a até 12 horas ou mais, dependendo da quantidade de trabalho e os afazeres como professora: diários, planos e correções.

Quando perguntada sobre a escolha da profissão e sua vida escolar, Ana diz que [todos os meus estudos foram realizados integralmente em escola e faculdade pública, não tenho nenhum familiar na mesma profissão. Escolhi essa profissão, pois sempre fui apaixonada pela natureza e por animais, sobretudo cavalos... Meu pai é policial aposentado da cavalaria montada da polícia militar. Desde criança sonhava em ter meu cavalo e uma “roça” em que pudesse plantar e cavalgar livremente. O sonho de ter um cavalo consegui realizar ao participar do hipismo, já a roça me realizo cuidando de projetos sobre a agricultura familiar no campo. **Meus pais não gostaram muito da escolha**, minha mãe sonhava em me ver nas passarelas, achava que essa seria minha profissão, mas isso era só um passatempo para comprar besteiras e roupas. <A luta maior foi com meu pai >. **Ele achava que essa era uma profissão de homem**, que eu era muito **delicada** para trabalhar nessa área, que uma coisa era ter um cavalo, praticar hipismo, outra muito diferente seria lidar com a engenharia agrícola. Meu pai sempre foi muito **protetor**, não me deixava dormir na casa das minhas amigas, **controlava meus namoros**, sempre que ia tirar fotos ou participar de algum desfile ele ou minha mãe tinham que ir juntos... **Ele não concebia a ideia de não estar no controle da minha escolha**].

Ao perguntar sobre seu percurso no curso de Engenharia Agrícola, ela diz que sua turma contava com sete mulheres, apenas quatro se formaram, não sendo comum mulheres nesse curso, pois dizem que é trabalho para homem. Isso porque, segundo ela, [organizamos e acompanhamos o cultivo do solo, cuidamos da alimentação, reprodução e abate dos animais, além de gerenciar o armazenamento, industrialização e a comercialização de alimentos de origem animal e vegetal. Sofri em alguns momentos do curso, não porque isso era trabalho pesado, mas porque alguns colegas e professores não me achavam capaz de realizar esse trabalho. Vários foram os momentos em que pensei em desistir, entretanto tive o apoio das minhas colegas de turma, uma dava apoio para a outra...].

No questionário socioeconômico foi feito o seguinte questionamento: “enquanto mulher, na sua carreira, conte momentos de alegrias ou tristezas e justifique o porquê você sentiu-se assim”, esta foi a resposta escrita por Ana Primavesi: [Antes de entrar para a engenharia agrícola, fazia pequenos trabalhos como modelo. O perfil alta, magra e rosto até bonito me permitiu fazer alguns trabalhos, porém esse nunca foi meu sonho ou meta de vida, sempre foi uma maneira de ter dinheiro para ir a shows e comprar minhas coisas. Contudo, quando meus colegas descobriram, isso virou motivo de piadas durante muito tempo. Ouvia

coisas do tipo “Já passou filtro solar hoje? Vai estragar sua pele de modelo”, “Chegou a Gisele Bundchen da Engenharia, só que não”, “Trouxe o material de irrigação junto com a maquiagem?”. O tempo passou e aos poucos isso foi esquecido, entretanto tudo era motivo de piadinhas ou comentários sobre mim ou minhas colegas. Se comprávamos uma bota nova para ir a campo, se passávamos um batom ou prendíamos o cabelo de uma forma diferente que não fosse um “rabo-de-cavalo”, tínhamos que ouvir “Cuidado para não estragar o cabelo e maquiagem”, “Se arrumaram para os bois do pasto hoje, foi?”.

Isso tudo me incomodava, contudo, o que mais me entristecia era a postura dos professores homens. Fingiam não ver nem escutar, às vezes sorriam achando graça dos comentários. Um professor de Fundamentos da Topografia, em uma prova muito difícil, fez o seguinte comentário após a devolutiva da prova para um aluno: “Você foi pior que as mulheres nessa prova”. Outro professor, de Mecanização Agrícola, certa vez pediu que eu e minha colega nos retirássemos da aula de campo porque estávamos de short. Detalhe: nesse dia estava extremamente quente e nossos shorts estavam na altura do joelho. Enquanto isso, os alunos homens podiam vestir bermudas e um ou outro em alguns momentos tiravam a camisa devido ao calor.

Sobre os momentos de alegria ou tristeza, me sinto triste ao ser tratada como secretária ou estagiária no atendimento às demandas do cliente. E sinto alegria ao trabalhar com agricultores familiares e perceber a confiança sobre minhas competências].

1.2 Grace Hooper

Formada em Engenharia da Computação, atua como palestrante e servidora pública da FAB (Força Aérea Brasileira). Sendo essa a segunda vez que vem à Universidade X para ministrar uma oficina de verão. Tem 33 anos, casada e mora em Brasília em apartamento alugado. Ela e o marido dividem as despesas igualmente, mesmo ele recebendo mais. Isso foi um acordo entre eles, antes mesmo de ela passar no concurso, como não questionou, continuaram assim. Atualmente, sua carga horária diária é de 8 horas, além de alguns finais de semana em que ministra palestra, quase sempre em faculdades ou empresas.

Seus estudos do ensino básico foram realizados em escola particular e o ensino superior em faculdade pública, na UFG. Grace faz parte de uma família de advogados, a família inteira praticamente está no exercício do Direito. Sobre a escolha do curso de Engenharia, ela diz que [escolhi essa área, pois sempre tive afinidade com a área de exatas, mas até a época de fazer inscrição para o vestibular, no final do ensino médio, eu ainda não tinha um curso específico em mente. Eu morava em Goiânia e não pretendia estudar em outra

cidade, então pesquisei sobre os cursos disponíveis na UFG e acabei optando pelo de Engenharia da Computação **porque é um curso bem abrangente**, o que me permitiria trabalhar em diversas áreas dentro do universo da Tecnologia da Informação e era mais o meu perfil, pois não tinha paciência para humanas e nem estômago para biológicas hh. **Meu pai tentou me convencer de todas as formas**, até um carro ele me prometeu para mudar de ideia. A preocupação dele e da minha mãe era que eu não arrumasse um bom emprego, que era uma **profissão marcada primordialmente de homens**, nerds hh. Que eu jamais iria me adaptar].

Ao responder a pergunta do questionário socioeconômico, “Enquanto mulher na sua carreira conte momentos de alegrias ou tristezas e justifique o porquê você sentiu-se assim”, Grace Hooper deixou o seguinte relato.

[Sobre momentos de alegrias ou tristezas enquanto mulher, não sei se consigo associar “alegrias e tristezas”, está mais para pontos positivos e negativos. Saí do ensino médio, onde o número de homens e mulheres era equilibrado, para entrar em uma turma formada por 95% de homens, então a ideia foi um pouco intimidadora no início, principalmente porque sempre há curiosidade para saber quem são as mulheres da turma, então todo mundo fica te avaliando. Sempre dá para saber se você está ou não na sala de aula, é mais difícil passar despercebida. Na Campus Party, por exemplo, eu estava com as outras garotas da turma, então quatro mulheres da TI (Tecnologia da Informação) juntas chamaram bastante atenção, demos entrevistas e tudo, foi legal!

Como é de se esperar, a área de TI atrai muitos garotos com o perfil “nerd”, daqueles que gostam de jogos e não têm tanta facilidade de comunicação, principalmente com mulheres, então foi interessante e muitas vezes, divertido, ver como eles se enrolavam quando eu falava com eles.

Nunca tive problemas com discriminação por ser mulher durante a faculdade em assuntos relacionados ao curso em si, mas a interação social fica um pouco prejudicada. Um grupo formado majoritariamente por homens gosta de programas como jogar futebol e sair atrás de mulheres. E claro, também gostam muito de falar sobre suas conquistas sexuais e sobre pornografia, então já houve situações em que fiquei constrangida ao ouvir conversar e já percebi que eles também ficavam menos a vontade de falar besteiras com as meninas por perto.

Assim, já evitei participar de algumas atividades, reuniões e festinhas para sair dessas situações. Isso ocorre até hoje, uma vez que continuo na área da TI e trabalho em uma sala onde sou a única mulher.

Nem sempre fico à vontade em participar de *happy hour* e passeios semelhantes fora do ambiente de trabalho, pois já percebi que evitam me convidar para não terem problemas com namoradas/esposas ciumentas.

O lado bom é que um ambiente com muitas mulheres costuma ser mais cheio de intriguinhas, competições relacionadas à aparência e comportamento. Um ambiente de TI, com a maioria masculina, é mais tranquilo, ninguém tira tempo para falar que você deveria usar o cabelo de modo X ou o sapato da cor Y; que deveria usar mais maquiagem; que o decote da fulana é inadequado; que beltrana engordou e etc. Às vezes sinto falta das fofocas, mas na maioria das vezes é melhor poder ficar quieta no meu canto sem ninguém para incomodar.

Profissionalmente falando, hoje sou concursada, consegui minha vaga fazendo a mesma prova que todos os homens, então, ser mulher não foi um fator relevante, mas, quando estava no mercado privado, vi que eles procuram mulheres para cargos específicos por causa da relação que aquele cargo tem com os homens. Por exemplo, consegui uma vaga para a área de testes de *software*, onde um dos requisitos era ser mulher, já que os programadores, maioria homens, não recebiam tão bem outro homem apontando erros no trabalho deles, com uma mulher eles trabalhariam de forma menos conflituosa].

1.3 Edith Clarke

Formada em Engenharia Elétrica, trabalha como professora da Universidade X, professora substituta no IFGOIANO - Instituto Federal Goiano - e desenhista técnica em uma empresa de energia e automação. Tem 30 anos de idade, no atual momento não sabe seu estado civil, teve poucos relacionamentos sérios, isso porque acredita que os homens têm medo de mulheres independentes financeiramente e bem resolvidas. Segundo ela [não faço o tipo frágil e princesa hh, isso os assusta, então também gosto de princesas...]

Sobre sua situação econômica, financeira, mora sozinha no apartamento que financiou após muito trabalho e dedicação. Sua família toda mora em Itaberaí, interior de Goiás, seus pais são agricultores rurais aposentados, então ela ajuda com o que pode para eles terem uma vida melhor, além disso, ajuda a irmã a pagar a faculdade de Odontologia. Sua carga horária diária de trabalho é de 12 horas, porém muitas vezes ultrapassa essa média, pois é professora em duas faculdades, então leva muito trabalho para casa após o expediente, além de prestar consultoria como desenhista técnica.

Ao responder sobre sua vida escolar, Edith relata [meus estudos foram realizados em escola pública no interior, **minha base escolar não foi das melhores**, devido a vários fatores, o principal é que era muito difícil o acesso à escola... Primeiro estudei em escola na zona rural, depois tinha que caminhar 3 km a pé para pegar o transporte escolar até a cidade↑ Chegava super cansada, mas ao ver os esforços dos meus pais, encontrava força para continuar estudando e não desistir...]

Então, ela Conseguiu meia bolsa na PUC Goiás e veio fazer faculdade em Goiânia, morando de favor na casa de tios e primas até se formar. Nesse período trabalhava como *call center* para pagar o restante da bolsa e se sustentar, pois o dinheiro que os pais mandavam era muito pouco. O mais difícil para Edith foi fazer os tios entenderem sua escolha [o difícil mesmo, foi fazer meus tios entenderem. Vim morar com eles aqui em Goiânia para estudar, meu tio é comerciante e minha tia dona de casa. Minha prima mais velha fazia enfermagem e a outra pedagogia. **Meu tio sempre questionava**, dizia que eu devia fazer o curso das filhas, que **nesse curso só tinha homem** e que não estava certo uma moça de família frequentar esse ambiente. Só ouvia e não dizia nada, até porque estava ali de favor. Até hoje quando nos encontramos em festa de família **ele tem que dizer alguma coisa**, daí o resto da família emenda alguma brincadeira ou comentário: “deve ser por isso que não se casou”, “desse jeito **não vai arrumar marido**”. Finjo não ouvir e continuo fazendo o que tenho vontade].

Curiosa para entender o que a levou a escolher esse curso, ela responde [não sei explicar exatamente porque escolhi esse curso, **sempre gostei muito de matemática e física**, ao ver a grade do curso me apaixonei e sabia que era isso que queria fazer hh].

Ao responder a pergunta do questionário socioeconômico, sobre as alegrias e tristezas enquanto mulher na carreira de engenheira, Edith Clarke faz o seguinte relato.

[Na faculdade passei por algumas situações inusitadas, a primeira delas é que na minha sala só tinha eu de mulher e mais uma colega. Claro, nos apoiamos uma na outra até o fim do curso, fazíamos todos os trabalhos juntas, só participávamos de festas, congressos e seminários juntas. Isso não era por acaso, pois o assédio de uma turma predominantemente masculina e com maioria de professores homens acontecia sempre. Às vezes de forma sutil, outras nem tanto. Uma vez estava fazendo prova de probabilidade e estatística, fiquei por último, sozinha na sala com o professor, quando fui entregar a prova, ele pediu o número do meu telefone, fazia isso com todas as alunas. Todo mundo sabia e ninguém fazia nada. Sem contar as várias piadas que esse mesmo professor fazia em sala, ele fazia questão de deixar claro que nossa presença não o agradava: “Vocês mulheres são menos inteligentes que os

homens”; “Engenharia elétrica foi feita para macho”; “Você é burra? Vou ter que explicar de novo?”.

Os colegas de sala não eram muito diferentes. Certa vez, em uma festa de calouros, um colega de turma deu um tapa na minha bunda, fiquei indignada, quando fui tirar satisfações, ele cinicamente riu e disse que foi sem querer. Fui embora da festa me sentindo humilhada. Claro que nem todos eram assim, tínhamos poucos colegas da turma em que podíamos confiar e que por muitas vezes nos defendiam e apoiavam.

Quando ingressei no mercado de trabalho, me deparei mais uma vez com uma maioria masculina e foi meu momento de maior tristeza, pois trabalhei em uma empresa em que meus colegas me rotularam por minha aparência. Eu estava acima do peso, sempre fui gordinha, mas nessa época eu cheguei a pesar 98 kg, e os colegas faziam piadas, colocavam apelidos, nessa mesma época entrei em depressão. Eles não faziam isso entre si, mas se achavam no direito de fazerem comigo. Quando fui reclamar com meu chefe de departamento, ele respondeu: “Por isso não gosto de contratar mulher, se não aguenta pede para sair”.

Eu saí, e descobri na licenciatura o meu lugar de alegria e satisfação profissional. Sinto-me extremamente feliz ao ver que para muitas alunas (ainda poucas na engenharia) sou exemplo e inspiração. Ainda trabalho dando consultoria em empresas, porque pagam melhor, porém sonho em passar em um concurso para professora universitária e dispensar o trabalho nas empresas].

1.4 Elmina Wilson

Formada em Engenharia Civil, trabalha como coordenadora no curso de graduação em uma faculdade particular em Goiânia e em um escritório de arquitetura como gerente de projetos. Esse é o quarto ano consecutivo que vem à Universidade X para ministrar um curso de verão. Sua carga horária de trabalho é de 12 horas por dia, por muitas vezes tem que trabalhar em casa após o expediente da faculdade e escritório. Elmina tem 48 anos de idade, dois filhos adolescentes, mora em casa própria e toda a despesa da casa e dos filhos é feita por ela.

Seus estudos foram realizados na rede pública de ensino. Na época, sua mãe era professora, então ela e os irmãos estudavam na escola que sua mãe lecionava. Seu pai faleceu quando ela tinha dez anos de idade, foram momentos muito difíceis para Elmina e sua família, entretanto, todos eles foram superados com todo amor e dedicação de sua mãe.

Quanto a sua vida escolar e acadêmica, Elmina Wilson responde que [fiz todo meu ensino médio no Lyceu de Goiânia e depois entrei para Engenharia Civil na UFG. Tive

momentos de muita alegria e felicidade no campus, mas também tive muitas decepções... Foi na faculdade que conheci **o pai dos meus filhos**↑, ele também era da engenharia, uma turma à frente da minha. Com o passar do tempo de relacionamento, tudo que eu fazia não estava bom, tudo era motivo para **desqualificar minha presença no curso**, sempre encontrava uma brecha para dizer **que aquele curso não era para mim** ↓. Só consegui enxergar isso bem mais tarde, quando tirava uma nota boa em alguma disciplina, **ele ficava nervoso**, não compartilhava do meu sucesso, dizia que foi sorte ou pior que o professor me deu aquela nota porque eu era bonita. Aguentava tudo calada, mais sofria por dentro. ((E porque você aguentava isso?)) Ele tinha uma boa condição financeira, me ajudava nos custos com a faculdade, **me controlava emocional e financeiramente**, minha mãe com salário de professora não conseguia me ajudar muito].

Sua turma de graduação contava com seis mulheres, incluindo ela, eram inseparáveis, as chamavam de “as meninas da civil”, pois em todos os lugares lá estavam elas. Segundo Elmina, isso tudo ocorria talvez também porque era uma época em que a presença feminina no curso não era tão comum.

Ao responder sobre o questionamento feito no questionário socioeconômico sobre os momentos de alegrias e tristezas, Elmina relatou os seguintes fatos: [Tive excelentes professores na faculdade, bons profissionais, entretanto alguns sempre nos indagavam o porquê da engenharia civil. Que o curso era muito pesado, que teríamos que lidar diretamente com “peão” em obras, enfim, sempre havia uma tentativa para que desistíssemos. Quanto aos colegas de turma, esses eram terríveis. Sempre tinham piadas prontas, duvidavam da nossa capacidade intelectual, diziam que iríamos desistir e muitas vezes faziam grosserias que doíam na alma. Uma delas foi quando escreveram meu nome no banheiro masculino dizendo que eu “dava” para a engenharia inteira, isso porque recusei a investida de um colega de turma e, logo depois, comecei a namorar meu ex-marido.

Mais tarde, no campo profissional, continuei escutando as pessoas dizendo para fazer Arquitetura ou Design, pois “chão batido” é coisa para homem, lidar com “peão” em obra é coisa para homem. Nunca escutei e sempre impus minha presença, porém sempre encontrei empecilhos. Por exemplo, até pouco tempo atrás não havia banheiro feminino nos canteiros de obra, pois nossa presença não era comum, hoje já temos mulheres serventes, mestres de obras e engenheiras, ainda que poucas. Então, por muitas vezes segurava a vontade de ir ao banheiro, pois não me sentia à vontade, o que por algumas vezes me causou infecção.

Apesar de impor minha presença, muitas vezes eram inevitáveis as piadas e o assédio. Hoje não preciso mais pisar em canteiros de obras efetivamente. Sinto-me muito feliz na

coordenação do curso de engenharia civil na faculdade em que trabalho, pois vejo que as coisas estão mudando, o número de alunas é maior e de professoras também, o que não acontecia na minha época].

1.5 Uma breve reflexão sobre as narrativas

As características das participantes deste estudo denotam o papel sociocultural de gênero exercido pelas mulheres, construído historicamente em relações profissionais e sociais, nas quais passam por situações conflituosas por serem mulheres.

Fica evidente para mim que existe uma linearidade entre as narrativas dessas mulheres: são responsáveis pela maior parte do sustento familiar; passaram por situações de desigualdade de gênero na graduação e no campo profissional; se uniram a outras mulheres na graduação, uma vez que eram minoria; enfrentam problemas em seus relacionamentos afetivos, com exceção de Grace Hooper. Ana Primavesi não acredita que possa ter um relacionamento afetivo saudável, no qual não se sinta usada financeiramente; Edith Clarke “desconhece” seu estado civil, pois acredita que os homens “têm medo de mulheres independentes financeiramente e bem resolvidas” e Elmina Wilson reconhece que viveu um relacionamento abusivo.

Portanto, algumas questões nessa apresentação inicial das mulheres engenheiras, merecem serem analisadas. Quando Grace Hooper relata no questionário socioeconômico que na graduação ela e mais quatro garotas da TI estavam na *Campus Party*, descreve como um momento de euforia, pois ela e as amigas chamaram a atenção e deram entrevista. Além disso, os garotos da TI têm um perfil “nerd” e dificuldade de comunicação com mulheres, o que para Grace se tornou interessante e divertido. O que me leva a crer que além da hegemonia do gênero masculino⁸ nessa área, Grace nos ressalta aspectos que visibilizam mulheres, ainda que seja por aspectos considerados normais para o gênero feminino: garotas chamam a atenção da mídia — fetiche sexista pela audácia profissional de engenheiras (minorias) — e o estereótipo da capacidade comunicacional feminina⁹. Considerando o nível de letramento de

⁸ Masculinidade hegemônica é um conceito que tem sido apropriado em diferentes campos como educação; psicoterapia, relações internacionais entre outros. Um padrão de masculinidade é considerado hegemônico quando tende a “estabilizar o poder patriarcal ou reconstituí-lo em novas condições”. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2005, p. 272)

⁹ Esse tema será abordado melhor no segundo capítulo, na página 64.

Grace, podemos perceber que ela percebe sua condição na sociedade, mas reproduz estereótipos machistas em sua fala.

É notável a questão dos estereótipos sexistas na narrativa de Grace, quando ela menciona sua trajetória na graduação, diz que nunca teve problemas por ser mulher, porém diz que “a interação social fica prejudicada, isso ocorre porque, homens gostam de falar sobre futebol, conquistas amorosas, sexuais e pornografia, com a presença feminina eles ficam menos à vontade”. Isso quer dizer que assuntos de homens não combinam com os de mulheres ou não podem ser semelhantes? Esse questionamento leva-me a afirmar que gênero é uma construção social do sexo, o problema é que essa diferenciação tende a arrastar consigo relações tradicionais de subordinação do feminino ao masculino (BOURDIEU, 1999), podendo, por isso, o gênero ser também visto como “uma forma primária de demonstração das relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 67). Isso, como se sabe, tende a colocar os homens e as mulheres em situações de desigualdade entre si, elas mais do que eles.

Além disso, Grace diz não ficar à vontade para participar de momentos sociais com os colegas fora do ambiente de trabalho, segundo ela “percebi que evitam me convidar para não terem problemas com namoradas/esposas ciumentas”. Isso denota que a mulher é reduzida ao corpo feminino, o que culmina com o relato de Edith Clarke, ao descrever que durante uma festa na graduação foi tocada sem seu consentimento “um colega de turma deu um tapa na minha bunda” e mais tarde no campo profissional por estar acima do peso “trabalhei em uma empresa em que meus colegas me rotularam por minha aparência”. Da mesma forma, ocorreu com Ana Primavesi, que teve que lidar com as piadas dos colegas da graduação sobre o fato de ter trabalhado como modelo.

As falas elucidam as situações vexatórias para humilhar e sobrepor o poder, havendo, portanto, um reducionismo da mulher à estética corporal, uma objetificação e uma erotização feminina pelo simples fato de pertencer ao gênero feminino. Quando Edith Clarke menciona ter entrado em depressão devido à situação que vivenciou no trabalho, nos mostra a dificuldade de resistir aos rótulos e parâmetros estéticos corporais que nos são impostos diariamente pelos meios de comunicação: magra, alta e cabelos lisos. Essa postura gera malefícios para as mulheres, impondo padrões estéticos discriminatórios, além de não refutar o caráter machista do assédio moral no ambiente de trabalho, deslocamento regular no imaginário machista: restringir a existência da mulher ao corpo, à beleza, sem respeitá-la como profissional e engenheira.

Ademais, quando Edith cita o tio, diz que este sempre a questionava sobre sua escolha profissional, dizendo que ela deveria fazer o curso das primas, pois no curso de engenharia só

tinha homem e não era ambiente para uma moça de família. Edith só escutava e não dizia nada, o que nos prova que existe resistência pelo silêncio, uma vez que significa deslocamento do discurso hegemônico. O silêncio, para ela, significa permanecer no curso de engenharia, uma resistência que não é plena, porque não pode debater e confrontar as ideias do provedor, o tio, representante dessa cristalização identitária patriarcal, machista.

Infelizmente, essa é uma relação de enraizamento, que, segundo Bourdieu (2002), advém de uma espécie de eternização, isto é, de questões enraizadas que resultam de um trabalho de eternização advindo de instituições como escola, igreja e família, pois estas se baseiam nos princípios e valores patriarcais naturalizados em modelo da ordem social como sendo de ordem moral.

Conforme Bourdieu (2002), para que haja um abalo de tal eternização, é necessário que as mulheres se comprometam com ações políticas, a fim de que, por meio de movimentos sociais, seja possível criar meios de organização, armas simbólicas que as tirem da posição de subordinação e da violência:

sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2002, p. 6).

Falar sobre a dominação como uma espécie de violência invisível, me faz refletir sobre o pensamento machista exposto por Grace Hooper:

O lado bom é que um ambiente com muitas mulheres costuma ser mais cheio de intriguinhas, competições relacionadas à aparência e comportamento. Um ambiente de TI, com a maioria masculina, é mais tranquilo, ninguém tira tempo para falar que você deveria usar o cabelo de modo X ou o sapato da cor Y; que deveria usar mais maquiagem; que o decote da fulana é inadequado; que beltrana engordou e etc. Às vezes sinto falta das fofocas, mas na maioria das vezes é melhor poder ficar quieta no meu canto sem ninguém para incomodar. (Grace Hooper em resposta à entrevista realizada na pesquisa, 2019)

A crença de Grace é de que mulheres fazem fofocas, intrigas e competem entre si. Esse pensamento, não apenas de Grace, mas de muitas outras mulheres e homens, revela uma espécie de violência invisível. Bourdieu (2002) nos leva a inferir que as mulheres são interpeladas por essa ideologia e não se dão conta da referida interpelação. Essa naturalização também pode ser explicada a partir de um argumento apresentado por Bourdieu. Segundo ele,

por estarmos incluídas na sociedade, enquanto homem ou mulher, estruturas históricas da ordem masculina organizam, ainda que inconscientemente, “esquemas de percepção e de apreciação” em nós, enquanto produto social (BOURDIEU, 2002, p. 13). Dessa forma, as interdições acabam sendo resultado da dominação, isso poderia explicar o fato de Grace e de outras mulheres acreditarem e contribuírem para a perpetuação de um padrão social patriarcal, mesmo não se dando conta disso.

O autor afirma, ainda, que, ratificado pelo Estado, o patriarcado privado amplia-se para um patriarcado público. É no advento da propriedade privada que esse modelo de família tem sua raiz; a função da mulher está destinada à reprodução e ao lar, fatos que “contribuíam para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens” (BOURDIEU, 2002, p. 28).

Outrossim, o capital simbólico masculino também é valorizado pelo fator financeiro: uma mulher engenheira concorre com o homem, desequilibrando o patriarcado público. Por isso, o ex-marido engenheiro não aprova uma engenheira como esposa, assim como o tio em relação à sobrinha engenheira. Tampouco a tia de Edith Clarke, amálgama do marido, representante identitária do poder simbólico hegemônico da tradição patriarcal, a qual, para Simone de Beauvoir (1980), é herdada do advento da propriedade privada, que mantinha a mulher sob a imposição e caprichos masculinos na figura do pai e mais tarde do marido, o que, para a autora, significava uma luta permanente pela liberdade individual, para fugir do “destino de mulher” (BEAUVOIR, 1980, p. 144).

Refletindo ainda sobre os momentos que chamaram minha atenção nas narrativas das engenheiras, vejo na história de Elmina Wilson, um processo de resistência frente às problemáticas por ser engenheira e mulher. Ao mencionar sua trajetória na graduação, menciona que os professores a questionavam quanto à escolha: “que o curso era muito pesado, que teríamos que lidar diretamente com “peão” em obras”, “sempre havia uma tentativa para que desistíssemos”. Na concepção dos professores, as mulheres são incapazes de serem inteligentes para o curso e para administrar trabalhadores do gênero masculino.

Quando menciona os colegas de turma, Elmina afirma “esses eram terríveis”, duvidavam da capacidade intelectual dela e das outras mulheres que também faziam o curso, tinham piadas prontas e faziam grosserias, uma delas foi quando escreveram o nome de Elmina no banheiro masculino, dizendo que ela “dava” para a engenharia inteira. Isso certamente ocorreu porque ela se recusou à investida de um colega e em seguida começou um relacionamento com o ex-marido. Fica evidente que os homens que não suportam recusa

reagem com ofensas, invertendo valores, pois esperam apenas a aceitação de todas as imposições desejadas por eles.

Já no campo profissional, continuou tendo que lidar com situações conflituosas e com as pessoas lhe dizendo que ali, no “chão batido”, não era o seu lugar. Todavia, Elmina diz que nunca escutou esses comentários e impôs sua presença, mesmo encontrando empecilhos, como a falta de sanitário feminino nos canteiros de obras¹⁰. Ela enfrentou preconceitos, resistiu aos obstáculos e encontrou seu lugar de destaque em meio às investidas negativas hegemônicas por ser mulher. É importante observar que há uma certa consciência sobre o sexismo presente na sociedade, uma vez que as mulheres participantes dessa pesquisa são altamente letradas, o que possibilitou que tivessem uma visão ampla do mundo mediada pela educação.

Portanto, o que podemos observar é que os movimentos feministas no Brasil e no mundo ergueram bandeiras que propiciaram diversas conquistas às mulheres, tais como: a inserção no mercado de trabalho, direito à educação, a luta pelo sufrágio, entre outras. São transformações muito importantes que contribuíram para a definição da posição de gênero na sociedade, bem como o desejo e direito à igualdade de gênero. Entretanto, me parece que os significativos progressos não impedem que ainda estejamos pautadas socialmente pelo domínio marital.

No capítulo 2, analiso as relações de trabalho estabelecidas historicamente e como se deu o processo de ingresso das mulheres nas engenharias. Almejo, com isso, entender as implicações e atravessamentos que se constituíram na vida profissional e pessoal delas. Considero, para tanto, os pressupostos dos estudos feministas, posto que compreendo gênero como constituído inter-relacionado à linguagem das sujeitas e acredito na importância do olhar interseccional para estudos voltados à mulher. Dessa forma, os entendimentos necessários para pensar as relações de gênero são buscados, principalmente, em autoras e autores como Guacira Lopes Louro (2014), Judith Butler (1990), Joan Scott (1995, 1999), Silvia Federici (2017) e Robin Lakoff (1973).

¹⁰ A constituição do gênero discursivo canteiro de obras exclui espaços de exclusividade femininos devido à cristalização do poder masculino na profissão da área de Engenharias. Essa cristalização aconteceu com todas as engenheiras, no mercado de trabalho, na universidade e nas festas.

CAPÍTULO 2

ENGRENAGEM CÔNICA: A FORÇA FEMININA QUE MOVE AS ENGRENAGENS DO TRABALHO

Neste segundo capítulo, trago como referência a engrenagem cônica, pois ela tem como objetivo realizar a transmissão do movimento rotatório entre um eixo e outro, fazendo com que possíveis atritos caiam sobre apenas um dente da peça, o que faz com que ele possa se desgastar mais ao longo do tempo. Essa engrenagem pode ser de diferentes tamanhos, sendo cônicas de dentes: helicoidais, hipóides, espirais e retos, tendo cada uma delas função importante para transmitir o movimento de um eixo rotativo a outro, o que configura uma rotação motora por meio de dois cilindros. A função e a importância de cada uma delas vão ser usadas para entender o processo das relações de trabalho das engenheiras.

Para que possamos compreender esse processo de transmissão, é necessário primeiramente rastreamos o processo das relações de trabalho que envolveram as mulheres historicamente e qual a importância do feminismo nessa engrenagem. Dessa forma, poderemos, em seguida, entender a questão da interseccionalidade, que tem papel fundamental para que se possa compreender também o processo de desgaste que acontece ao longo da vida das mulheres ao se movimentarem dentro e fora do eixo da engrenagem da vida.

No tópico a seguir, delimito o marco temporal da contextualização histórica da inserção das mulheres no mercado de trabalho em meados do Brasil Império e a partir de meados do século XIX, por ser esse o período no qual houve um crescimento substancial da participação feminina no mercado de trabalho, em virtude da expansão industrial e da urbanização do país. Assim, poderemos entender melhor as questões inerentes à profissão das mulheres engenheiras, bem como questões que envolvem o processo de formação delas, que está relacionado diretamente aos atravessamentos interseccionais.

Interseccionalidade conceitualmente foi cunhada por Kimberlé Crenshaw, jurista estadunidense e professora da teoria crítica de raça, no âmbito das leis antidiscriminação. Carla Akotirene (2018) defende que é uma ferramenta teórica metodológica usada para pensar a questão estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado que afeta, sobretudo, as mulheres negras. Dessa forma, não podemos falar do feminismo interseccional sem trabalhar o paradigma afrocêntrico.

O trabalho de Lélia Gonzalez, *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1984), traz uma análise sobre a questão da interseccionalidade, que envolve múltiplas formas de opressão e dominação articuladas ao processo colonial, persistentes e duradouras, que naturalizaram as

hierarquias sociais. Seu trabalho pode ser entendido como precursor em termos das análises de gênero em perspectiva interseccional, juntamente com o trabalho de Angela Davis, *Mulheres. Raça e Classe*, publicado em 1981. Interseccionalidade, portanto, é uma abordagem crítica às formas analíticas tradicionais de produção de conhecimento, ao mesmo tempo em que se apresenta como instrumento de emancipação política.

2.1 Engrenagem cônica de dentes helicoidais: gênero nas relações de trabalho

As engrenagens cônicas de dentes helicoidais são bem diferentes das engrenagens comumente encontradas. Seus dentes são mais complexos e seu formato é cônico. Uma vantagem desse tipo de engrenagem consiste no fato de que os dentes se engatam pouco a pouco, ao invés de toda a face ao mesmo tempo, assim é proporcionada uma maior segurança ao lidar com forças e velocidades maiores. Da mesma forma, pouco a pouco é que foram construídas as relações de trabalho das mulheres na história, o que lhes possibilitou adquirir forças para se impulsionarem no mercado de trabalho.

Ao buscar um contexto histórico para as relações de gênero, nos deparamos com a obra de Peter N. Sterns, *Genre in world history* (2007), a qual aborda as relações entre definições de masculino e feminino e os papéis estabelecidos entre estes. Segundo o autor, o conceito de gênero perpassa por três períodos: no primeiro se adota o modelo unidimensional. Nesse período pode-se refletir a questão biológica do corpo, em que até meados do século XX prevaleceram conceitos em relação às características femininas e masculinas. Mas ainda hoje há processos de subjetivação que legitimam essa perspectiva de as características orgânicas definirem os gêneros feminino e masculino (reduzindo ao sexo). Segundo essa categoria, homens e mulheres têm naturezas diferentes, tais como: personalidade, valores e atitudes. Dessa forma, o masculino tem funções viris, estando predisposto às atividades relacionadas ao trabalho físico e mental. Já as mulheres estão predispostas às atividades domésticas e aos cuidados, uma vez que elas possuem a capacidade de serem mães.

Segundo Saffioti (1992), a mulher, como dominada-explorada, tem a marca da naturalização, do que é inquestionável, já que é dado pela natureza. Logo, os espaços de aprendizado e os processos de socialização reforçam preconceitos e estereótipos como sendo próprios de uma categoria biológica, levando, portanto, a uma naturalidade. Contudo, a categoria biológica que diferencia homens e mulheres não é a única responsável por tais colocações.

A história aponta a descontinuidade discursiva, pois saberes e poderes emergem em diversas condições socioculturais, não apenas numa determinada época. Sendo assim, nos anos 1960, o conceito de gênero passou a ser construído sob o modelo bidimensional, sendo, portanto, o segundo período.

A filósofa e ativista feminista, Nancy Fraser (2009), é o marco teórico imprescindível para que possamos compreender a concepção de gênero bidimensional. Segundo a autora, gênero alcança duas dimensões do ordenamento social: a dimensão da redistribuição e a do reconhecimento. Na primeira dimensão, gênero assemelha-se à classe, sendo esta uma particularidade da estrutura econômica da sociedade, a qual fundamenta a divisão do trabalho entre “produtivo” pago e doméstico “reprodutivo” não pago, sendo este último responsabilidade das mulheres (FRASER, 2009). Quanto à dimensão do reconhecimento, gênero é uma forma de distinção de status da sociedade, ou seja, dos padrões culturais que são impostos, tais como a valorização da masculinidade em detrimento da desvalorização do feminino, levando a interpretações e avaliações que já estão disseminadas, sendo, portanto, enquadramentos androcêntricos que promovem a divisão social.

Já em meados dos anos 1980, emprega-se o terceiro período, pluridimensional, tendo como propósito o gênero nas relações de trabalho, no qual podemos dizer que, pelas diferenças entre os sexos, não se pode deduzir em que medida ambos se adequariam melhor à determinada profissão. Apesar de essa concepção emergir nos anos 1980, a prevalência do discurso machista marca também o século XXI, em detrimento da hegemonia do terceiro período pluridimensional. É nesse contexto que podemos analisar as relações de trabalho referentes às questões femininas. Contudo, antes é necessário voltarmos um pouco na história para entendermos essas relações e, mais do que isso, entendermos que as mulheres nunca foram passivas a essas relações.

Ao ler a obra de Silvia Federici, *Calibã e a Bruxa*, na qual a autora aborda a relação de classes no feudalismo, com centralidade no papel da mulher neste período, notamos que a obra ressalta que, ao contrário da passividade presente no imaginário que temos em relação à época, a mulher teve importância ativa, como trabalhadora, nos movimentos hereges e nas lutas feudais, o que posteriormente resultou na perseguição de mulheres pela Igreja Católica durante a inquisição.

Federici (2017) pontua que no período feudal o papel desvalorizado da mulher era presente, sendo esta considerada cidadã de segunda classe. Porém, apesar desse status precário na classe serviente, as mulheres da época ainda eram menos dependentes de seus parentes do sexo masculino e estavam menos subordinadas as suas necessidades do que as

mulheres na sociedade capitalista, pois elas realizavam o trabalho junto à terra, além do trabalho doméstico e de cuidado, dispendo da utilização de meios para se manterem sem dependência direta do marido ou autoridade patriarcal familiar.

Na sociedade feudal, as tarefas de cozinhar, fiar, lavar e manter as hortas, bem como a criação das filhas, eram necessárias e vistas como tal. Esse trabalho era tido como indispensável para a manutenção da unidade organizacional familiar. Assim, nas economias de autoconsumo, o trabalho realizado pela mulher é de suma importância para a vida familiar. Além disso, como pontua Federici (2017), tais tarefas femininas eram comumente realizadas em espaços coletivos, propiciando um encontro de mulheres e fortalecimento de laços entre elas.

Esse pensamento corrobora o de Saffioti (2013), para quem a mulher das camadas sociais responsáveis pela produção de bens e serviços sempre participou da sociedade enquanto força de trabalho, tanto para a subsistência familiar quanto para a produção de riquezas. Logo, a mulher esteve presente nas economias pré-capitalistas, mais precisamente no estágio de pré-revolução agrícola e industrial, em diversas atividades além das domésticas, com grande participação no mercado e no comércio. Embora jurídica, social e politicamente, a mulher se encontrasse em posição inferior ao homem em tal época, sua participação era ativa na sociedade. Assim, a mulher encontra lugar no sistema produtivo, apesar de ter papel menos relevante, vista como subsidiária ao homem no âmbito familiar.

Segundo Federici (2017), mais tarde as mulheres foram expulsas do sistema produtivo, como uma preparação para a sociedade urbana que estava para ser formada. Dessa maneira, os estágios feudais e de burgos foram marginalizando a mulher do sistema do trabalho produtivo, sustentando um cenário não favorável para a posição da mulher enquanto trabalhadora quando do surgimento do capitalismo.

Dessa forma, a crise do poder feudal demandou resposta da classe dominante para a manutenção do poder, tendo uma de suas consequências a ofensiva global que resultou no desenvolvimento do capitalismo. O processo que durou algo em torno de três séculos se baseou, literalmente, na violência. Federici (2017) diz que a violência é a força motriz do período para o processo de acumulação primitiva, já que o desenvolvimento capitalista exigiu um salto de riqueza apropriada pela classe dominante europeia e no número de trabalhadoras sob seu comando. Aqui, constitui-se uma imensa acumulação da força de trabalho, nas faces do trabalho roubado através do saque perpetrado e da exploração massiva das trabalhadoras. Segundo a autora:

De forma significativa, a tendência da classe capitalista durante os primeiros três séculos de sua existência era impor a escravidão e outras formas de trabalho forçado como relação de trabalho dominante, uma tendência que só foi limitada pela resistência dos trabalhadores e pelo perigo de esgotamento da força de trabalho (FEDERICI, 2017 p.121).

Destarte, com a impossibilidade de implemento da volta da servidão na Europa, a resposta da classe dominante foi a expropriação das terras campesinas e a implementação do trabalho assalariado forçado, não se desenvolvendo um mercado de trabalho livre até o século XVIII. Nesse contexto, as mulheres foram as que mais sofreram com o fim dos vilarejos comunitários. A vida nômade era incrivelmente suscetível à violência masculina, não sendo uma opção tão viável para as mulheres quanto para os homens se lançarem nesse tipo de aventura. Também o cuidado com as filhas e a gravidez continuou presente, tendo a mulher mobilidade reduzida para serem trabalhadoras migrantes.

Houve, portanto, uma mudança de uma sociedade baseada na subsistência para a monetização das relações sociais, sendo absolutamente prejudicial às mulheres. Assim postula Federici:

O trabalho reprodutivo continuou sendo pago – embora em valores inferiores – quando era realizado para os senhores ou fora do lar. No entanto, a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como ‘trabalho de mulheres (FEDERICI, 2017, p. 145).

A atividade de reprodução da trabalhadora passou a ser entendida como sem valor do ponto de vista econômico, bem como deixou de ser vista como um trabalho em si. As tarefas de reprodução agora eram muito mais sexualizadas, contando para serem invisibilizadas com o desvalor relegado às mulheres e ao tipo de trabalho por elas normalmente realizados. Além da desvantagem de a reprodução, já sexuada, não reverter em valor social para as mulheres, estas foram excluídas da maioria das profissões assalariadas e, quando trabalhavam, ganhavam salário consideravelmente menor do que o masculino.

Então, na transição para o capitalismo as mulheres sofreram um tipo de degradação social fundamental para a acumulação de capital. O ciclo de desvalorização do trabalho reprodutivo gerou uma desvalorização também no produto deste – a força de trabalho – e uma classe mais debilitada monetariamente do que os próprios homens trabalhadores, devido à falta de acesso ao salário por parte das mulheres.

Diante disso, o Brasil foi inserido na lógica capitalista mundial, porém, cabe lembrar que, se para os países de centralidade no capitalismo mundial a utilização do fator sexo para a

manutenção de uma classe marginalizada do sistema produtivo já se faz necessária, para um país de economia dependente essa discriminação se torna ainda mais presente no sistema produtivo.

O retrato que temos do Brasil Colônia, desde o processo de escravidão, exploração e violência, explica muito a feição da pobreza que podemos visualizar ainda hoje no Brasil. Desde a época, as mulheres foram afastadas do trabalho remunerado, não conseguindo se sustentarem por elas mesmas. Muito próximo do quadro do Velho Mundo com a entrada do capitalismo – embora por motivos diferentes – as mulheres continuaram sem acesso à riqueza e a meios de sustento próprio, de maneira independente de um centro masculino.

Segundo Algranti (1993), no Brasil as mulheres da classe dominante ainda tinham certa proteção quanto aos percalços do sustento, já que poderiam herdar os negócios da família, havendo casos de mulheres que efetivamente comandaram e perpetuaram a riqueza de maridos e pais. As mulheres negras, relegadas ao trabalho forçado, encontrariam as maiores dificuldades quando da abolição da escravidão legal, já que, na condição de pobres, sofreram também com a discriminação racial e a discriminação pelo sexo. O trabalho mais lucrativo e presente para as mulheres, tanto negras quanto brancas, de camadas pobres, acabou sendo a venda de seus corpos, que no âmbito da sociedade patriarcal se constituía em trabalho de demanda inesgotável e única saída para sobrevivência de muitas das mulheres marginalizadas – como ainda o é, em alguma medida, nos tempos atuais (ALGRANTI, 1993).

No Brasil Império, por volta de 1824, as mulheres não podiam votar, e eram mantidas, em sua maioria, analfabetas. Com isso, lhes cabia o espaço doméstico, já que mantê-las em situação de ignorância as deixaria longe da vida pública. A autora Miridan Knox Falci faz uma explanação sobre a mulher desse período em seu artigo *Mulheres do sertão* que faz parte do livro *História das Mulheres do Brasil*:

As mulheres de classe mais abastada não tinham muitas atividades fora do lar. Eram treinadas para desempenhar o papel de mãe e as chamadas “prendas domésticas”- orientar os filhos, fazer ou mandar fazer a cozinha, costurar e bordar. Mulheres menos abastadas ou viúvas faziam doces por encomenda, arranjos de flores, bordados a crivo, davam aulas de piano e solfejo, e assim puderam ajudar no sustento e educação da numerosa prole. As mulheres pobres não tinham outra escolha a não ser procurar garantir seu sustento. Eram, pois, costureiras e rendadeiras, lavadeiras, fiandeiras ou roceiras – estas últimas, na enxada, ao lado de irmãos, pais ou companheiros, faziam todo o trabalho considerado masculino: torar paus, carregar feixes de lenhas, cavoucar, semear, limpar a roça do mato e colher (FALCI, 2004, p. 249-250).

Essa relação de trabalho nos mostra uma distribuição desigual de responsabilidades na produção social, com critérios de distribuição sexistas e classistas, sendo atribuída

socialmente a cada uma a própria sobrevivência de acordo com sua classe e sexo. Essa desigualdade fica mais aparente quando lemos o artigo de Joana Maria Pedro, *Mulheres do Sul*, que também compõe o livro de Miridan Falci. Nesse artigo, são disponibilizados trechos do jornal *Blemenauer Zeitung*, o qual apontava as novas exigências do sexo feminino, em que atribuía às mulheres a exclusividade dos trabalhos domésticos e questionava sua participação em atividades agrícolas, uma vez que esse ofício as retirava dos seus cuidados de mãe e dona de casa, que eram consideradas funções da mulher em qualquer etapa da vida. Então, se elas se mantivessem trabalhando na roça, a família teria prejuízos financeiros, devido à perda de forças de seu corpo e ao abandono em que ficariam as crianças e serviços domésticos.

Com a Proclamação da República, os modelos femininos de trabalho passaram a ser mais reforçados, pois foram promovidas intensas transformações das elites que se configuraram no decorrer do século XIX. Com as crises políticas, principalmente as capitais passaram por reformas quanto ao espaço físico, o que levou à segregação das camadas populares com o objetivo de afastar a pobreza dos centros urbanos. Em relação às mulheres, essas políticas tiveram algumas particularidades.

A idealização da mulher das elites urbanas serviu como aparato para todas as mulheres, levando às mulheres das camadas populares a receberem baixos salários por parte dos empresários e líderes operários, como tentativa de exclusão das mulheres e crianças do mercado de trabalho. Com o crescimento das áreas coloniais, passaram a circular nas capitais do Sul diferentes origens étnicas, o que aumentou as disputas por espaços políticos, incomodando a elite urbana, que buscava prestígio econômico e social e, até mesmo, uma diferenciação de suas mulheres. Assim sendo, essa problemática propiciou a divulgação de imagens que delimitavam as mulheres aos papéis familiares, porém, devido à acumulação de riquezas ser inferior ao desejado, a divulgação de tais imagens foi limitada, sendo esse modelo adotado por poucas mulheres.

No artigo intitulado *Mulheres do Sul*, nos é referido que, na virada do século, as imagens das prostitutas tornaram-se referências de como não deveríamos ser. O que não mudou muito nos dias de hoje, dado o grande preconceito que permeia a imagem da prostituta. O comportamento, os modos de falar, de vestir e até mesmo de perfumar-se foram execrados e deveriam ser evitados por “mulheres de bem”. Assim, a imagem da prostituta nos serviu e serve para regularizar nossos comportamentos. Essa relação entre as trabalhadoras e as prostitutas existiu devido à definição de padrões normativos de conduta, pois no imaginário da sociedade, sobretudo das elites, o trabalho braçal feminino estava associado à perdição, corrupção moral, degradação e prostituição.

Essa imagem ameaçava as jovens trabalhadoras. O jornal *Exemplo*, em 1893, alertava:

Fazem muito bem as moças que têm seus escrúpulos e que não querem trabalhar nas fábricas: e realmente a maioria das moças empregadas nesses estabelecimentos fazem todos os esforços para se desmoralizarem. Quando não é por meio de namoros escandalosos, é sujeitando-se a humilhações como aconteceu esta semana na Cia. Manufactora. Houve uma lavação na secção de espartilhos, encarregando-se disso as próprias operárias. Como não havia de ser interessante, ver-se umas sem vestido, outras descalças, outras todas arregaçadas e outras em fraldas de camisa! (PEDRO, 2001, p. 60-61).

Trabalhar fora de casa era sinônimo de falta de escrúpulos, ao ponto de as trabalhadoras serem comparadas às prostitutas. O próprio termo “lavação na secção de espartilhos” refere às mulheres “lavarem a roupa suja”, ou seja, discutir os problemas, quase sempre conjugais, em casa com seus maridos. Assim, como o jornal *Exemplo*, outros também divulgavam imagens idealizadas, em que o lar era definido como lugar das mulheres; aceitando também que elas poderiam receber menores salários, pois possuíam menos necessidades.

Isso ocorria porque o trabalho nas fábricas estava associado à questão da moralidade social, em que discursos de diversos setores da sociedade o consideravam como “antro da perdição”, “bordel” ou “lupanar”, sendo a trabalhadora vista como uma figura indefesa, o que de certa forma direciona a mulher à esfera da vida privada. Assim, teóricas inglesas, francesas e outras acreditavam que o trabalho fora de casa destruiria a família, tornando os laços familiares frouxos, com crianças crescendo sem a constante vigilância das mães. Estas, por sua vez, deixariam de ser dedicadas às crianças e maridos, caso trabalhassem, além, é claro, de que muitas deixariam de se interessar pelo casamento e pela maternidade (RAGO, 1997).

Contudo, apesar do investimento na divulgação de imagens que relacionavam a mulher ao trabalho doméstico e ao lar, muitas sozinhas, viúvas ou solteiras cobravam suas dívidas e instauravam processos, sendo diferentes da imagem de fragilidade relacionadas a elas. Portanto, segundo Pedro (2001), a presença feminina nas repartições públicas, movendo processos, nas ruas, vendendo, praticando a prostituição, lavando roupas, lecionando, costurando, ou seja, tentando sobreviver economicamente e de modo autônomo, mostra a participação no trabalho e na urbanização das diferentes cidades.

Simultaneamente, Margareth Rago, em *Trabalho feminino e sexualidade*, mapeia um retrato histórico, com dados estatísticos sobre o trabalho feminino nas fábricas têxteis, nas primeiras décadas do século XX. Baseando-se no livro de Patrícia Galvão - mais conhecida como Pagu, *Parque Industrial*, e nos diversos artigos da imprensa operária, a autora nos

mostra a difícil vida das operárias, marcada por baixos salários, condições de trabalho análogo à escravidão, os maus-tratos de patrões e o contínuo assédio sexual que sofriam.

Nos primórdios da industrialização brasileira, as trabalhadoras eram percebidas de vários modos, sendo uma mulher frágil e infeliz para os jornalistas, “indesejáveis” e perigosas para os patrões, inconscientes e passivas para os políticos, “degeneradas” para juristas e médicos. Entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX no Brasil, grande parte do proletariado era constituído por mulheres e crianças imigrantes, pois representavam percentual da força de trabalho e pouco custo aos patrões. Com o fim da escravidão, a política adotada pelo governo foi atrair migrantes europeus para trabalharem em lavouras e fábricas. Contudo, as mulheres pobres, sobretudo mulheres negras, continuaram a ocupar postos de trabalhos desqualificados, recebendo baixos salários. Em suma, os documentos da época e as estatísticas fornecidas por autoridades policiais e médicos possibilitaram apurar um grande número dessas mulheres como vendedoras de rua, prostitutas, empregadas domésticas, lavadeiras e doceiras (RAGO, 2001, p. 582).

Como resultado do processo de industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina, as trabalhadoras progressivamente vão sendo expulsas das fábricas. Independentemente da classe social à qual pertencessem, as barreiras enfrentadas no mundo dos negócios eram sempre gigantes. Elas tiveram de lutar contra a intimidação física, a variação salarial, a desqualificação intelectual, e o assédio moral para ingressar no campo majoritariamente masculino. Hirata (2002) corrobora com esse argumento, pois segundo a autora, a inserção no mercado de trabalho não significou conquista de espaço, ao contrário, as mulheres eram vistas como “reserva de mão de obra” necessária para a acumulação do capital no período de expansão econômica e descartadas nos momentos de crise.

Assim sendo, as mulheres continuavam à margem do desenvolvimento, tratadas como beneficiárias passivas do desenvolvimento e crescimento econômico acelerado, cabendo, portanto, a elas os programas com base em atribuições consideradas femininas, tais como: economia doméstica, saúde, nutrição e planejamento familiar (SANTOS, 2002; 2005).

Isso nos leva a crer que, durante a maior parte da história, o patriarcado foi imposto às mulheres, sendo legitimado nos papéis que as diferenciavam, nos valores e na separação da esfera pública da privada, por meio da segregação sexual. Dessa forma, as atribuições eram bem distintas, sendo a mulher subordinada e inferior ao homem, tendo o espaço privado como lugar, enquanto ao homem estava reservada a demarcação dos espaços sociais e a superioridade.

É essa a bagagem histórica que carregamos para os dias atuais. A análise dos dados deste trabalho mostrará como o machismo e sexismo se configuram nos dias de hoje aos moldes do padrão que pode ser historicamente observado. Evidentemente, as lutas do

movimento feminista e a não aceitação dessas imposições gerou uma zona de conflito que desencadeou muitas conquistas. Mas, por outro lado, muito do pensamento patriarcal e das práticas machistas se reconfiguram em nossas práticas atuais, muitas vezes de maneira velada, ou sob o rótulo de “brincadeira” ou “piada”, e muitas vezes também de maneira explícita, violenta e cruel.

Todas as lutas e conquistas históricas colocaram tais questões para reflexão, tensionando as relações de gênero, mas ainda não foram o suficiente para alterar a estrutura social. As narrativas e reflexões apresentadas confirmarão que, em detrimento de todas as conquistas, o machismo é estrutural na sociedade brasileira, se apresentando em suas nuances num conflito intenso com o empoderamento feminino, mas como uma marca muito presente e difícil de ser apagada, pois se reconfigura e se mostra de várias formas e em suas contradições.

2.2 Engrenagem cônica de dentes hipóides: movimento feminista e as relações de trabalho

Determinado o contexto histórico das relações de trabalho, a próxima etapa é a da engrenagem cônica de dentes hipóides sob a luz do movimento feminista. Nela, os eixos das engrenagens são descentralizados, ou seja, as linhas dos eixos não se encontram, isso permite uma margem de translação do eixo da segunda engrenagem, que é compacta e pode ser usada em espaços limitados. As hipóides têm dentes longos, o que aumenta a cobertura dentada. No entanto, a separação dos eixos causa um deslizamento adicional dos dentes e gera maior quantidade de calor, obrigando o uso de óleos lubrificantes especiais, que são os de alta viscosidade e devem ser aplicados periodicamente. Podemos perceber, então, que é um tipo de engrenagem que requer um cuidado particular.

Ao refletir sobre os estudos feministas, deve-se considerá-los não apenas como uma teoria que analisa as relações entre os sexos na sociedade; antes é necessário pensá-los como um movimento social, cultural e político, que luta pela superação de desigualdades. Esse movimento possivelmente tem suas origens na França, entre 1830 e 1840, momento este de reivindicações por igualdade de direitos tanto no matrimônio como no acesso às profissões.

A década de 1960 é simbólica para o feminismo mundial¹¹, porém o aparecimento de escritos feministas e de movimentos de mulheres por sua emancipação remonta a uma época

¹¹ É simbólica porque o advento da pílula anticoncepcional permitiu uma libertação dos comportamentos sexuais antes restritos à monogamia e às relações matrimoniais. Paralelamente, o meio intelectual também passou a se voltar para a essa questão com a difusão de livros de autoras que se interessavam em desconstruir o papel da

anterior, pois no século XIX observamos diversas experiências de organizações que questionaram o papel das mulheres na sociedade, exigindo direitos civis, acesso à educação, ao voto e à política. Eram movimentos vinculados às ativistas que ficaram conhecidas como “sufragistas”. Suas manifestações foram ouvidas no mundo inteiro (DECAUX, 1972).

A jornalista feminista norte-americana Margaret Fuller (1994, p. 85), no final do século XIX, declarou sobre o reconhecimento da liberdade: “A mulher precisa não de agir ou dominar como mulher e sim de uma natureza para evoluir, um intelecto para discernir, uma alma para viver livremente, e a possibilidade de desenvolver sua potencialidade”. Isso demonstra a imagem contrária que muitos tentaram disseminar — e continuam tentando — ao dizer que as mulheres pretendem ser como os homens ou ocupar seus espaços. Desde sempre a consciência feminista manifesta-se pelo engajamento das mulheres em causas libertárias e na luta por igualdade.

Assim sendo, em meados da década de 1970, a mulher entra na esfera pública, para lutar por seus direitos e contra toda forma de opressão, reivindicando igualdade de direitos entre mulheres e homens, salários iguais no exercício da mesma profissão, divisão justa do trabalho doméstico e na esfera reprodutiva. Contudo, essa não foi, e não é uma luta fácil, uma vez que as mulheres enfrentaram inúmeros obstáculos para participarem do mundo “público do trabalho”, pois independente de classe social, este era um lugar naturalmente masculino, prevalecendo, portanto, barreiras que iam/vão desde a variação salarial e intimidação física, até a desqualificação intelectual e o assédio sexual (RAGO, 1997).

Podemos dizer que o crescimento do feminismo no século XIX está associado à implementação do capitalismo, uma vez que as mulheres que trabalhavam nas fábricas tiveram acesso à instrução escolar devido à demanda da sociedade capitalista, pois era necessário capacitar a classe de mulheres proletárias para que elas pudessem desempenhar suas atividades. Da mesma forma, as mulheres de classe abastada tiveram acesso à leitura e escrita, pois era um atributo considerado necessário para serem boas esposas e mães. Consequentemente, o acesso à alfabetização foi fundamental para a disseminação de ideias emancipatórias entre as mulheres. O acesso à educação ocorreu juntamente com o crescente aumento das mulheres ao mercado de trabalho. Mulheres e homens estavam inseridas/os no processo produtivo.

mulher na sociedade, como por exemplo “O Segundo Sexo” de Simone Beauvoir e “A mística do feminino” de Betty Friedan. A partir de então, muitas mulheres saíram às ruas com o intuito de reivindicar os mesmos direitos assegurados pela constituição liberal de seus países. Entre outras questões, lutavam para que as faixas salariais de homens e mulheres fossem devidamente equiparadas.

Contudo, essa emancipação ao processo educativo não elevou as operárias para melhores condições de trabalho, muito menos a postos mais elevados, ao contrário, continuavam a exercer as piores funções no trabalho produtivo e serem menos remuneradas. Segundo o historiador Eric Hobsbawm (1996), as famílias operárias viviam abaixo da média, portanto, tanto o trabalho infantil como o das mulheres era um “mal necessário”, pois aumentava a renda das famílias. Logo, o ingresso das mulheres no trabalho levantou algumas problemáticas importantes na sociedade: as mulheres seriam mesmo o “sexo frágil” ao aguentar jornadas desumanas de trabalho? Seriam elas menos competentes que os homens para o trabalho? A partir do capitalismo evidenciamos na sociedade a discriminação que as mulheres enfrentavam/enfrentam na esfera pública e privada. A entrada da mulher no mundo produtivo possibilitou uma crescente organização das trabalhadoras na luta por direitos iguais e pela ruptura do sistema que as oprimia pela sua condição de mulher (HOBSBAWM, 1996). Desse modo, as mulheres passaram a integrar o movimento operário, reivindicando ao lado dos homens a superação do capitalismo que as/os oprimia. Segundo Hobsbawm (1996), no final do século XIX, a participação feminina nos sindicatos e associações chegava a 10%, o que era bastante significativo para o período, sendo inegável que o acesso das mulheres ao mundo do trabalho possibilitou a desestabilização dos papéis sociais que as mulheres desempenhavam no espaço doméstico, o que resultou no crescimento de reivindicações femininas por espaços e conquistas.

As operárias reivindicavam principalmente a redução da jornada de trabalho e o reconhecimento profissional, uma vez que nos países europeus elas dependiam da autorização do pai ou marido para poderem trabalhar. A autora Michelle Perrot (1998) expõe que na Inglaterra e na França, entre 1857 e 1907, foi necessária a aprovação de leis para que as mulheres pudessem receber diretamente seus salários. As aparentes conquistas femininas, sobretudo na França, estão relacionadas ao interesse patronal da mão de obra. A autora exemplifica que na França foi realizada uma transição demográfica, na qual a baixa natalidade precede a mortalidade, que permaneceu elevada até o fim do século XIX. Nesse mesmo momento, a industrialização criou fortemente a necessidade de mão de obra, porém houve um desequilíbrio da balança demográfica em 1870. Por conseguinte, o patronato era favorável ao trabalho das mulheres, como foi a favor também dos estrangeiros que começaram a migrar maciçamente no Segundo Império (PERROT, 1998).

Mesmo com a necessidade da mão de obra feminina, havia uma resistência à profissionalização das mulheres, tanto da classe trabalhadora quanto da burguesa. Com a formulação de novos paradigmas culturais, as mulheres passaram a exercer profissões que

antes eram apenas masculinas, tais como: professoras, jornalistas e profissionais liberais, o que ampliou a atuação feminina em outros segmentos diferentes da esfera doméstica. Assim, com o acesso à instrução da leitura e escrita, iniciou-se um processo de disseminação dos primeiros ideários feministas.

Alguns jornais do século XIX eram dirigidos por mulheres. Traziam assuntos como receitas culinárias, romances e contos. No entanto, esses jornais passaram a abordar temas sobre o papel feminino na sociedade, reivindicação dos direitos civis e divulgação das propostas emancipatórias. Perrot (1998) diz que as mulheres desafiaram o mundo da política, ciência e filosofia, porém elas ainda encontravam resistências na luta por emancipação, uma vez que a moral burguesa e o ideal de família passaram a ser afetados pelo mundo do trabalho.

Apesar do ingresso feminino no mercado de trabalho e de toda luta feminina por emancipação, não foi de imediato que esse processo aconteceu. Ao contrário do que se almejava, o acesso ao trabalho e a conquista de direitos civis não elevou as mulheres à condição de igualdade, pois ainda estavam atreladas a questões femininas. Para Federici, o trabalho doméstico não remunerado das mulheres cumpriu função essencial nesse processo, pois eram elas que ofereciam as condições de meio de subsistência, como o cuidado da casa, da alimentação, da educação dos filhos, reprodução da vida e, sobretudo, eram elas as responsáveis pela produção e reprodução da mercadoria mais essencial ao sistema capitalista: a força de trabalho (FREDERICI, 2017).

O que nos faz pensar que não é muito diferente dos dias atuais, pois muitas vezes as mulheres trabalham um dia inteiro fora de casa e quando chegam em casa partem para o terceiro turno da jornada de trabalho na esfera doméstica. Para as mulheres de outrora e de hoje, a dupla jornada não compensava/compensa a remuneração que recebiam/recebem. Dessa forma, Beauvoir (1980) reflete a problemática da divisão entre o trabalho produtivo e o considerado “não produtivo”, como é o caso do trabalho doméstico, que socialmente é desvalorizado, estando associado ao não pagamento e cabendo às mulheres realizá-lo.

Portanto, a inserção das mulheres não fora suficiente para que estas se livrassem das amarras às quais estavam impostas. Dessa forma, constata-se uma questão fundamental de que as mulheres não se reconheciam como sujeitas, não possuíam uma identidade social própria. Uma vez que não se reconheciam como tal, estavam sujeitas às condições de opressão pela sua condição de sexo. Por isso, a contribuição de Beauvoir foi fundamental para o discurso feminista, pois era necessário construir uma identidade feminina, um “ser mulher”, um “ser sujeita” que fosse capaz de se reconhecer. Para a autora, a sociedade não estava

dividida apenas em classes, mas em sexos, portanto, a problemática era que existia uma divisão sexual do trabalho, sendo necessária para resolvê-la a consciência feminina da opressão que sofriam. O livro de Beauvoir, e a própria autora, desconstruíram paradigmas e cruzaram fronteiras, pois seus argumentos e constatações tiveram influência decisiva nos movimentos feministas que passaram a agregar nos anos 1960.

Ao buscarmos estudos que abordam as trabalhadoras no Brasil, nos deparamos com a obra de Margareth Rago, *Do cabaré ao lar — A Utopia da cidade disciplinar*, que contribui para entendermos a vida das mulheres operárias no Brasil. A obra aborda a cultura popular da classe operária durante a República Velha, a questão social, as relações de poder, o controle do Estado e o poder sobre os operários. Na obra há um capítulo intitulado *A colonização da mulher*, no qual a autora aborda as contradições do modelo burguês imposto às mulheres e a realidade das mulheres trabalhadoras. Os moldes não eram muito diferentes dos das mulheres da Europa, o modelo normativo de comportamento que deveria ser seguido inicialmente pelas mulheres abastadas estendeu-se progressivamente às mulheres trabalhadoras, tais como: comportamentos, etiquetas, virtudes e castidade. A classe burguesa convocava as mulheres a assumirem seu papel feminino, que era casar e cuidar do marido e filhos, porém, a necessidade econômica contradizia esses papéis.

Havia, portanto, tentativas da normatização de comportamento feminino ideal, que queriam convencer as mulheres de sua vocação natural para a maternidade. Segundo Rago (1985), esse discurso da vocação natural era disseminado por meio de teses e campanhas, tanto para as camadas abastadas quanto para as camadas populares da sociedade. O discurso era embasado na ciência para exercer controle sobre a sexualidade feminina. A mulher que não seguisse aos padrões impostos, que preferisse o trabalho ou o estudo à maternidade, era criticada, pois não estava exercendo sua verdadeira função social que era a reprodução. O movimento operário via no trabalho feminino uma ameaça ao emprego dos homens, estes aproveitavam qualquer oportunidade para desclassificar o trabalho feminino. Quando as trabalhadoras se organizavam em movimentos para reivindicar o fim da exploração que sofriam nas fábricas, os líderes operários as desconsideravam como inaptas para o trabalho e as causas do movimento sindical.

Além das fábricas, as mulheres burguesas passaram a ocupar outros espaços de trabalho, como o magistério, uma vez que tinham o papel de cuidar do marido e filhos, poderiam também exercer o papel de educadoras, daí a associação ao papel de educadora com o cuidado. A autora Guacira Lopes Louro defende essa tese em seu trabalho, *Mulheres na sala de aula*, no qual demonstra a feminilização do magistério a partir do século XIX, que

aconteceu com a abertura das primeiras escolas normais para a formação de docentes. Esse não foi um processo fácil, pois a sociedade contestava a inteligência feminina para ensinar as crianças. Assim, a ocupação feminina fora da esfera doméstica também foi normatizada:

Mesmo o trabalho das jovens das camadas populares nas fábricas, no comércio ou nos escritórios era aceito como uma espécie de fatalidade. Ainda que indispensável para a sobrevivência, o trabalho poderia ameaçá-las como mulheres, por isso o trabalho deveria ser exercido de modo a não as afastar da vida familiar, dos deveres domésticos, da alegria da maternidade, da pureza do lar. As jovens normalistas, muitas delas atraídas para o magistério por necessidade, outras por ambicionarem ir além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais, seriam também cercadas por restrições e cuidados para que sua profissionalização não se chocasse com sua feminilidade (LOURO, 1997, p. 453).

A partir dos trabalhos de Rago (1985) e Louro (1997), é possível identificarmos as contradições relacionadas ao trabalho feminino, pois ao mesmo tempo em que a sociedade necessitava da mão de obra, temia a decomposição moral e sexual da população feminina. As mulheres pobres precisavam trabalhar e ao mesmo tempo tinham de conviver com a ameaça, segundo a citação, de não cumprirem seu papel de mãe e esposa. No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, consolida-se um modelo de divisão sexual do trabalho, restando às mulheres ocupações secundárias no trabalho, apenas complementando a renda familiar, sendo menos importantes, o que, conseqüentemente, era justificativa suficiente para serem menos remuneradas.

Sobre o movimento feminista no Brasil e sua influência nas relações de trabalho, tem-se que em 1918 foi criada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liderada por Bertha Lutz, que foi quem empreendeu as primeiras campanhas em defesa do voto feminino no país. Influenciadas por movimentos da Europa e dos Estados Unidos, as mulheres letradas elaboraram um discurso feminista no Brasil. Bertha Lutz teve importante papel no movimento feminista brasileiro, pois sua participação, em abril de 1922, em um congresso feminista nos Estados Unidos e sua formação como bióloga na Europa possibilitaram a ela tomar amplo conhecimento das ideias feministas. Por isso, foi criada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a qual teve importante papel na participação da redação do Código Eleitoral publicado por Getúlio Vargas em 1932, garantindo às mulheres o direito ao voto (PINTO, 2003).

A autora Céli Pinto (2003), em seu livro *Uma História do Feminismo no Brasil*, nos relata que as mulheres operárias, influenciadas pelo anarquismo, estavam mais preocupadas com o fato de serem exploradas. A autora relata alguns exemplos como o manifesto da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, publicado em 1920, no Rio de Janeiro, para

declarar que as operárias reconheciam a impossibilidade de igualdade entre os sexos nas relações de trabalho:

O primeiro, e mais importante deles, é a clara presença da identificação de uma relação de dominação dos homens sobre as mulheres: o poder dos homens se calcava sobre a exploração das mulheres [...]. O segundo ingrediente importante [...] é a centralidade da questão do trabalho (PINTO, 2003, p. 36).

Assim, a autora defende os dois elementos fundamentais para a luta das mulheres. Esses movimentos e a formulação de um discurso feminista estão ligados ao processo do capitalismo industrial e às suas consequências, tais como: urbanização, inserção no mundo do trabalho e escolarização feminina.

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, tanto no Brasil quanto na Europa, a imagem da mulher ainda estava associada ao casamento, ao ideal de mãe e esposa perfeita, o que impedia a emancipação feminina, isso “naturalizou” e tornou desiguais as relações no mundo do trabalho. Tanto antes como agora, a trajetória feminina tem sido a busca por reconhecimento do seu trabalho, porém esse é um caminho tortuoso, que enfrenta desafios e preconceitos históricos, que nada mais são que construções sociais.

Portanto, a trajetória feminina em busca de uma vida na esfera pública e do reconhecimento do seu trabalho tem sido árdua. A presença de mulheres no mercado de trabalho, principalmente em profissões que foram por mais tempo exclusivas do gênero masculino, como as engenharias, é resultado de toda essa luta feminina por uma reconstrução social. Contudo, tais profissões ainda são associadas ao gênero masculino, de maneira que são muitos os desafios das mulheres que trilham por esse caminho.

Ademais, as narrativas das engenheiras mostrarão que além dos desafios no mercado de trabalho elas também enfrentam conflitos internos como a necessidade de continuar sendo a maior responsável pelo trabalho doméstico que, por não ser considerado trabalho em nossa sociedade, muitas vezes as sobrecarregam física e emocionalmente. Elas também precisam lidar com relacionamentos abusivos, nos quais muitas vezes se envolvem para atender a uma expectativa da sociedade, representada por parentes e amigos, de que precisam ter namorado, se casar e ter filhos para ter sucesso de verdade na vida.

2.3 Engrenagem cônica de dentes espirais: Interseccionalidade

Continuando a proposta a qual me propus, seguimos agora com a engrenagem cônica de dente espiral. O objetivo maior do uso da engrenagem cônica com dentes em espiral é que ela se integre com outras engrenagens, seu uso é variado na indústria; mas uma das suas aplicações mais conhecidas é o motor do carro. Portanto, essa engrenagem é fundamental para a interação com as demais engrenagens, pois trabalha com maior potência, em nosso caso a potência ficará a cargo do aspecto interseccional, que fará a distribuição da pressão e suavidade na interação das peças.

O aspecto interseccional é fundamental para entender como as mulheres são afetadas nas relações de poder que se dão no âmbito afetivo, profissional e social de suas vidas, bem como nos atravessamentos identitários que vão inter-relacionar-se com seu gênero, o que converge para as mais diversas formas de opressão, gerando por muitas vezes sofrimento. Isso porque o conceito de interseccionalidade não só é essencial no entendimento das construções das práticas identitárias das engenheiras, mas também explica e justifica as escolhas feitas por elas.

Preciso antes situar historicamente que o feminismo interseccional surgiu na trilha da luta e feminismo das mulheres negras, no momento em que reivindicavam pontos diferentes do “feminismo branco”. Termo esse, usado para dizer que existem diferenças entre as agendas e os problemas enfrentados por mulheres brancas e mulheres negras, o que é visível no processo histórico de no nosso país com um passado escravocrata recente e, infelizmente, ainda nos dias de hoje, uma vez que as mulheres negras sofreram/em por sua condição de gênero e raça. Esse termo, para Lopes (2013), é pejorativo, sendo usado para representar a luta feminista que não leva em consideração os interesses das mulheres como um conjunto plural de indivíduos.

Kimberlé Crenshaw (1989) foi pioneira ao falar da necessidade de olhar as camadas identitárias que aparecem no processo de discriminação em seu artigo *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. Em seu artigo, a autora acentua a atenção na problemática não só das instâncias institucionais de regulação do poder, mas também aos movimentos de liberação, que por muitas vezes se organizam em torno de uma noção errônea de como a discriminação se dá, gerando uma “tendência de tratar raça e gênero como categorias mutuamente exclusivas de experiência e análise” (CRENSHAW, 1989, p. 139).

Essa problemática fica evidente para mim ao conversar informalmente com uma engenheira na sala das professoras, quando falávamos de nossas experiências na graduação,

festas, seminários, estudos, enfim, experiências que nos marcaram como estudantes. Eis que uma colega relata o seguinte fato¹²

Na graduação peguei uma disciplina em que eu era a única mulher. Quando o professor entrou na sala e me viu ele disse que a partir daquele dia meu nome seria João. Quando questionei, ele me respondeu que essa era uma disciplina muito “pesada” e que para aliviar a tensão eram feitas muitas piadas durante a aula. Com a presença de uma mulher as piadas poderiam não ser tão engraçadas. Na aula seguinte entendi o motivo, todas as piadas estavam relacionadas a sexo, a mulher... coisas do tipo. Eu passei o semestre inteiro sendo chamada de João, e meus colegas achavam graça... difícil demais, pois sendo mulher e negra, daí você imagina os apelidos que ganhei naquela sala. Quando perguntei a outras meninas da faculdade algumas relataram a mesma coisa, fui na coordenação reclamar, não adiantou... faculdade Federal, sabe como é. Ainda hoje quando encontro com alguns colegas de faculdade eles dizem “João”. Mas hoje eu não aceito, não passei o que passei para aceitar isso não.

Djamila Ribeiro (2017), ao refletir sobre os estudos de Simone de Beauvoir, na perspectiva da categoria do *Outro* na obra *Segundo sexo*, de 1949, expõe que a mulher foi constituída como *Outro*, pois é vista como objeto que possui uma função, o que a destitui de humanidade, sendo o *Outro* por não ter reciprocidade no olhar do homem. Já a mulher negra seria o *Outro do Outro*, o que a coloca num local de mais difícil reciprocidade. A autora reflete os estudos de Grada Kilomba que afirma “as mulheres negras habitam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da ‘raça’ e do gênero, o chamado ‘terceiro espaço’. Tais narrativas separativas mantêm a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos” (KILOMBA, 2012, p. 56).

Tudo isso corrobora a preocupação de Patricia Hill Collins ([1990] 2000) com as mulheres negras, quando organiza o livro *Black Feminist Thought*. O livro é uma edição comemorativa de dez anos de lançamento (COLLINS [1990] 2000), e nele a autora se propõe a pensar as relações que balizam o pensamento do feminismo negro, levando a pensar a interseccionalidade além de atravessamentos como raça/etnia e gênero, levando outros eixos também como determinantes, como o da sexualidade. Sendo assim, Collins (2000, p.18) define “interseccionalidade” como sendo aquilo que “refere-se a formas particulares de opressões que se cruzam, por exemplo, interseções de raça e gênero, ou de sexualidade e nação”, o que ampara ainda que “os paradigmas interseccionais nos lembram que a opressão não pode ser reduzida a um tipo fundamental e que as opressões trabalham juntas na produção da injustiça”, isso porque “independentemente das interseções particulares envolvidas, os

¹² Trata-se de uma conversa informal. No entanto, foi solicitada a devida autorização para se mencionar a fala proferida pela professora. Infelizmente, por questões pessoais, ela não pôde participar da pesquisa.

domínios estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal do poder reaparecem em formas bastante diferentes de opressão”.

Dessa forma, podemos entender que:

a interseccionalidade é uma forma de compreender e analisar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. Os eventos e condições da vida social e política, e do eu, raramente podem ser entendidos como moldados por um só fator. Eles geralmente são moldados por muitos fatores de maneiras diversas e mutuamente influenciadas. Quando se trata de desigualdade social, a vida das pessoas e a organização do poder em uma dada sociedade são mais bem entendidas como sendo moldadas não por um único eixo de divisão social, seja raça ou gênero ou classe, mas muitos eixos que trabalham juntos e influenciam um ao outro. A interseccionalidade como ferramenta analítica permite às pessoas um melhor acesso à complexidade do mundo e de si mesmas (COLLINS; BILGE, 2016, p. 2).

Ao refletir sobre esse contexto, me estabeleço analiticamente junto a esses preceitos de interseccionalidade propostos (CRENSHAW, 1989, 1991; COLLINS [1990] 2000; COLLINS; BILGE, 2016) para melhor entender a dinâmica das práticas identitárias investigadas nesta análise. Os eixos predominantes neste caso são: gênero, sexualidade e classe social, por serem esses os que atravessam diretamente as participantes da pesquisa, prevalecendo sobre o foco a identificação da influência dos atravessamentos interseccionais na construção das identidades das engenheiras.

Quanto aos eixos, o de gênero diz respeito às identidades construídas com base no conceito de identidade feminina e os comportamentos normativamente aceitos de feminilidade e masculinidade (BUCHOLTZ, 1999), que incluem, mas não se limitam aos papéis de gênero, e estão diretamente relacionados com o eixo da sexualidade (BUTLER, 1990, 1993).

2.4 Engrenagem cônica de dentes retos: eixo gênero e trabalho das engenheiras

Uma engrenagem cônica de dentes retos é um tipo de engrenagem bastante presente em maquinários diversos. Isso se deve ao fato de a engrenagem cônica de dentes retos possuir características que a tornam única, ao mesmo tempo em que é um ótimo tipo de engrenagem para ser aplicado como forma de movimentação de uma máquina. O método de transmissão de movimento é chamado de “eixo concorrente”, pois consiste na utilização de duas engrenagens em diferentes eixos. Para movimentar essa engrenagem utilizei dois dos principais eixos no segundo encontro: i) aprofundar nas questões relacionadas aos

atravessamentos interseccionais das engenheiras; ii) ouvir algum “momento crítico” (PENNYCOOK, 2004, 2015) que elas pudessem se recordar.

O autor Pennycook (2004, p. 4) entende “momento crítico” como “um ponto de significância, um instante quando as coisas mudam”, ou seja, quando percebemos que um novo entendimento está se formando, aproveitamos para fazer algo diferente. O autor se refere ao momento da prática pedagógica em sala de aula, mas isso não impede de pensarmos essa visão para qualquer situação que nos suscite essa possibilidade de mudança. O questionamento que o autor faz é “como conseguimos pegar esses momentos de potencial transformador e efetivamente transformá-los em momentos críticos em ambos os sentidos, ou seja, momentos decisivos e recheados de criticidade?” (PENNYCOOK, 2004, p. 4).

Tendo isso em mente, amplio as possibilidades desse “modo de agir criticamente” descrito pelo autor, para uma mudança na forma de perceber e ter empatia com as histórias contadas pelas participantes da pesquisa. Sobre essa perspectiva, menciono agora o segundo encontro, o qual foi direcionado pela reflexão e discussão do curta-metragem *Majorité Opprimée* (‘Maioria oprimida’, em português) dirigido pela francesa Eléonore Pourriat, lançado em 2010. Esse curta-metragem mostra o cotidiano de um homem comum em uma sociedade na qual ele é oprimido pelas mulheres pelo simples fato de ser homem. Piadas na rua, elogios que não são bem-vindos, provocações sexuais, olhares totalmente indiscretos, todas essas características são, infelizmente, comuns ao cotidiano feminino. O curta-metragem mostra a mesma situação, mas ao contrário.

O objetivo do curta-metragem é o de praticar a alteridade, de colocar-se no lugar do outro. Mais precisamente, colocar o homem no lugar da mulher, passando pelas mesmas situações de sexismo, machismo, violência social e sexual às quais as mulheres estão expostas diariamente. O intuito foi levantar o debate sobre a violência, o machismo e a discriminação na sociedade.

No momento em que assistíamos ao curta-metragem, notei que as engenheiras se dividiram em momentos de risos, indignação e tristeza, isso porque ao propor a troca das performances de gênero, Eléonore Pourriat destaca a injustiça social à qual estamos habituadas nesse sistema, bem como se ocupa da crítica à naturalização cotidiana dessa injustiça. Assim sendo, após assistirmos ao vídeo indaguei às engenheiras com as seguintes perguntas: “Vocês se identificaram com a situação exposta?” “Essas práticas foram ou são vivenciadas por vocês em algum momento?”. As respostas foram:

[5] O que mais chamou minha atenção foi já na primeira parte, quando ele encontra com a vizinha, ela não deixa ele falar, e ainda diz que deveria estar conversando com a esposa e não com ele. **Isso acontece muito comigo**, principalmente em reunião de professores, simplesmente não deixam a gente falar é como se não existíssemos ali. Toda vez que levanto uma discussão ou fala sou interrompida por um colega, tem vez que me dá uma vontade de gritar “AGORA ESTOU FALANDO ESPERA SUA VEZ” hh. (Ana Primavesi, áudio do 2º encontro)

[6] Engraçado você mencionar essa questão de sermos interrompidas quando estamos falando, me fez pensar em quantas vezes somos interrompidas, praticamente a todo momento↑. Certa vez fui fazer a fiscalização de um projeto de construção e o estagiário da construtora me acompanhou durante a fiscalização, quando fui conversar com o mestre de obras sobre algumas questões, ao responder as perguntas ele se direcionava ao estagiário como se eu não estivesse ali, e para minha surpresa quando fui explicar o que deveria de fato ser feito **o estagiário me interrompe para explicar justamente o que eu estava falando**. Nas reuniões de professores e colegiado isso também já aconteceu comigo e olha que eu sou a coordenadora hh. Eu não grito, não por falta de vontade, mas digo educadamente “colega eu ainda não terminei e não gostaria de ser interrompida”. É claro que eles escutam né?! Mas sou a coordenadora, se fosse a professora certamente seria diferente↑. (Elmina Wilson, áudio do 2º encontro)

[7] **Eles fazem isso o tempo todo gente**, é na faculdade, no trabalho, em casa, em todo lugar... inclusive na sala de aula. Eu tinha uma turma de estatística, que devia ter uns dez alunos e duas alunas só. Toda aula essas meninas faziam perguntas, tiravam dúvidas ao fim da aula e às vezes até tiravam dúvidas de outras disciplinas, uma gracinha. Um dia no fim da aula fui elogiar-las, dizer que elas eram muito aplicadas e estudiosas, que ficava feliz por elas participarem tanto da aula. Sabe o que elas disseram? Que elas aproveitavam a minha aula para perguntar e tirar dúvidas, pois nas outras disciplinas quando levantavam para fazer perguntas os colegas **já faziam piadas ou interrompiam as perguntas que elas faziam**. Então elas deixavam de perguntar para não serem constrangidas, **tem base?** Um absurdo↑! (Edith Clarke, áudio do 2º encontro)

[8] Agora vocês imaginem eu que divido uma sala de trabalho só com homens? hh. **É rotina ser interrompida**, e olha que não é por falta de habilidade na relação com pessoas, até porque na graduação desenvolvi um trabalho alinhando Gerência de Projetos com Motivação de pessoas. Mas nada disso é o bastante para ser interrompida quando vou falar daquilo que realmente conheço, **que é minha zona de conforto** ↑. Certa vez um colega de trabalho quis me dar uma aula sobre o processo de desenvolvimento de software, isso sabendo que defendi minha dissertação justamente falando sobre como implementar melhoria de processo de desenvolvimento de software de maneira menos traumática, por meio do suporte da Gestão de Mudanças hh. **Se eu fizesse doutorado** nessa área ele continuaria querendo me dar aula sobre isso, pois o fato de ele ser homem o faz mais conhecedor da área do que eu que estudei e me especializei nisso ↑ (Grace Hooper, áudio do 2º encontro)

A cena mencionada pelas engenheiras mostra explicitamente um posicionamento dicotômico em que a mulher tem espaço para falar, enquanto o homem apenas ouve, concordando com as palavras dela. Na cena mencionada anteriormente, a vizinha cumprimenta o homem com “Bom dia” (Figura 1) e expõe a opinião dela sobre a situação do condomínio, falando rapidamente, não dando espaço para que ele responda, ele até abre a boca para tentar dizer alguma coisa, mas não consegue, pois ela não está disposta a ouvi-lo. O que nos leva a pensar na relação entre homens e mulheres na sociedade patriarcal, sendo um

paradigma construído historicamente de que o homem tem a palavra, se impondo como “dono da palavra” ante a mulher que, por vezes, é interrompida e silenciada.

Figura 1- A vizinha cumprimentando



Fonte: captura de tela. Fonte: Youtube. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=4qw8kkcFuuE&t=558s>.

Essa configuração social é discutida nos estudos de Deborah Tannen (1990) com o trabalho intitulado *Quem está interrompendo? Questões de dominação e controle*¹³. Em seu estudo, a autora diz que resultados de pesquisas sobre linguagem e gênero demonstram que são os homens quem interrompem as mulheres, o que desmitifica o estereótipo misógino de que as mulheres falam demais, uma vez que essa interrupção é “uma intrusão, um desrespeito ao direito alheio ao piso conversacional, uma tentativa de dominação”. Para Tannen (1990), seria esse um “*bullying* conversacional”, pois a interrupção é um ato hostil.

Tal concepção corrobora o estudo de Pamela Fishman (1978), *O trabalho que as mulheres realizam nas interações*¹⁴, no qual a autora examina a relação hierárquica entre homens e mulheres, chegando à conclusão de que as mulheres executam mais trabalho conversacional do que os homens; trata-se da manifestação interacional de relações de poder. Segundo Fishman (1978), o poder nessas relações é

A habilidade de impor uma definição de realidade sobre o que é possível, o que é certo, o que é racional, o que é razão. Poder é um produto de atividades humanas, assim como as atividades são elas próprias produtos de relações de poder no mundo socioeconômico. Poder é geralmente analisado macrosociologicamente: não pode

¹³ Texto traduzido por Débora de Carvalho Figueiredo. Publicado em *Linguagem, gênero, sexualidade – clássicos* traduzidos, sob organização de Ana Cristina Ostermann e Beatriz Fontana (2010).

¹⁴ Texto traduzido por Viviane M. Heberle. Publicado em *Linguagem, gênero, sexualidade – clássicos* traduzidos, sob organização de Ana Cristina Ostermann e Beatriz Fontana (2010).

ser exclusivamente resultado do que as pessoas fazem na situação imediata em que ocorre. O que as pessoas fazem em interações específicas expressa e reflete forças estruturais sociais e históricas além das fronteiras de seu encontro (FISHMAN, 1978, p. 32).

Assim, as relações de poder entre homens e mulheres são o resultado da organização social das atividades no lar e economia. Poder e relações hierárquicas não são forças abstratas que operam nas pessoas “poder é uma realização humana, situado na interação diária” (FONTANA; OSTERMAN, 2010, p. 32). O que podemos notar na fala de Primavesi [5], na qual o silêncio é o apagamento do gênero feminino. Quando ela diz “tem vez que me dá uma vontade de gritar”, demonstra que a mulher não impõe sua importância durante a reunião de professores — sendo minoria física e socialmente, torna-se inferior também por não conseguir irromper sua voz.

O que nos leva a refletir também a fala de Elmina [6] que, apesar de engenheira, não é respeitada pelo mestre de obras e estagiário, que estão hierarquicamente abaixo dela quanto à formação acadêmica e profissional, mas são considerados socialmente superiores pela hegemonia do gênero masculino. Fato esse que também ocorre quando Elmina exerce a função de coordenadora (sem voz) perante os professores.

Os relatos das mulheres, apresentados anteriormente, mostram como o poder é exercido de maneira não centralizada nesses ambientes, e como vários centros de poder se constituem e entram em disputa, deslocando-se constantemente. Conforme aponta Hall (2002), as identidades pós-modernas são móveis, construídas não pela biologia, mas por um processo histórico, de forma que a mesma sujeita pode assumir diversas identidades sociais e culturais não unificadas em um eu coerente, podendo até mesmo ser contraditórias.

Assim, observamos uma sobreposição de identidades, que são interseccionais, nas quais as mulheres engenheiras têm constantemente assumido posições hierárquicas mais altas em seus ambientes de trabalho, no entanto, a identidade profissional e a identidade feminina se sobrepõem, de maneira que essas mulheres são constantemente desconsideradas, quando a identidade hegemonicamente dominante masculina emerge, possibilitando que homens em cargos mais baixos possam ocupar situações de poder e fala de suas superiores hierárquicas no ambiente laboral.

Tudo isso me leva a pensar nos estudos de Robin Lakoff (1973), no trabalho intitulado *Linguagem e lugar da mulher*¹⁵, no qual examina por introspecção a própria fala e a de

¹⁵ Texto traduzido por Adriana Braga e Édison Luis Gastaldo. Publicado em *Linguagem, gênero, sexualidade – clássicos traduzidos*, sob organização de Ana Cristina Ostermann e Beatriz Fontana (2010).

conhecidos, além da mídia, pois, segundo ele, os comerciais ou *sitcoms* (seriados) na televisão espelham a fala da comunidade que a assiste. Nesse aspecto, é apresentado o exemplo de uma menina que ao “falar grosso”, usar um tom de voz considerado masculino, ou de modo rude, considerada uma forma “como um menino” deve falar, certamente ela será isolada ou será motivo de piada. Dessa forma, a sociedade, por intermédio dos pais e dos amigos da menina, a manterão “na linha”, em seu lugar. Nesse sentido, podemos perceber que há ensinamentos linguísticos para meninas e meninos, o que mais tarde poderá levar as meninas a uma posição inferior, não sendo levadas a sério como ser humano. Caso essa menina continue a “falar grosso” quando adulta, ela será acusada de não conseguir falar claramente ou expressar-se convincentemente. Então as mulheres têm de encontrar um meio termo em suas falas, pois segundo o autor

Se ela se recusa a falar como uma dama, é ridicularizada e sujeita à crítica de não ser feminina; se ela aprende é ridicularizada por não conseguir pensar claramente, por não conseguir tomar parte em uma discussão séria: em certo sentido, como sendo menos do que um ser humano completo. Essas duas escolhas que uma mulher tem — de ser menos do que uma mulher ou menos do que uma pessoa — são extremamente dolorosas (LAKOFF, 1973, p. 16).

Essa colocação do autor confirma a problemática relatada pelas engenheiras e por muitas outras mulheres, pois diariamente temos de “vigiar” as situações sociais e de qual linguagem deve-se fazer uso. Quando Edith Clarke cita o conflito de suas alunas [7] ao fazerem perguntas durante as aulas ao professor, me leva a pensar em um exemplo citado por Lakoff (1973), o qual explicita que se uma menina sabe que o professor será receptivo a comentários eruditos, não emocionais, ela vai ser tentada a usar linguagem neutra na aula ou em congressos. Entretanto, se ela sabe que, como um homem, ele responderá com maior aprovação se ela usar a “linguagem das mulheres” e for frívola e feminina, não ficará ela confusa em ter duas direções simultaneamente? Não estaria isso relacionado com a afirmação de que as mulheres participam menos em uma discussão em aula que homens? Para Lakoff, essa indecisão linguística é uma razão para isso.

Penso que as discrepâncias às quais as mulheres são sistematicamente submetidas, assim como o fato de as alunas de Edith Clarke não conseguirem fazer perguntas nas aulas do professor homem, têm como efeito a negação ao acesso do poder com pretexto de que elas não são capazes de sustentá-lo, como demonstrado por seus comportamentos linguísticos e por outros aspectos, o que denota a identidade pessoal da mulher, por negar a ela os meios de expressar-se fortemente, por um lado, e por outro esperar que ela seja “delicada” e “feminina”.

Tal reflexão corrobora o trabalho de Capparelli e Oliveira, intitulado *Gênero no âmbito acadêmico: performance narrativa de uma aluna do curso de matemática*, o qual discute os determinismos biológicos. As análises apontam para a existência de discursos propagados no meio acadêmico que acentuam e legitimam assimetrias de gênero, reforçando estereótipos, o que pode, por muitas vezes, desencorajar as mulheres a pleitearem vagas em cursos na área de ciências exatas. Situações como a do caso exposto no excerto [7] podem desestimular as alunas a darem continuidade no curso de Engenharia Elétrica (CAPPARELLI; OLIVEIRA, 2019).

É notório que existe uma crença de que os meninos possuem melhor desempenho do que meninas em disciplinas que envolvem raciocínio lógico. Essa crença está engendrada no discurso educacional. É preciso refletir e refutar esses discursos, por meio da resistência, questionando discursos essencialistas (CAPPARELLI; OLIVEIRA, 2019).

Outra prática que foi relatada pelas engenheiras como recorrente é o que hoje chamamos de *maninterrupting*, que é a junção de duas palavras em inglês (*man + interrupting* = homens que interrompem). Segundo Montesanti (2016), o termo surgiu em 2015 com o artigo *Speaking while Female* (falando como mulher), escrito por Sheryl Sandberg e Adam Grant. Esse processo ocorre frequentemente em palestras, reuniões, debates, e diversos outros ambientes de fala pública onde as mulheres não conseguem concluir suas colocações devido às interrupções desnecessárias feitas pelos homens (LIGUORI, 2015).

Isso valida uma pesquisa feita em 2017 pela BETC (Agência de publicidade de São Paulo), a qual constatou que 75% da fala em reuniões é tomada por homens. Das 3 mil maiores empresas globais, apenas 14,7% de executivos em altos cargos são mulheres. Em cargos mais importantes, esse número cai para 3,9%, o que se confirma pelo relato de Ana Primavesi [5] e Elmina Wilson [6]. No caso de Elmina, mesmo alcançando um cargo importante de coordenadora, ela é constantemente interrompida em suas falas. Mais grave ainda é quando ela relata que o mestre de obras se direcionava ao estagiário, o qual ela supervisionava, e para sua surpresa, o estagiário a interrompe constantemente para explicar justamente o que ela estava falando. E o mesmo acontece também com Grace Hooper [8], quando seu colega de trabalho a interrompe justamente para explicar uma área na qual ela é mestre no assunto.

Esse processo vivenciado pelas engenheiras é o que chamamos de *bropropriating*, também é a junção de duas palavras em inglês (bro [abreviação de *brother*] + *appropriating* = homens que se apropriam). O *bropropriating* acontece quando um homem se apropria da ideia de

uma mulher, e leva os créditos no lugar dela, tornando-a invisível (LIGUORI, 2015), sendo, portanto, uma surdez seletiva, negando às mulheres o direito à fala.

Pauly (2017) traça uma breve linha do tempo com alguns feitos femininos que foram atribuídos aos homens. Um deles é ainda na era paleolítica, em que as pinturas rupestres são atribuídas a caçadores, quando um antropólogo mostra que os traçados encontrados foram feitos por mulheres. Outro é o então clássico de Mary Shelley *Frankenstein*, o qual ela publicou anonimamente em 1818, o marido dela escreveu apenas o prefácio, porém as pessoas atribuíram-lhe a autoria da obra. O pior aconteceu com Martha Coston, que após trabalhar 10 anos com engenheiros para projetar um sinalizador marítimo, é listada como administradora na patente, porém é atribuído ao seu marido morto há muito tempo o mérito pela invenção.

E isso, infelizmente, continua acontecendo. Como em 2016, quando logo após a nadadora húngara Katinka Hosszú quebrar um recorde mundial nas Olimpíadas do Rio, a NBC deu os créditos a seu marido/treinador. Por meio desses e de outros casos que sabemos ou que foram encobertos pela história, podemos ver a subvalorização das contribuições das mulheres em diversas áreas. Além disso, isso ocorre frequentemente em situações mais corriqueiras do nosso cotidiano.

O curta-metragem de Eléonore Pourriat (2010) chamou muito a atenção das engenheiras, provocando indignação do início ao fim. Isso ocorreu porque são denotados estereótipos cristalizados nas relações de gênero da sociedade patriarcal para apontar a desigualdade normalizada. Para Butler (1990), essa cristalização de práticas “de mulheres” ou “de homens” tem sua base na desigualdade de gênero, levando a um problema social.

As cenas finais, nas quais o homem sofre violência sexual em um beco, foram um momento de tensão e indignação. Isso se deu porque ao prestar queixa na delegacia, ele foi interpelado pela policial que o atendeu, questionando-o “Em plena luz do dia? E nenhuma testemunha? Interessante”. Logo depois sua esposa o questiona também, dizendo “Não consigo aguentar esse seu masculinismo sem noção! Olha o jeito que você se veste!”, como se a culpa pela violência sofrida fosse dele e não de suas agressoras. Ao final, a inversão de gêneros é desfeita e a mulher volta a desempenhar o papel social hegemônico. No próximo recorte (Figura 2), Marion anda sozinha por uma rua escura e erma, sendo assediada por frases, tais como: “Você me deixa com tesão, gostosa; você é tão gostosa!; que bunda deliciosa!; vadia estúpida! Continua sorrindo, linda”. A atmosfera criada pelos elementos verbais e visuais cria a tensão da cena, denotando a insegurança e vulnerabilidade, além do inconformismo propiciado pela violência contra a mulher pelo mero fato de pertencimento a esse gênero.

Figura 2- Marion caminha sozinha



Fonte: captura de tela do filme Majorité Opprimée. Fonte: Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4qw8kkcFuuE&t=558s>.

Ao longo do tempo e da história, nós fomos categorizadas de modo generalizado por meio da linguagem, sendo um comportamento discriminatório, que foi gerado pela informação estereotipada, de modo sutil e constante. Tudo isso viola a nossa liberdade e nos silencia. Dallery (1997, p. 64) afirma que:

Estes, violam a liberdade feminina, silenciando as mulheres, e roubando sua voz. Dallery (1997, p. 64) afirma que: Não só a voz ou a experiência das mulheres tem sido excluídas do âmbito do conhecimento ocidental, ou mesmo quando o discurso é sobre mulheres, ou quando as mulheres são os sujeitos que falam, elas ainda o fazem de acordo com códigos falocráticos.

Assim sendo, o homem rouba não apenas nossa voz, mas também nosso poder, assumindo o protagonismo e o lugar de fala, enquanto as mulheres assumem o papel de coadjuvantes, pois como aponta Grace, [8] “é rotina ser interrompida”, isso porque nossos corpos são marcados pelo feminino e masculino e esses significados são registrados por meio do discurso falocêntrico, o qual, para Bourdieu (2002), está marcado no pensamento freudiano, no qual a diferença sexual é naturalizada, sendo masculino e feminino diferenciados a partir de oposições antitéticas reservando-se ao primeiro as posições mais nobres. Logo, para Bourdieu (2002), o modelo ao qual estamos atreladas é o androcêntrico e define masculino e feminino, através das polaridades “alto/baixo, em cima/embaixo, na frente/atrás, direita/esquerda, reto/curvo, seco/úmido, duro/mole, temperado/insosso, claro/escuro, etc” (BOURDIEU, 2002, p. 16), que em linhas gerais, reservam a atividade ao

homem e a passividade à mulher, perpetuando a distinção entre o homem dominador e a mulher submetida. Dessa forma, há uma normatização do modo como a mulher deve se expressar e quaisquer deslocamentos são considerados antiquados, não femininos.

Menciono agora o terceiro encontro, no qual intentei por trabalhar sobre a autonomia na vida pessoal e profissional, com o propósito de levantar o debate sobre temas ligados à família, relacionamento e carreira. Tinha por objetivo saber se essas relações eram conflituosas, como se dava esse processo e se de alguma forma as atrapalhava na vida pessoal, profissional e amorosa. Para isso, iniciei nossa RC com a leitura de duas reportagens: a primeira foi “NASA cancela primeiro passeio espacial de duas mulheres por falta de trajes. Agência admite que só tem um macacão preparado no tamanho que as astronautas vestem”; e a segunda “Nas escolas de SP, quase metade acreditam que há “trabalhos só de homens” Pesquisa da Fundação Carlos Chagas com alunos e professores da rede pública mostra como os estereótipos de gênero ainda estão presentes na escola”.¹⁶

O objetivo era discutir o mercado de trabalho, o quanto as empresas estão preparadas para receber as mulheres, como por exemplo, em canteiros de obras, pois diversos estudos indicam a persistência de várias ordens de impedimentos ao maior ingresso das mulheres na profissão, bem como à sua progressão nas carreiras. Além de discutir os estereótipos que permeiam a sociedade.

Nesse terceiro encontro ficou evidente para mim que a maior barreira encontrada pelas engenheiras em suas carreiras é ascender a postos de comando nas organizações, pois mesmo que assumam cargos de responsabilidade nas empresas e universidades, é rara sua presença no topo da hierarquia. Isso se deve à condição feminina, que atribui à mulher a quase integral responsabilidade pelo cuidado da família e das crianças. Os obstáculos impostos pelas empresas são vários, como, por exemplo, a disponibilidade de tempo e dedicação exclusiva à carreira, ou, ainda, a resistência feminina para enfrentar a competição profissional e para assumir o desafio da direção de equipes.

¹⁶ “NASA cancela primeiro passeio espacial de duas mulheres por falta de trajes. Agência admite que só tem um macacão preparado no tamanho que as astronautas vestem”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/26/ciencia/1553590322_699400.html. Acesso em: 29 de junho de 2019. “Nas escolas de SP, quase metade acreditam que há “trabalhos só de homens” Pesquisa da Fundação Carlos Chagas com alunos e professores da rede pública mostra como os estereótipos de gênero ainda estão presentes na escola” Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/17/politica/1521246270_868489.html. Acesso em: 29 de junho de 2019.

Apesar de todas as mudanças ocorridas, as mulheres ainda enfrentam o preconceito, pois ainda existe um apego à ideologia que busca caracterizá-las como menos capacitadas para determinados tipos de atividade. Na maioria dos ambientes, essa discriminação acontece de maneira sutil, velada. É o que Heredia, Ramos, Sarrió e Candela (2002) definem como “teto de cristal”, utilizando a metáfora de que o impedimento existe, entretanto de uma forma que “não parece existir”, ou seja, criam-se dificuldades e impedimentos para a ascensão das mulheres a cargos de poder.

Ao finalizarmos a leitura das reportagens, fiz duas perguntas a elas: “Vocês acham que no campo de trabalho de vocês as mulheres e os homens têm as mesmas oportunidades de ascensão?” e “Vocês sofreram ou sofrem algum tipo de discriminação em seu campo de trabalho?”. Elmina e Edith relataram as seguintes experiências:

[9] **Não tenha dúvidas de que temos a mesma capacidade e competência que os homens**, tanto na qualidade, como no trabalho, agora, claro que é muito mais fácil para um homem arranjar um emprego e ter cargos de liderança do que uma mulher. Na engenharia civil, por exemplo, lidamos diretamente com homens, centenas de operários, daí algumas empresas acham que a mulher não vai ser capaz de lidar com isso, que não vai ser o braço forte para lidar com essa situação. Essa percepção é tão comum que até pouco tempo atrás não tínhamos banheiros femininos em obras ↑, eu mesma não me sentia a vontade para usar o banheiro, isso me causou infecção urinária por algumas vezes, pois segurava durante horas para ir ao banheiro. ((E como você chegou ao cargo de coordenadora na faculdade?)) Foi meu coordenador que estava saindo do cargo para assumir um cargo de diretor na mesma instituição que me indicou para a vaga de coordenação. ((Você acha que se ele não tivesse indicado seu nome você teria assumido esse cargo?)) JAMAIS hh. (Elmina Wilson, áudio do 3º encontro)

[10] **Nunca**, não temos as mesmas oportunidades. No campo da engenharia elétrica então, é quase que um tabu a presença de mulheres. >Acham que não entendemos nada, é muito difícil conseguir uma vaga como mulher no campo da engenharia elétrica, quase sempre quando conseguimos é na parte burocrática em escritórios ou como desenhista técnica, ou também como professoras<. Eu mesma sonhava em trabalhar na parte de fornecimento de energia elétrica, criar usinas eólicas, criar sistemas de armazenamento e redes... **Nunca consegui**, o mais próximo que cheguei foi trabalhar com eletroeletrônica, porém foi uma época muito difícil da minha vida, pois estava bem acima do peso e meus colegas faziam piadas disso, quando fui reclamar para o meu chefe ele respondeu um sonoro “é por isso que não contrato mulher”↑, depois disso entrei em depressão e nunca mais tentei ↓. (Edith Clarke, áudio do 3º encontro)

A fala proferida por elas me remete aos estudos de Michelle Perrot (2005), quando ela menciona que a Revolução Francesa concedeu às mulheres o direito ao divórcio e herança, de casar-se com quem quisessem, ao mesmo tempo em que o trabalho assalariado ficava a cargo do pai ou do marido, eles decidiam se elas trabalhariam ou não. Mais tarde, as mulheres conquistaram o direito à educação, entretanto em um espaço privado, que as prepararia para as funções de esposa, mulher e mãe.

Aos poucos, elas conseguiram driblar a condição de subordinação e saíram do espaço privado para conquistar a independência. Perrot (2005) mostra que essas conquistas são fruto da inteligência e luta das mulheres para se apropriarem dos espaços e transformá-los, deixando sua marca. Não só a Revolução Francesa, mas também a consolidação da Revolução Industrial, a urbanização, e mais tarde as duas guerras mundiais, interferiram diretamente para que as mulheres estivessem presentes na vida pública. Entretanto, parece que nada disso foi o suficiente para avançarmos diante do abismo existente nessas relações das desigualdades entre mulheres e homens. Os avanços tecnológicos, as mudanças políticas e o processo de secularização não foram suficientes para erradicar a diferença existente entre os sexos. Esse fato foi comprovado nas falas de Elmina e Edith.

Elmina [9] diz que na engenharia civil é necessário lidar diretamente com centenas de operários homens e que muitas empresas não acham que as mulheres sejam capazes de lidar com isso, pois é preciso ter “o braço forte” para lidar com essa situação. Expressão essa que nos remete à virilidade, à força masculina, e que revela uma aspiração feminina de equiparação de gênero, pois as mulheres também podem ter “braço forte”, e possuem condições intelectuais e psíquicas para o exercício qualitativo na área de engenharia. Isso nos faz pensar em vários fatores que conduzem as empresas e a sociedade, de forma geral, a pensarem dessa forma. Um dos fatores é a lentidão do processo de feminização nas engenharias ao analisar a construção da identidade profissional e a cultura que se desenvolve nos locais de trabalho ou cultura profissional.

Isso ocorre porque se criou uma imagem negativa da mulher no ambiente de trabalho na construção civil. Segundo Sabine Fortino (2009), as engenheiras de obras são vistas como exceção, quase sempre costumam assumir modos de agir e de pensar masculinos no trabalho e na condução de equipes, como forma de sobrevivência, resistência e defesa, sendo raro encontrar entre elas uma visão crítica do processo de inserção das mulheres nesses espaços masculinos de poder. Esse fato se confirma quando Elmina diz que “Essa percepção é tão comum que até pouco tempo atrás não tínhamos banheiros femininos em obras”, ou seja, não foi um ambiente pensado para as mulheres. A cultura masculina e machista nos canteiros de obras intimida a participação das mulheres nesses espaços, criando uma barreira para maior inserção e permanência, tanto que hoje Elmina trabalha em uma faculdade e em um escritório.

É preciso pensar como a identidade profissional é construída em um processo de socialização que relaciona a formação profissional às instituições diversas que fazem parte desse processo. Segundo Dubar (1997, p. 105), “identidade” é

o [...] resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições [...] As esferas do trabalho e do emprego [...] e também da formação [...] constituem áreas pertinentes das identificações sociais dos próprios indivíduos.

É esse percurso que legitima uma pessoa, que lhe atribui reconhecimento profissional não apenas para si, mas para a sociedade. Esse não é um movimento estático, pois a socialização profissional passa pelo percurso de vida de todas as pessoas e está em constante transformação e construção. Tal socialização está sujeita às interferências sociais, psicológicas e econômicas.

Ao refletir sobre essas questões, nos deparamos com os estudos da pesquisadora feminista Wendy Faulkner, a qual pesquisa as áreas das engenharias. A estudiosa tem investigado sobre os fatores que dificultam a entrada e permanência das mulheres nas engenharias. Faulkner (2009) fez uma pesquisa etnográfica em seis companhias que empregavam engenheiras/os nos Estados Unidos e Inglaterra. É detectada por ela a importância da cultura profissional em ação nos locais de trabalho, tanto em nível organizacional, como em nível individual.

Isso ocorre porque foi identificado por ela que a cultura profissional das engenharias está fortemente marcada pela masculinidade dominante, que teria um papel crucial na integração das/os profissionais, agindo de maneiras diferentes para cada um dos sexos. Para os homens, a integração se torna mais fácil – supostamente afinada com a masculinidade dominante – e, para as mulheres, mais difícil, pois é o oposto, a feminilidade dominante. Nesse sentido, a autora afirma que “fazer seu trabalho” é inseparável de “fazer gênero”. A autora define cultura profissional como:

[...] uma coleção amorfa de práticas que caracterizam a interação cotidiana entre engenheiros [...] Algumas dessas práticas são diretamente relacionadas ao trabalho, outras refletem a identidade profissional partilhada entre os engenheiros, outras refletem suas vidas e identidades fora do trabalho. Essas dimensões se entrecruzam na vida diária de trabalho, por isso, trabalhar frequentemente envolve “fazer gênero”. Isso é significativo porque culturas profissionais trazem consequências cruciais [...] Primeiro elas aceitam as rodas do trabalho e da organização. Segundo, elas dão forma aos que são incluídos e aos excluídos no trabalho¹⁷ (FAULKNER, 2009, p. 5).

É nessa convivência nos locais de trabalho que acontece a socialização profissional, por intermédio das expectativas, preconceitos, linguagem própria, entre outras. Mais do que isso, é nesse processo que nos são revelados os jogos de poder e a luta por espaços e posições

¹⁷ Tradução de Maria Rosa Lombardi no artigo “Engenheiras na construção civil: a feminização possível e a discriminação de gênero”, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v47n163/1980-5314-cp-47-163-00122.pdf>. Acesso em 21 de outubro 2019.

de hierarquia nas empresas, sejam elas nas relações sociais ou de gênero. Podemos notar que as identidades feminina e profissional são interseccionalizadas nesses ambientes, uma vez que a mulher precisa lidar com suas responsabilidades laborais e precisa provar sempre mais competência que os homens para ocupar, na maioria das vezes, cargos menos importantes ou, ainda que ocupem cargos mais altos são consideradas menos importantes ou menos competentes que seus colegas homens.

Para mim, essa constatação fica evidente quando Edith Clarke [10] relata que ao trabalhar na área de eletroeletrônica em uma empresa, teve que conviver com as piadas e ofensas de seus colegas relacionadas ao seu peso. Ao reclamar com o chefe ouviu “é por isso que não contrato mulher”, situação esta que contribuiu para que chegasse à depressão.

Assim sendo, é preciso desnaturalizar os sexos e pensar gênero como uma categoria de relações sociais baseadas em distintas estruturas de poder, pois isso permite pensar na desconstrução das hierarquias sexuais. Não é por acaso que essa categoria tem sido fundamental para o movimento feminista, cuja pauta baseia-se na luta pela igualdade entre homens e mulheres, na eliminação de toda forma de discriminação contra as mulheres e na erradicação da violência.

Quando se pensa nos sentidos naturalizados de gênero, forma-se um sistema de preconceitos que define as mulheres como objetos e sujeitas de dominação. Ao desnaturalizar esses sentidos, o próprio sistema de dominação de gênero perde sua base de sustentação.

2.5 Engrenagens sem fim: desafios e estratégias de resistência das mulheres engenheiras

Menciono agora os últimos encontros da RC. Para tanto, faço uso da engrenagem sem fim, a qual é utilizada quando é necessário reduzir a velocidade de transmissão de força para uma segunda engrenagem para que o trabalho de uma máquina não se sobrecarregue. O movimento da engrenagem sem fim é constante e, na maioria delas, o eixo consegue girar a engrenagem, porém a engrenagem não pode girar o eixo. Essa é uma particularidade única desse tipo de engrenagem, que acontece devido ao fato de a inclinação do eixo ser pequena demais para ser capaz de ser girada a partir da fricção iniciada pela engrenagem.

Assim, reduzo a velocidade para mencionar a transmissão dos desdobramentos dos dois últimos encontros realizados na RC. Em nosso quarto encontro, as discussões sobre as reportagens continuaram, porém, intentei por abordar se existem preferências por engenheiros homens no mercado de trabalho. Pensando que o caminho a ser trilhado pelas mulheres engenheiras é lento, pois em países considerados desenvolvidos, como os Estados Unidos, por

exemplo, a participação de mulheres em atividades de Ciência e Tecnologia se deu de forma reduzida e lenta. Foi realizado um estudo entre 1950 e 1960, publicado na revista *Science*, no qual os dados mostravam uma participação ínfima de mulheres em atividades relacionada a essas áreas. Segundo Rossi (1965), elas representavam apenas cerca de 1% do total de funcionárias, isso em 1950, em um país desenvolvido e industrializado. Para Schienbinger (2001), a mesma realidade, com maior ou menor destaque, tem sido publicada, desde então, na maior parte da literatura mundial sobre gênero na ciência.

A partir daí, muita coisa mudou, contudo, a engenharia, conforme pesquisas de Lombardi (2010, 2016), é ainda um espaço profissional eminentemente masculino, com baixo número de engenheiras, isso quando comparado a outras profissões de estereótipos mais femininos. As relações de gênero na engenharia continuam complexas e contraditórias, conforme demonstram as falas de duas entrevistadas, quando questionadas se existem preferências por engenheiros homens no mercado de trabalho:

[11] Eu sempre vou para o trabalho de campo acompanhada de alguém, quero dizer, sempre vou a campo acompanhada de um homem Hh. Até mesmo quando vou fazer a instrução ou mapeamento de qualidade para os agricultores. ((Como seria isso?)) Recentemente, desenvolvemos um equipamento agrícola e precisava fazer alguns testes na fábrica de um fornecedor. Então eu disse que iria fazer a visita para testar o equipamento. Meu coordenador disse que eu não iria sozinha, que um comprador iria junto. Eu fiz todas as negociações e contatos↑, mas na hora da visita não podia ir SOZINHA, tinha que levar um comprador que é um cargo abaixo do meu↑. (Ana Primavesi, áudio do 4º encontro)

Em outra fala evidencia-se que a empresa não valoriza a engenheira. Mesmo ela tendo todos os requisitos, além de fluência em outro idioma, por sua condição feminina seu trabalho precisa ser validado por um profissional homem:

[12] Eu preciso de um homem para validar o que estou falando. Eu faço a tradução dos manuais, conheço bem os equipamentos, às vezes mais do que os técnicos de campo. Eu dou o treinamento para os funcionários, os procedimentos de como deve ser montado... Mas, quando o cliente tem dúvidas, ele não se direciona a mim, ele pergunta para o técnico, para o coordenador, para o motorista da empresa, segurança, **até para o cachorro se for macho** Hh ... Mas não para mim↓. (Edith Clarke, áudio do 4º encontro)

Essa situação vivenciada pelas engenheiras corrobora as falas de Hirata e Kérgeat (2007) quando afirmam que na divisão sexual do trabalho, o trabalho do homem “vale” mais que o da mulher. Se não uma valorização econômica, uma valorização social do trabalho executado. Mesmo comprovada a competência, ainda são frequentes tais situações nas quais um engenheiro precisa validar trabalho da engenheira ou acompanhá-la em sua execução. Talvez por isso muitas mulheres engenheiras perdem/deixam sua feminilidade de lado, pois o

risco de “parecer mulher e feminina” pode levar à inferência de falta de competência para exercer a profissão de engenheira. O que podemos confirmar com o relato de Elmina Wilson, quando indagada sobre como é ser mulher em uma obra da Engenharia Civil:

[13] É muito difícil, a começar pela situação do banheiro que já mencionei... Quando era mais jovem só visitava alguma obra de uniforme, tinha até um uniforme extra no carro, caso precisasse de última hora passar em alguma obra. Calça jeans apertada marcando o bumbum NUNCA, batom escuro NUNCA. Isso aprendi muito cedo, na minha profissão, no estágio mesmo, a primeira coisa que escutei foi: “vai de uniforme, obra não é shopping”. ((Mas todos os outros funcionários não usavam uniforme?)). **Sim**, usavam, a questão é que um homem engenheiro, sai do escritório e vai visitar a obra normalmente, às vezes está em casa no fim de semana e vai de bermuda! Se está muito quente os funcionários tiram a camisa... E eu? Faço o que? Hh Entendeu a diferença? Até meu corte de cabelo tive que mudar, pois um dia meu chefe disse que meus cabelos tinham que estar sempre presos[↑]. Então cortei estilo Chanel e até hoje os deixo assim, pois o meu cabeleireiro, que é visagista, o cabelo curto transparece confiança e autoridade. (Elmina Wilson, áudio do 4º encontro)

O relato de Elmina me faz refletir sobre os estudos feministas e os de Foucault (1995), pois historicamente, os Feminismos dedicaram-se às questões do corpo, desde as questões que envolviam doença, saúde, até as que abrangiam sofrimento e prazer, uma vez que o corpo não silencia, ao contrário, revela o que passa e expressa a história da indivíduo. Segundo Lucila Scavone (2009), entre as décadas de 1960 e 1970, o Movimento Feminista enfatizou a necessidade de politização do privado, além de visibilizar o corpo da mulher e sua relação com a sexualidade, contra a submissão dos corpos. Assim sendo, entre os séculos XVIII e XIX, o constrangimento da liberdade dos corpos deu-se em decorrência de um longo processo, o qual envolvia controle social e vigilância, resultando em “corpos dóceis”, como bem conceituou Foucault (1995). Em seus estudos, o autor considera que na sociedade capitalista a natureza política da medicina controla socialmente as pessoas pelo corpo, e que o controle da sexualidade e da reprodução feminina objetivava, além da manutenção populacional, manter a divisão de trabalho e as relações sociais.

Contudo, Elmina[13] demonstra em seu relato que o controle do seu corpo e feminilidade vai desde a escolha adequada da roupa, que não marque seu corpo feminino, passando pela escolha da cor do batom, até o seu corte de cabelo. Pois manter o cabelo curto é uma forma de controle, primeiro do seu chefe, que “pediu” que os mantivessem presos, e depois da própria Elmina que o vê como uma forma de ser respeitada e ter autoridade no cargo que ocupa. O que dialoga com os estudos de Beauvoir (1980), a qual reflete que os homens foram os sujeitos da história tradicional, enquanto as mulheres foram as outras e, por isso, o maior exercício de poder e de subjugação deu-se sobre os corpos de mulheres.

Refletindo ainda sobre esse aspecto do corpo, podemos concluir que Foucault argumenta que foi durante a Idade Clássica que houve a descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Seria, dessa maneira, possível encontrar sinais de uma grande atenção dedicada a partir de então ao corpo, destacando-o como algo que se modela, manipula-se, treina-se, que obedece e é hábil. Ou seja, o corpo, sendo ambíguo e dotado de poder de comunicação, precisa ser disciplinado. O que para Foucault são os métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, controlando forças e impondo uma relação que ele chamou de docilidade-utilidade (FOUCAULT, 2013).

Essa disciplina, discutida pelo autor, nos mostra que o corpo tinha que ser adaptado conforme a função que o meio público e político desejava, por exemplo, as escolas disciplinam o corpo das crianças e o exército de seus recrutas. Do mesmo modo foi feito com as mulheres, o corpo precisava ser disciplinado de forma a adequar-se à realidade e função social, como feito com Elmina[13], a qual não usava calça para não “marcar” seu corpo feminino. Contudo, as disciplinas são, além de tudo, formas de dominação, são importantes para a formação de uma relação que o torna no mesmo mecanismo mais obediente e, dessa maneira, mais útil. Podemos dizer então que foi/é o corpo disciplinado, juntamente com os discursos que profanavam/profanam os lugares sociais de acordo com o gênero, que possivelmente distanciaram/distanciam as mulheres das ciências, tecnologia e, conseqüentemente, da Engenharia. Dessa maneira, um corpo feminino que se dedica a tal atividade não é só incomum, é transgressor, ele agride as normas de sua disciplina em busca de um meio que comumente não o pertence, logo ele estava/está desestabilizando o meio científico.

Dessa forma, menciono agora nosso último encontro, o qual foi marcado por reflexões e apontamentos do que esperar do futuro. Para as engenheiras, por mais que o mundo e o mercado de trabalho tenham mudado, com maior participação feminina na Engenharia, o caminho a ser trilhado é árduo.

Desde o primeiro encontro, estabeleceu-se uma empatia muito grande entre as participantes, a afinidade que emergiu nessa Roda de Conversa entre mulheres criou laços e fortaleceu outros. Foram cinco encontros marcados por momentos de alegria, indignação e aflição, mas, acima de tudo, foram momentos marcados pela sororidade¹⁸, pois a cada

¹⁸ Termo proposto pela escritora feminista Kate Millett, na década de 1970, sororidade é a união e a aliança entre mulheres, baseada na empatia e companheirismo, em busca de alcançar objetivos em comum. Tem origem na palavra latina *sóror*, que significa “irmãs”. Podemos dizer que equivale à ideia de fraternidade que vem da palavra latina *frater*, que significa “irmão”. O conceito da sororidade está fortemente presente no feminismo,

narrativa contada, palavras de incentivo, conforto, identificação e conselhos eram ditas. Os laços foram fortalecidos com a criação de um grupo de *Whatsapp* no final do último encontro, no qual são trocadas informações relevantes, trabalhos e apoio na caminhada profissional. E para minha surpresa, o maior fortalecimento desse laço foi a proposta sugerida por Elmina, e apoiada por todas, de continuidade desse trabalho com a criação de um catálogo sobre as mulheres goianas na engenharia, ideia esta que também foi mencionada pela professora Lúcia Freitas, ao fazer os apontamentos deste trabalho no Seminário de pesquisa II. Acatamos a sugestão, fizemos os trâmites legais para o financiamento dessa possível publicação, e passamos para a Universidade X. Creio que em breve nos reuniremos novamente para a concretização desse trabalho.

Desse modo, no quinto encontro tentei por abordar questões mais pessoais relacionadas a identidades, pois se faz necessária análise de como as são performadas de maneiras diversas, a depender de nossos atravessamentos que, necessariamente, variam a depender de onde a pessoa se percebe no mundo e com o mundo (BUTLER, 1990, 1993). Para tanto, levantei três perguntas “O que é ser engenheira para vocês? Quais são seus sonhos? E o que as limitam chegar onde querem?”

[14] Ser engenheira é uma grande parte de mim como pessoa. Uma extensão, tipo braços e pernas, então, quando estou exercendo minha profissão, seja como engenheira ou professora é difícil fugir de quem eu sou e não entrar em assuntos polêmicos como homofobia, machismo... Na sala de aula, por mais que eu seja uma simples professora de cálculo, sempre acreditei que um bom professor, de qualquer matéria que seja, tem como dever ajudar a formar cidadãos. Minha intenção é ajudar as meninas que sonham com a carreira da engenharia elétrica! O que me impede é o mundo que a todo momento diz que Engenharia Elétrica não é lugar de mulher↑. **Meu desejo é que não sejamos mais a exceção e sim a REGRA.** (Edith Clarke, áudio do 5º encontro)

[15] Eu não sei ser outra coisa, ser engenheira me possibilitou ser quem eu sou ↑. Não consigo me imaginar em outra profissão que não seja essa ↑. Meus sonhos são tantos, tem tanta coisa que ainda quero alcançar... Sobretudo profissionalmente↑. Queria que as pessoas não me olhassem tanto como a mulher de rosto bonito↓, que ninguém mais falasse: “nossa como você é bonita, fotogênica, já pensou em ser modelo?” Não posso ser bonita e engenheira?! **Quero ser reconhecida pelo meu trabalho**, quero fazer grandes trabalhos e ser reconhecida por isso. Concordo com a Edith, deveríamos ser a regra e não a exceção↑ (Ana Primavesi, áudio do 5º encontro)

[16] Posso dizer com sinceridade que nunca foi meu sonho, talvez tenha sido a maneira que encontrei de fugir da sina e responsabilidade de ser advogada como todos da família↓. Mas hoje quando olho pra trás vejo que essa foi uma das escolhas

sendo definido como um aspecto de dimensão ética, política e prática deste movimento de igualdade entre os gêneros (SABATER, 2017).

mais certas que fiz na vida↑. Sou extremamente apaixonada e feliz no que faço, vejo o brilho nos olhos das jovens quando chego para ministrar alguma palestra, é como se eu dissesse à elas que também podem chegar onde cheguei. Confesso que às vezes não é fácil ser a única mulher no meu ambiente de trabalho, por mais que eu diga que já me acostumei, sinto falta da presença de outras mulheres. Hoje o que me limita chegar onde quero é o fato de ser mulher↑ pois isso me impede dentro da FAB de almejar outros postos. Até mesmo o próprio concurso tem um limite para contratação de mulheres, isso vai desde a questão física (altura e idade) ao próprio quantitativo de vagas. **Infelizmente ainda sou a exceção no meu trabalho e acredito que ainda o serei por muito tempo.** (Grace Hooper, áudio do 5º encontro)

[17] Pra mim, ser engenheira é a realização pessoal mais importante que conquistei na minha vida↑. Foi a Engenharia que me possibilitou ser forte, **enfrentar o meu ex-marido** e não aceitar suas imposições, enfrentar os outros homens que me disseram que eu não podia, que ali não era o meu lugar↑ A Engenharia me possibilitou sustentar meus filhos, minha família e agora me possibilita chegar mais longe através de uma coordenação de curso. Sonho com o dia que as empresas não deixarão mais de contratar mulheres, pelos fatores mais absurdos que já escutei “prefiro que seja homem para não ter problema com licença maternidade” como se as pessoas nascessem de chocadeira né?! Enfim, quero que sejamos reconhecidas pelo nosso trabalho, que as pessoas nos vejam em canteiros de obras, na indústria, na sala de aula, no escritório, na FAB... **Que nos vejam aonde desejarmos estar.** (Elmina Wilson, áudio do 5º encontro)

Ao refletir sobre essas falas, penso que a palavra transgressão as define bem, pois toda caminhada trilhada por elas até aqui foi de não cumprimento de regras e costumes impostos pela sociedade. Quando isso é feito por mulheres, elas violam conseqüentemente a cultura e o discurso que as limitaram em alguns aspectos. O que nos faz pensar ainda nos estudos de Foucault (2012), uma vez que o corpo que transgride passa do limite estabelecido, sendo uma manifestação da disciplina à qual estava confinado, ele se rebela e passa a ser visto como algo que foge às regras, pois “o limite e a transgressão devem um ao outro a densidade de seu ser” (FOUCAULT, 2012, p. 32).

Essas mulheres provam a transgressão, pois Edith [14] e Ana Primavesi [15] afirmam que desejam ser a “regra” e não a “exceção”, Grace [16] por ser a única mulher em um ambiente predominantemente masculino e Elmina [17] quebra todos os protocolos dados à época que cursou faculdade ao superar um relacionamento abusivo e dar seguimento na vida sendo uma mulher corajosa e forte. A força dessas mulheres se associa ao acesso a um alto nível de letramento, que também as possibilitou estar em contato com ideais feministas e de emancipação, dando mais potência para as suas transgressões.

Foucault afirma que a importância da transgressão está em afirmar o ser limitado, denunciando também o ilimitado no qual se lança, abrindo-se para a existência de maneira nova (2012), “a transgressão se abre para um mundo cintilante e sempre afirmando um mundo sem sombras (...) sem a intromissão do não, que crava no mundo sua contradição” (FOUCAULT, 2012, p. 34). Elmina [17], com sua história de vida, nos comprova isso, pois se

lança em um novo modo de existência, passando do ilimitado, ela era/é um corpo transgressor e, por isso, o seu ex-marido a controlou o quanto pôde, tanto financeira quanto psicologicamente, até ela ter coragem para transgredir.

Essa coragem e a transgressão também estão evidenciadas no que diz Edith Clarke [14], pois ela considera difícil fugir de quem é ao exercer a profissão de engenheira e professora, sendo assim, acredita ser importante tocar em assuntos polêmicos, sobretudo em sala de aula, pois sua intenção é formar cidadãs conscientes e ajudar mulheres (suas alunas) que sonham com a carreira da Engenharia Elétrica. Isso nos aponta para uma construção identitária de engenheira/professora que não se desvencilha de seus atravessamentos de gênero. Fica evidente que, apesar dos cerceamentos e regulações que sofre, é exatamente na situacionalidade que ela transgride e subverte expectativas (BUTLER, 2014) que poderiam ser imputadas a ela, se colocando como referência para suas alunas, assim como Grace Hooper[16], que se vê como inspiração para outras jovens, sendo ela uma exceção na FAB.

Em seu relato, Edith[14] se constrói como sendo múltipla, como tendo partes que se juntam para formar a si mesma, admitindo “ser engenheira/professora” como sendo “uma grande parte” dela, “uma extensão” sua, quase que orgânica, “tipo braços e pernas”. Por isso, ela justifica, lhe parece impossível não carregar para seu ofício assuntos que lhe afligem o espírito, como “assuntos polêmicos como a homofobia e machismo” dos quais fugir lhe pareceria análogo a fugir de quem ela mesma é, “é difícil fugir de quem eu sou”. Esse aspecto de sua construção identitária, sobretudo de professora, além de poético, me parece consonante com o que vemos na Linguística Aplicada Crítica como crucial no entendimento das relações humanas que se dão em sala de aula como um espaço de troca, de encontro, que supera as questões meramente pedagógicas para adentrar a esfera das relações pessoais e sociais (MILLER, 2013).

Contudo, a entrada da mulher no mundo da Engenharia é uma transgressão de padrões, pois essa carreira era tida como predominantemente masculina. Segundo Lombardi (2017), Carvalho (2008), Tozzi e Tozzi (2010), apesar das mulheres enfrentarem resistência para conquistar seu espaço na área tecnológica, lugar que historicamente foi limitado à sua participação, as mulheres estão adentrando com competência nesse meio e tendem muito a crescer nessa área. Os estudos de Tozzi e Tozzi (2010) demonstram um aumento em relação à presença feminina na área da engenharia de 4%, nos anos 1970, para 14% em 2009, porém, a ordem do gênero, paralelo à engenharia, classifica, reclassifica e categoriza áreas do conhecimento e do trabalho, atividades, atribuições e posições como masculinas e femininas, e a valorização de forma diferente. Isso se conecta com o pensamento de Grace Hooper[16]

ao dizer que “Infelizmente ainda sou a exceção no meu trabalho e acredito que ainda o serei por muito tempo”, ao mencionar o ingresso de mulheres na FAB.

De acordo com dados do Comando da Aeronáutica, em outubro de 2015, 10.815 mulheres integravam as fileiras da Aeronáutica, o que representava 15,38% do efetivo total de militares (BRASIL, 2015). Tais números demonstram o aumento significativo das mulheres nessa área, porém estudos revelam que mesmo com esse aumento, há disparidades encontradas no tratamento entre homens e mulheres, como, por exemplo, as restrições de acesso a certas ocupações dentro da FAB, como o impedimento do acesso feminino à Infantaria e à especialidade de Guarda e Segurança. Fato este que corrobora o trabalho das autoras Marina Miranda e Maria Lúcia (2010) intitulado de “Mulheres na Força Aérea Brasileira: um estudo sobre as primeiras oficiais aviadoras”. As autoras fazem um panorama histórico sobre o ingresso de mulheres na FAB, a qual no início deste século abriu suas portas para o ingresso de mulheres na carreira da aviação. Essa abertura teve como estímulo a experiência positiva obtida quando da entrada de mulheres nos quadros femininos, inicialmente criados em 1982, para o exercício de funções burocráticas ou daquelas funções que se enquadrariam no que se poderia considerar “profissões de mulher”, e, posteriormente, no quadro de intendentes, criado no final da década de 1990. Quadro este que oportunizou o trabalho que Grace Hooper cumpre no Centro de Computação da Aeronáutica em Brasília.

Essa abertura é considerada um avanço pelas autoras, porém o processo de inserção feminina ainda é pequeno e excludente. O Exército e a Marinha, por exemplo, têm muitos militares que veem restrições nessa inclusão, questionando a compatibilidade das mulheres, e de suas funções sociais tradicionais, com essa carreira, que tem como uma de suas características a constante ausência do lar por longos períodos de tempo. Portanto, Grace depara-se não apenas com a burocracia do concurso, mas com imposições institucionais e sociais que não aceitam seu gênero na corporação militar.

Esse princípio militar nos leva aos estudos de Kroft (1994), a qual revela que as bases militares estiveram fortemente presentes nas primeiras escolas de engenharia, o que eliminava a participação feminina e contribuía para reforçar a representação masculina do homem engenheiro, sendo os engenheiros reconhecidos como sujeitos necessários para a construção de um novo contexto social da modernidade. Para a autora, aspectos como competitividade, objetividade, individualismo, frieza e rigidez disciplinar vêm moldando a identidade desses sujeitos historicamente. Esses aspectos, quando analisados de uma perspectiva de gênero, confirmam que o campo da engenharia deve ser considerado um campo no qual prevalecem valores, símbolos, linguagens vinculadas ao que tem sido considerado masculino no contexto

ocidental (KROFT, 1994, p. 89). Nessa perspectiva, o que a autora expõe é que a sociedade ocidental tem “naturalizado” um tipo ideal de masculinidade, que por muitas vezes oprime homens e mulheres, com padrões normativos, como por exemplo, “homem não chora”, “mulher é mais sensível”, entre outras colocações.

Contudo, para Lombardi, “a engenharia está incluída nas escolhas profissionais das mulheres, embora esse processo venha evoluindo lentamente (2017, p. 179)”. Faulkner (2009) argumenta que é notável que as mulheres estão abrindo portas de poderosas instituições, incluindo a ciência, mas ainda, apesar de esforços de governos e do fomento da indústria, através de campanhas, o número de mulheres na engenharia continua muito baixo. Esses esforços são feitos, sobretudo, por mulheres, como é o caso da engenheira Marta Pereira da Luz, que possui pós-doutorado em Geotecnia pela Heriot-Watt University, a qual participou recentemente de um encontro promovido pela ONU Mulheres, em São Paulo, para compartilhar experiências de organizações que incentivam maior participação feminina na área de Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM, na sigla em inglês)¹⁹. Marta lançou em dezembro passado, em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), o livro “Conversas entre meninas e engenheiras - Semeando oportunidades para igualdade de gênero na ciência”, livro este que é fruto de um projeto que possibilita a visita de alunas de escolas públicas de Goiás aos laboratórios do centro tecnológico em Engenharia Civil de FURNAS, localizado em Aparecida de Goiânia. Que o exemplo desta e de outras iniciativas possam concretizar o desejo de Grace, Elmina, Ana e Edith, para que elas sejam a regra e não mais exceção no campo da Engenharia.

¹⁹ Reportagem disponível em: https://www.furnas.com.br/noticia/103/noticias/1435/engenheira-de-furnas-participa-de-reuniao-da-onu-mulheres?fbclid=IwAR3Pbmh6I1GEDJkN9gTBqVB5LXMiPZSnsnm23j8iy5PSOcZtpy8FK7p-_8. Acesso em 11 de março de 2020.

ENGRENAGENS FINAIS

Depois de perpassarmos por todas as engrenagens, desde a cilíndrica até a sem fim, é chegada a hora de comentarmos as engrenagens finais deste trabalho. Porém, preciso dizer que, apesar do nome, acredito que nenhum trabalho científico é conclusivo e permanente, pois minhas impressões, colocações e entendimentos estão aqui, mas é de se esperar que a partir desse ponto eles sejam apropriados por quem os lê e que comecem a dar novos sentidos e formar novas engrenagens, dando torques a novos eixos e velocidades, uma vez que a busca continua e continuará sempre.

Em minha introdução, procurei situar meu estudo a partir do meu lugar de fala e das implicações desse lugar na organização da minha pesquisa. Sendo assim, não posso deixar de comentar que concluo este trabalho em um momento político crítico para mim, isso porque assumo um posicionamento não só acadêmico, mas político e social, dado ao contexto que vivemos. Diante disso, julgo importante pensar o contexto sociopolítico do qual falo, mais especificamente, no momento político, social e cultural da nossa sociedade.

Isso porque é dever da linguista aplicada crítica se posicionar politicamente, uma vez que o trabalho da LA passa por articular as questões da linguagem às questões políticas e históricas, pois a linguagem não se dá fora da história ou das implicações políticas, e a linguística aplicada busca teorizar e refletir sobre questões de linguagem aplicadas ao seu uso no mundo de maneira real e não ideal ou abstrata.

O aparato teórico LAC como paradigma permite que a linguista aplicada possa refletir de maneira crítica sobre a realidade social que integra, assumindo uma postura científica ética e moral, na qual precisa se posicionar politicamente com o objetivo de contribuir para mudar a estrutura social na qual convive.

Escrevo esta dissertação em um contexto em que ressoam discursos conservadores, autoritários, travados por setores da extrema direita e por uma bancada religiosa, as quais assujeitam e discriminam quem pertence a grupos sociais minorizados, como as mulheres, por exemplo. É claro que esses discursos sempre existiram, porém eles se disseminaram e estão sendo legitimados e naturalizados nesse momento, com a justificativa de manter os valores cristãos e preservar a família. Desse modo, focando nesse aspecto das desigualdades, me sinto compelida a fazer um panorama geral do que vivemos hoje, politicamente falando, pois acho que as circunstâncias atuais implicam em uma preocupação ainda maior da minha parte, o que dá ainda mais relevância para o tipo de reflexão que coloco nesta pesquisa. Estamos em 2020,

e o que posso dizer sobre o momento atual é que vivemos tempos de desesperança (BAUMAN, 2016).

Tudo isso se iniciou em 2016, quando ocorreu o processo de golpe institucional que culminou na substituição da presidenta brasileira, eleita legitimamente pelo voto popular, Dilma Rousseff, após um processo de *impeachment* no mínimo suspeito²⁰. Tal golpe expôs a face de uma política marcada por interesses e manutenção de privilégios de grupos hegemônicos e ecoaram em discursos misóginos e de ódio ao outro. O processo continuou quando, nas eleições de 2018, também por voto popular, elegeu-se um candidato cujos discursos remetem às bases da extrema-direita, um neoliberalismo extremista, com característica de ódio às minorias, negacionismo à ciência, e propagação de notícias falsas para tentar manipular a população. Para o filósofo Renato Janine Ribeiro (2015, p. 1), o que distingue o extremismo político da direita brasileira das demais vertentes é “um ódio cabal aos direitos humanos”. Ódio esse fundamentado na égide de ideais conservadores e supostamente cristãos e nacionalistas exacerbados, sobretudo de base militar.

Vivemos em retrocesso, caminhando a passos largos rumo à total barbárie, a um mundo de mais violência e desolação, pois com a disseminação e legitimação desses discursos, os quais representam, por vezes, o pensamento de parte da sociedade brasileira e os autoriza, um retrocesso social e político acomete o país, uma onda ultraconservadora surge. Com isso, o desapontamento e a sensação de impotência por parte de quem, como eu, confia na arena pública e na política para resolver as questões que acometem e afligem a massa populacional em desvantagem nas esferas social, cultural e econômica, se agrava.

De uma maneira geral, há um enorme descrédito dos políticos em relação a sua conduta ética e moral. Com isso, ocorre o “problema da desassemelhação, que desloca a política para um plano apolítico, onde, não por acaso, direita e esquerda ficam indistintas, pois as categorias tradicionais desaparecem, e a população é chamada a abastecer seu voto”, ou o seu protesto, no caso do golpe à moda brasileira, “com sua raiva, a qual é então preservada em compartimentos esterilizados até o período eleitoral seguinte” (BAUMAN, 2016, p. 40). Ou seja, as ações das cidadãs e cidadãos na esfera política são relegadas a mero ferramental para a manutenção do *status quo*, uma vez que não podem/conseguem apostar na capacidade de mudança, naufragando na ilusão da possibilidade de interferir em um processo comandado pelos interesses de bancos e grandes corporações, parte integral de um capitalismo financeirista

²⁰ O processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff é considerado ilegítimo por ser fruto de um “golpe de estado brando”, nas palavras de Noam Chomsky em entrevista ao canal *Democracy.now* (disponível em: <https://goo.gl/ToJ0x1>. Acesso em: 02 mar. 2020), ou uma espécie de golpe não militar, instrumentalizado institucionalmente por meios jurídicos, mas inconstitucionais.

que, “parasitário” (BAUMAN, 2009, p. 8), “se destaca por criar problemas, e não por solucioná-los” (BAUMAN, 2009, p. 1).

E qual é a importância dessa contingência em relação ao que propus nesta pesquisa? Para mim, toda essa conjuntura necessariamente influencia como agimos ao lidar com as disparidades configuradas nos eixos interseccionais de gênero, sexualidade, raça/etnia e classe social (COLLINS; BILGE, 2016). A consequência disso é que as conquistas sociais relacionadas à educação, classe, raça, gênero e sexualidade estão ameaçadas. Isso ocorre porque o contexto sociopolítico atual é opressor e antidemocrático. Logo, pesquisar sobre as mulheres é uma forma de questionar/enfrentar os ditames advindos dele, pois “não estamos reconciliadas com o opressor que afia seu grito em nosso pesar. Não estamos reconciliadas” (ANZALDÚA, 2000, p. 235).

Toda essa reflexão faz sentido como pano de fundo para o que faremos a partir da análise que propus aqui porque é nesse cenário conturbado, de desconfiança das instituições democráticas, de “liquidez” e de exaustão do processo de globalização (BAUMAN, 2016), que somos convocadas a redobrar os cuidados quanto às ações que tomamos em um nível micro, a fim de subverter as implicações de nível macro, amplificando nossa possibilidade de subversão do sistema. Acho que é aí que está a grande conexão entre esta pesquisa e o momento atual: ela nos incita a pensar sobre questões antigas, como as relações assimétricas de poder nos eixos do gênero, mas que se encontram à flor da pele, amplificadas pela instabilidade e a desesperança atuais.

Nesse sentido, me alinho a Bauman (2009, p. 87-88) que vê na esperança a única saída possível, uma espécie de “terceira categoria”, alheia às inclinações ao “otimismo” ou ao “pessimismo”, entendendo que há possibilidade, sim, de vivermos em um mundo menos sofrível para tantas pessoas.

Os objetivos deste trabalho foram evidenciar as experiências vividas pelas quatro participantes, mulheres de diferentes áreas da engenharia, observando se passam por discriminação de gênero em seu cotidiano, na vida profissional e/ou na vida privada em decorrência da profissão que exercem, a fim de compreender como se dá o processo de construção da identidade profissional a partir das experiências relatadas, observando suas percepções sobre essas relações.

Com isso, pude refletir com elas sobre o fato de a discriminação de gênero ainda existir mesmo após tantas conquistas, como o direito ao voto e os direitos trabalhistas. Assim, questionei como essas mulheres se sentem diante dessa problemática da desigualdade de

gênero? Esses processos revelam sobre como o poder é constituído e manejado? O que pode ser feito para amenizar essa situação?

Minha hipótese inicial de que a identidade social se alia à identidade profissional da mulher engenheira se confirmou nos relatos das experiências das participantes. E a grande questão colocada sobre estratégias para enfrentar e lutar contra essas discriminações foi constantemente respondida em cada movimento de enfrentamento dessas mulheres em seu cotidiano. Isso se acontece porque o enfrentamento contra o machismo é uma luta diária que deve ser travada coletivamente, construindo redes de sororidade, investindo em informação e em uma educação anti-machista e construindo alianças.

Durante esta pesquisa, me propus empenhar todos os meus sentidos, o meu corpo, a minha racionalidade e minhas emoções, a fim de ouvir Ana Primavesi, Grace Hooper, Edith Clarke e Elmina Wilson, mulheres com as quais conversei e aprendi sobre as questões de desigualdade e sofrimento que as acompanham em suas andanças, seja no enfrentamento de Ana ao ter que provar em todos os momentos que não é apenas um “rostinho bonito”, mas uma profissional inteligente e capacitada; seja na luta constante de Grace Hooper por “um lugar ao sol”, tanto no trabalho quanto na família, que insistem em dizer que seu lugar é no Direito; seja na interpelação opressora dos que não veem Edith Clarke como a mulher poderosa e profissional que ela é e se vê; seja na luta de mulher, mãe e profissional de Elmina Wilson, que superou os obstáculos profissionais e o relacionamento abusivo com o ex-marido.

Ainda assim, como podemos ver os discursos apresentados por essas e outras mulheres são contraditórios, pois as identidades são contraditórias e as mulheres são múltiplas. Por isso, estamos cambiantes e em constante processo de suturas e desfiar, e em uma sociedade estruturalmente machista como a nossa, as mulheres assumem identidades contraditórias como maneira de resistir e sobreviver à opressão machista, sendo constantemente atravessadas pelos discursos opressores que também as constituem.

Dessa forma, é preciso pensar que há muito caminho a ser trilhado pelas mulheres engenheiras, possuidoras de inúmeras e contraditórias identidades no fluir machista contemporâneo, pois ao analisarmos as experiências, percebemos que o mundo da Engenharia, tecnologia e ciência (re)produz determinados discursos e as práticas sociais que constituem mulheres e homens, uma vez que as diferenças entre os “papéis” socio-historicamente construídos de mulheres produzem efeitos nas escolhas profissionais, na formação de pesquisadoras, no desequilíbrio entre mulheres e homens em determinadas áreas do conhecimento, no viés sexista que constitui a ciência. Tais aspectos têm raízes profundas,

que envolvem a própria história da humanidade e a construção das identidades femininas e masculinas ao longo dos tempos.

As discussões que buscamos tecer ao longo deste texto não têm a pretensão de serem afirmações definitivas e inquestionáveis, mas, ao contrário, elas representam apenas algumas reflexões sobre a participação feminina no mundo da Engenharia, constituída em pilares androcêntricos e sexistas. Estão pautadas em histórias singulares e contextualizadas, apesar de muitas vezes ressonarem em outras narrativas. Olhar de forma mais atenta e crítica para as relações entre gênero e Engenharia implica problematizar determinadas “verdades” cristalizadas na história, contribuindo, talvez, com outros modos de fazer, outros modos de olhar, de viver e de vir a ser.

Mas como tenho defendido, não pretendo encerrar aqui essa discussão, pois a melhor forma de questionar o machismo e tentar mudar a sociedade é por meio da educação. Não apenas a educação formal, mas uma educação que alcance a sociedade como um todo, de maneira a mudar paulatinamente pensamentos opressores e propondo uma sociedade justa e igualitária. Este trabalho contribui com a reflexão sobre o tema e abre possibilidades para que ele continue sendo visibilizado.

É importante observar que esta pesquisa ajudou a construir uma rede de sororidade entre o grupo que dela participou, que continua em contato por meio de um grupo de *WhatsApp* e que pretende trabalhar em um projeto para construir um catálogo de mulheres goianas na engenharia, mantendo acesa a discussão de gênero e valorizando as conquistas das mulheres. Além disso, esta dissertação mostrou que o machismo estrutural da sociedade brasileira continua muito evidente e se apresenta em suas nuances, sendo necessária ainda muita pesquisa que discuta os enfrentamentos das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo na área das engenharias.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento. Justificando, 2018.
- ALGRANTI, Leila Mzan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edund, 1993.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, v. 1, p. 229–236, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2006. (Edição 1979).
- BASTOS, L. C.; BIAR, L. de A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *DELTA*. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada (PUCSP. Impresso), v. 31, p. 4, 2015.
- BAUER, de Martin W; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- BAUMAN, Z. *Babel: entre a incerteza e a esperança*: Zygmund Bauman e Ezio Mauro. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- BAUMAN. Z. *Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos*. Zygmund Bauman e Tim May. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução: Sérgio Millet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.
- BETC, SÃO PAULO. In: Facebook. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/betcsaopaulo/posts/1227629820685825>. Acesso em: 14 set. 2019.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução: Helena Kühner. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Centro de Comunicação Social da Aeronáutica. Comando da Aeronáutica. Temporários: economia e qualidade de serviço. *Notaer: o jornal da Força Aérea Brasileira*. Brasília, p. 7-10. mar. 2015. Disponível em: https://issuu.com/portalfab/docs/notaer_2016_marco. Acesso em: 19 mar. 2020.
- BUCHOLTZ, M. Bad Examples: Transgression and progress in language and gender studies. In: BUCHOLTZ, M; LIANG, A. C.; SUTTON, L. A. (ed.). Susan e Thompson, Geoff (Ed). *Reinventing Identities: The gendered self in discourse*, p. 575-599. Oxford University Press, 1999.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 11, p. 11-42, 1999.

BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. London/New York: Routledge, Chapman & Hall, 1990.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of 'sex'*. New York/London: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. When gesture becomes event. Theater Performance Philosophy – *International Conference: Crossings and Transfers in Contemporary Anglo-American Thought*. 2014. Disponível em: TPP2014 : Judith Butler, <https://goo.gl/UUjwK0>. Acesso em: 19 mar. 2020.

CAMERON, Deborah. Gender, language and discourse: A review essay. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 23, p. 945–973, 1998.

CAPPARELLI, Camila dos Passos Araújo; OLIVEIRA, Hélvio Frank. Gênero no âmbito acadêmico: performance narrativa de uma aluna do curso de matemática. *Ícone Revista de Letras*. v. 19, n. 1. 2019. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/icone/article/view/8922>. Acesso em: 20 set. 2019.

CARVALHO, Marília Gomes de; SOBREIRA, Josimeire de Lima. Género en los cursos de ingeniería de una universidad tecnológica brasileña. *Arbor*, v. CLXXXIV n.733, p. 889-904, sep./oct, 2008.

CNPQ. *Chamada para divulgação*. Disponível em: http://www.cnpq.br/web/guest/chamadaspublicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&filtro=abertas&detalha=chamadaDivulgada&idDivulgacao=8402. Acesso em: 08 mar. 2019.

CNPQ. *Chamadas públicas*. Disponível em: http://www.cnpq.br/web/guest/chamadaspublicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&idDivulgacao=8402&filtro=abertas&detalha=chamadaDetalhada&id=47-1198-5840. Acesso em: 10 jul. 2019.

COLLINS, Patricia. Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, [1990] 2000.

COLLINS, P.; BILGE, S.; *Intersectionality*. Cambridge: Polity Press, 2016.

CONFEA - *Profissionais - Quantidade por Gênero*. Brasil, 2019. Disponível em: <http://estatistica.confea.org.br:8080/EstatisticaSic/ModEstatistica/Pesquisa.jsp?vw=Seo>. Acesso em: 31 mar. 2019.

CONNELL, Robert W; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *The University of Chicago Legal Forum*, v. 140, p.139-167, Chicago, 1989.

DALLERY, Arleen B. A política da escrita do corpo: écriture feminine. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (org.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p. 62-78.

DALY, Mary. *Gyn/ecology: the metaethics of radical feminism*. Londres: Women's Press, 1984.

DECAUX, Alain. *Historie des français*. Paris: Amiot-Dumont, 1972.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: The discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.). *The Sage Handbook of qualitative research*. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2005 p. 1-32.

DUBAR, C. *A socialização: Construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora, 1997.

FALCI, Miridan Brito Knox. *História das mulheres no Brasil*. Disponível em: <https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priore-histc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

FAULKNER, Wendy. Doing gender in engineering workplace cultures. Observations from the field. *Engineering Studies*, v. 1, n. 1, p. 3-18, 2009. DOI: 10.1080/19378620902721322.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FISHMAN, Pamela. (1978). O trabalho que as mulheres realizam nas interações. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA B; et al. *Linguagem, gênero, sexualidade – clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FORTINO, Sabine. Coexistência dos sexos (verbetes). In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.

FOUCAULT, Michael. *Discipline e punish. The birth of the prison*. New York: Vintage Books, 1995.

FOUCAULT, Michael. Prefácio à Transgressão. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos*, v. III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FRASER, Nancy. O feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História. *Mediações*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, Jul/Dez. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4505>. Acesso em: 15 jul. 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Prefácio de Ernani Maria Fiori. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FULLER, Margaret. *Women in the nineteenth Century and other writings*. Oxford: Oxford University Press, p.1-119, 1994.

GARCEZ, P.; BULLA, G.; LODER, L. Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos. *D.E.L.T.A.*, v. 30, n. 2, p. 257-288, 2014.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2002.

HEREDIA, E. B., RAMOS, A., SARRIÓ, M. & CANDELA, C. Más allá del “techo de cristal”: diversidad de gênero. *Revista Del Ministerio de Trabajo e Asuntos Sociales*, n. 40, p.55-67, 2002.

HIRATA, Helena. *Nova divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Bom tempo Editorial, 2002.

HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOOKS, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução: Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Munster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/w3ZbQh>. Acesso em: 11 mar. 2019.

KRISTEVA, Julia. *Desire in language: a semiotic approach to literature and art*. Nova York: Columbia University Press, 1980.

KROFT, Simone Petraglia. O saber para prover, a fim de prover – A engenharia de um Brasil Moderno. In: HERSCHMANN, Micael M; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. (org.). *A invenção do Brasil moderno*. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 202-223.

LAKOFF, Robin. (1973). Linguagem e lugar da mulher. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. et al. *Linguagem, gênero, sexualidade – clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010.

LIGUORI, Maíra. *O machismo também mora nos detalhes*. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://thinkonga.com/2015/04/09/o-machismo-tambem-mora-nos-detalhes>. Acesso em: 20 ago. 2019.

LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheiras na construção civil: a feminização possível e a discriminação de gênero. *Cad. Pesquisa*. São Paulo, v. 47, n. 163, p. 122-146, mar. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742017000100122&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/198053143619>.

LOMBARDI, Maria Rosa. A Persistência da Desigualdade de Gênero no Mercado de Trabalho. In: COSTA, Albertina et. al. (org.). *Divisão Sexual do Trabalho e Crise do Capitalismo*. Recife: SOS Corpo, 2010.

LOMBARDI, Maria Rosa. *Por que são tão poucas?: um estado da arte dos estudos em Engenharia e gênero / Coordenação Maria Rosa Lombardi*. – São Paulo: FCC, 2016.

LOPES, A. A. *A Inter (in) disciplinabilidade*. São Paulo: Atheneu, 2010.

LOPES, J. S. Pontuações e proposições ao branco/a e à luta antirracista: ensaio político-reflexivo a partir dos estudos críticos da branquitude. *Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”*. Londrina: UEL, 2013, p.134-147. Disponível em: <https://goo.gl/LX4JwC> -. Acesso em: 19 set. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. *Currículo, Gênero e Sexualidade*. 2. ed. Porto: Porto, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: BASSANEZI, Carla (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

MAJORITÉ Opprimée. Direção: Eléonore Pourriat, 2010. 1 vídeo (10 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4qw8kkcFuuE&t=558s>. Acesso em:

MILLER, I. K. Formação de Professores de línguas: da eficiência à reflexão crítica e ética. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Linguística Aplicada na modernidade recente*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 227-248.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). *Pesquisa Social*. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOITA LOPES, L. P. *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

PEDRO, Maria Joana. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 278-321.

PENNYCOOK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. (org.) *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

PENNYCOOK, A. A linguística aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In: SIGNORINI, I; CAVALCANTI, M. C. (org.). *Linguística aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 23-49.

PENNYCOOK, A. *Critical applied linguistics: a critical introduction*. Londres: Routledge, 2001.

PENNYCOOK, A. Critical Moments in a TESOL Praxicum. In: NORTON, B.; TOOHEY, K. (ed.). *Critical Pedagogies and Language Learning*. Cambridge University Press, 2004. p. 327-346.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 18, p. 09-18, 1989.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes docentes. In: PIMENTA, Selma Garrido (org.). *Saberes pedagógicos e atividades docentes*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PINTO, Celi R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (História do Povo Brasileiro).

PISCITELLI, Adriana. Tradição Oral, Memória e Gênero: um comentário metodológico. *Cadernos Pagu*, n 1, p. 149-171, 1999.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORI, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar — a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REZENDE, Tânia F. Posfácio. In: SILVESTRE, Viviane P. V. *Colaborações e crítica na formação de professores/as de línguas: teorizações construídas em uma experiência com o PIBID*. Campinas - SP: Pontes Editores, 2017. p. 279-289.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Renato Janine. Extrema-direita avança com ódio aos direitos humanos, diz filósofo: depoimento. Entrevista concedida a Roldão Arruda. *Estadão*, 14 de março de 2015. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/extrema-direita-avancacom-odio-aos-direitos-humanos-diz-filosofo/>. Acesso em: 07 mar. 2020.

ROCHA, Manuela Antônia Gomes. *Cenário da Mão de Obra Feminina na Construção Civil em Goiânia*. Monografia. Curso de Graduação em Engenharia Civil. Escola de Engenharia Civil e Ambiental (EECA). Universidade Federal de Goiás. 2017. Disponível em: https://www.eec.ufg.br/up/140/o/CEN%20RIO_DA_M%20DE_OBRA_FEMINA_NA_CONSTRU%20CIVIL_EM_GOIA%20NIA_.pdf. Acesso em: 12 mar. 2020.

ROSSI, Alice. S. Women in Science: Why so Few? Social and Psychological Influences Restrict Women's Choice and Pursuit of Carrers in Science. *Science* 148, p. 1196-1202, 1965.

SABATER, Valeria. Sororidad: el valor de la alianza entre las mujeres. *La mente es maravillosa*. Espanha, 2017. Disponível em: <https://lamenteesmaravillosa.com/sororidad-alianza-entre-las-mujeres/?fbclid=IwAR2xKuJNBn5eE3AjMzUKJsj-ryidLgUEe7PGgMR49mi5GUag1Avgs-ft6Z4>. Acesso em: 31 jul. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. *In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (org.). Uma Questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Marina Miranda Lery; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Mulheres na Força Aérea: um estudo sobre as primeiras oficiais aviadoras. *Estud. Psicol.*, Natal, v. 15, n. 3, p. 259-267, 2010.

SANTOS, Graciete. Desenvolvimento humano sustentável e solidário: alternativas de trabalho e renda. *In: COSTA, E. et al. (org.). Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva e gênero*. São Paulo: CUT, 2002, p.123-128.

SCAVONE, Lucila. Corpo e Sexualidade, entre sombras e luzes. *In: TORNQUIST, Carmem Susana, et al. (org.). Leituras de resistência: corpo, violência e poder*. Florianópolis: Mulheres, 2009, p. 465-481.

SCHIENBINGER, L. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: Edusc, 2001.

SCOTT, Joan W. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. *Debate feminista*, São Paulo, edição especial, p. 203-222, 1999.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99. Disponível em: http://www.archive.org/details/scott_gender. Acesso em: 12 set. 2018.

SILVA, K. A.; SANTOS, L. I. S.; JUSIANA, O. D. Entrevista com Kanavillil Rajagopalan: ponderações sobre linguística aplicada, política linguística e ensino-aprendizagem. *Revista de Letras Norte@mentos – Revista de Estudos Linguísticos e Literários*. Edição 08 – Estudos Linguísticos, 2011/02. Disponível em: <http://goo.gl/fuOkJy>.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; BERNARDES, Nara Maria Guazzeli. Roda de Conversas- Excelência Acadêmica e Diversidade. *Educação* (Porto Alegre), v. 30, p. 53-92, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STEARNS, P. N. *Historia das relações de gênero*. Tradução: Mirna Pinsky. Sao Paulo: Contexto, 2007. 250p.

TANNEN, Deborah. (1990). Quem está interrompendo? Questões de dominação e controle. *In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA B. et al. Linguagem, gênero, sexualidade – clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010.

TOZZI, M. J.; TOZZI, A. R. A participação das mulheres nos cursos de engenharia do Brasil. *CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA*, XXVIII. Fortaleza, 2010.

ANEXOS
ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

QUESTIONÁRIO

Para contribuir com a esta pesquisa responda às seguintes questões com sinceridade. Marque um X de acordo com suas respostas. Sua contribuição será muito importante para essa pesquisa.

Nome: _____ Data: ____/____/____

Pseudônimo: _____

Sexo: () Masculino () Feminino Idade: _____ anos

Profissão: _____

Estado civil: () solteira () casada () divorciada () outro

1) Em que cidade mora?

() Goiânia () Aparecida de Goiânia () Outra: _____

2) Em relação à moradia:

() Mora em casa própria () Mora em casa alugada () Outra: _____

3) Quantos membros de sua família moram com você?

() Nenhum () Um ou dois () três ou quatro () cinco ou seis () mais de seis
Quem são elas/es?

4) Quantas pessoas contribuem para a renda familiar mensal em sua residência:

() Uma () Duas () Três () Quatro () Cinco () Mais de 5

5) Em termos de porcentagem qual a sua contribuição na renda familiar?

() Contribuo com 30% () Contribuo com 50% () Contribuo com 80%
() Contribuo com 100%

6) Qual é a renda familiar mensal em sua residência?

() Entre R\$1244,00 e R\$ 1866,00	() Entre R\$ 3110,00 e R\$ 3732,00
() Entre R\$ 1866 e R\$ 2488,00	() Entre R\$ 3732,00 e R\$ 4354,00
() Entre R\$ 2488,00 e R\$ 3110,00	() Entre R\$ 4354,00 e R\$ 4976,00
() Entre R\$ 4976,00 e R\$ 5598,00	() Mais de R\$ 5598,00

7) Quais são seus locais de trabalho?

() escritório () faculdade () em obras () em casa () outros

8) Exerce outras atribuições remuneradas ou não? Se sim, quais?

9) Qual a sua carga horária de trabalho por dia?

4 hs 8 hs 12 hs

10) Em qual (is) turno (s) trabalha?

Matutino Vespertino Noturno

11) Como fez seus estudos regulares (Ensino Fundamental e Médio)?

Integralmente em escola pública Maior parte em escola pública
 Integralmente em escola particular Maior parte em escola particular
 Outro: _____

12) A respeito de sua formação superior assinale:

Estudei em uma universidade pública
 Estudei em uma universidade particular

13) Que habilitações você possui?

Engenharia elétrica Engenharia civil
 Engenharia mecânica Engenharia da computação
 Outras: _____

14) Há (ou houve) engenheiras(o) na família além de você?

Não Sim

Grau de parentesco: _____

15) Por que você optou por cursar Engenharia?

16) Enquanto mulher na sua carreira conte momentos de alegrias ou tristezas e justifique o porquê você sentiu-se assim.

Obrigada.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você Sra. está sendo convidada a participar, como voluntária, da pesquisa intitulada “Gênero, Identidades e Experiências das Mulheres Engenheiras”. Meu nome é Helen Cristina Dias da Silva Lemes sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Linguagem e Linguística. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, rubriche todas as páginas e assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizada de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelos pesquisadores responsáveis, via e-mail (hcletras7400@gmail.com e helviofrank@hotmail.com) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, acrescentando o número 9090 antes do seguinte contato telefônico: (62) 99319807/(62) 98700720. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Estadual de Goiás (CEP-UEG), localizado no Prédio da Administração Central, BR 153, Km 99, Anápolis/GO, CEP: 75132-903, telefones: (62) 3328-1439 e (62) 98325-0342, funcionamento: 8h às 12h e 13h às 17h, de segunda a sexta-feira. O Comitê de Ética em Pesquisa é vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que por sua vez é subordinado ao Ministério da Saúde (MS). O CEP é responsável por realizar a análise ética de projetos de pesquisa com seres humanos, sendo aprovado aquele que segue os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares.

Av. Juscelino Kubitschek, nº 146 - Bairro Jundiá
Caixa Postal 459 Anápolis - GO
CEP: 75.110-390
Bloco II - 3º Andar

[\(62\) 3328-1128](tel:(62)3328-1128)



Câmpus
Anápolis de Ciências
Socioeconômicas
e Humanas



Universidade
Estadual de Goiás

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

A leitura deste TCLE deve levar aproximadamente 15 minutos e a participação na pesquisa 320 minutos.

1.1 Gênero, Identidades e experiências das Mulheres Engenheiras.

A presente pesquisa propõe-se a discutir a temática de gênero e identidades articulando-a com discussões referentes às experiências de engenheiras no espaço profissional e pessoal. Uma vez que é comum observar representações de gênero do tipo: “peão não respeita mulher em obra”, “veio para arrumar casamento”, “já pegou a engenharia toda”, “mulher não serve para engenharia”, “você é bonita demais nem precisa estudar”. As mulheres têm ocupado os espaços sociais cada vez mais, alcançando posições de lideranças e postos antes ocupados apenas por homens. Essas grandes mudanças não ocorrem de maneira fácil, muito menos sem conflito. Por isso, é importante trazer para o debate as experiências vividas por mulheres que enfrentam esses desafios, observando se passam por discriminação de gênero em seu cotidiano, na vida profissional (ou na vida privada em decorrência da profissão que exerce) e se isso pode de alguma forma afetar seu desempenho ou ascensão social.

Contudo, temos por objetivo investigar discursos explícitos ou implícitos de desigualdade de gênero relacionados à atuação profissional da engenheira, a fim de compreender como se dá o processo de construção da identidade profissional a partir das experiências relatadas. Quanto aos possíveis riscos ao participar dessa pesquisa são: invasão de privacidade; constrangimento ao responder alguma pergunta; interferência na vida e na rotina dos sujeitos e responder a questões sensíveis, tais como violência e sexualidade. Porém os benefícios acadêmicos e sociais decorrentes da participação na pesquisa, é encorajar com sua experiência outras mulheres a ingressarem no campo das engenharias e ocuparem outras profissões consideradas masculinas. Informamos que não haverá despesas por parte da participante, pois o deslocamento e lanche serão custeados pela pesquisadora, caso ocorra eventual despesa por parte da participante, garantimos o ressarcimento de igual valor em dinheiro.

Ao participar dessa pesquisa, garantimos e asseguramos sigilo e anonimato, para tanto, será escolhido por você um pseudônimo referente às mulheres que marcaram história no mundo da engenharia, dessa forma sua identidade não será revelada.

Av. Juscelino Kubitschek, nº 146 - Bairro Jundiá
Caixa Postal 459 Anápolis - GO
CEP: 75.110-390
Bloco II - 3º Andar
[\(62\) 3328-1128](tel:(62)3328-1128)

Assim sendo, deixamos claro que você tem total liberdade de se recusar a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, bem como de se recusar a responder questões que lhe causem desconforto emocional e/ou constrangimento em entrevistas e questionários. Contudo, lembramos que independente dos resultados, sejam eles favoráveis ou não, os mesmos serão de domínio público.

No mais, caso participe da pesquisa e em decorrência da mesma venha sofrer posteriormente por danos imediatos ou tardios, nos comprometemos na reparação dos mesmos, sejam eles no pagamento de auxílio psicológico ou possível indenização.

Contudo, informamos que os dados da pesquisa estarão disponíveis em arquivo físico e digital sob guarda e responsabilidade do pesquisador responsável, por um período de 5 anos após o término da pesquisa. Após esse período, o material obtido será picotado e reciclado.

1.2 Declaração da pesquisadora responsável:

Eu, pesquisadora responsável por este estudo, esclareço que cumprirei as informações acima e que a participante terá acesso, se necessário, a assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios devido a sua participação nesse estudo; e que suas informações serão tratadas com confidencialidade e sigilo. O participante poderá sair do estudo quando quiser, sem qualquer penalização. Se tiver algum custo por participar da pesquisa, será ressarcida; e em caso de dano decorrente do estudo, terá direito a indenização, conforme decisões judiciais que possam suceder.

1.3 Consentimento da Participante de Pesquisa/Responsável legal:

Eu,, abaixo assinado, discuti com a pesquisadora Helen Cristina Dias da Silva Lemes sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de assistência, confidencialidade e esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é voluntária e isenta de despesas e que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício.

Anápolis, de de

Assinatura do(a) participante de pesquisa/Responsável legal

Data: ____/____/____

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Data: ____/____/____

Av. Juscelino Kubitschek, nº 146 - Bairro Jundiáí
Caixa Postal 459 Anápolis - GO
CEP: 75.110-390
Bloco II - 3º Andar
[\(62\) 3328-1128](tel:(62)3328-1128)

ANEXO 3 – COMITE DE ÉTICA

UEG - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: GÊNERO, IDENTIDADES E EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES ENGENHEIRAS

Pesquisador: HELEN CRISTINA DIAS DA SILVA LEMES

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 09700019.1.0000.8113

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Goiás

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.530.296

Apresentação do Projeto:

Título: GÊNERO, IDENTIDADES E EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES ENGENHEIRAS.

Autor: HELEN CRISTINA DIAS DA SILVA LEMES.

Resumo conforme a autora: "A presente pesquisa propõe-se a discutir a temática de gênero e identidades articulando-a com discussões referentes às experiências de engenheiras no espaço profissional e pessoal. Uma vez que é comum observar representações de gênero do tipo: "peão não respeita mulher em obra", "veio para arrumar casamento", "já pegou a engenharia toda", "mulher não serve para engenharia", "você é bonita demais nem precisa estudar". Tais afirmações estão fundamentadas em embargos e obrigações que persistem em ocupar o espaço que deveria ser de igualdade e educação. Diante disso, fazem-se necessários alguns questionamentos que dialogam muito com a proposta de Scott (1999), tais como: por que existem esses discursos? Por que as profissionais os aceitam? Quem os promove? Como esses significados se tornaram normativos, eclipsados ou desaparecidos? Esses processos revelam sobre como o poder é constituído e manejado? Assim, algumas dessas questões podem tratar-se dos tipos de representações relacionadas a gêneros femininos e masculinos nas sociedades, como um sistema de divisão do trabalho."

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99 - Bloco III - Térreo
Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO **CEP:** 75.132-903
UF: GO **Município:** ANAPOLIS
Telefone: (62)3328-1434 **E-mail:** cep@ueg.br

UEG - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 3.530.298

Objetivo da Pesquisa:

Objetivos apresentados conforme o autor:

Objetivo Primário: Investigar discursos explícitos ou implícitos de desigualdade de gênero relacionados à atuação profissional da engenheira, a fim de compreender como se dá o processo de construção da identidade profissional a partir das experiências relatadas.

Objetivo Secundário:

- Analisar os relatos de possíveis preconceitos, quanto ao gênero, sofridos pelas profissionais;
- Identificar de onde partem discursos discriminatórios de gênero contra as engenheiras e os possíveis impactos na vida profissional e pessoal delas;
- Identificar a percepção das engenheiras sobre a relação gênero e campo profissional e suas implicações.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e Benefícios apresentados conforme o autor.

Riscos: Os RISCOS eminentes são: tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário/entrevista; possibilidade de constrangimento ao responder o questionário e desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio. Com o intuito de MINIMIZAR OS RISCOS propomos para tanto: minimizar desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras; estar atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto; assegurar a confidencialidade e a privacidade, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de auto-estima, desprestígio e/ou econômico – financeiro.

Benefícios: Espera-se com essa pesquisa poder discutir parte da complexidade dos ambientes frequentados por essas profissionais e seus efeitos nas construções das identidades com base na marca de diferenciação do gênero. Entende-se que discutir a desigualdade entre os gêneros hoje na sociedade contemporânea é um importante desafio, sendo a linguagem, instrumento realizador de ações individuais e sociais e considerando o espaço acadêmico um dos relevantes ambientes para a manifestação de ações interacionais entre os indivíduos, propõe-se que o presente projeto de pesquisa investigue as desigualdades existentes no percurso profissional das professoras engenheiras a partir de suas narrativas e de que forma se dá a construção de suas identidades.

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99 ; Bloco III ; Térreo
 Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO CEP: 75.132-903
 UF: GO Município: ANAPOLIS
 Telefone: (62)3328-1434 E-mail: cep@ueg.br

UEG - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 5.530.298

Observa-se que esse assunto vem sendo discutido largamente, em especial no campo da Educação, da Linguística Aplicada, dentre outras áreas das Ciências Sociais. Nota-se também que a questão de gênero tem sido amplamente discutida pela comunidade científica e pela sociedade em geral.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Protocolo sem pendências.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados neste protocolo:

- Folha de rosto devidamente assinada e datada: consta;
- Termo de compromisso com a assinatura de todos os pesquisadores envolvidos: consta;
- PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO: consta;
- Cronograma dispendo de 60 dias para apreciação do CEP: consta;
- TCLE: consta;
- Termo de anuência: consta;
- Questionário como instrumento de coleta de dados: consta;
- Roteiro de como serão desenvolvidas as oficinas colaborativas: consta.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências relacionadas ao projeto intitulado: "Gênero, identidades e experiências das mulheres engenheiras" foram atendidas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UEG considera o presente protocolo APROVADO e que o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado e lembramos que a pesquisadora responsável deverá encaminhar o Relatório Final de acordo com o disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde. O modelo encontra-se disponível na página do CEP-UEG. O prazo para a entrega do relatório, via notificação na Plataforma Brasil, é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, previsto para janeiro de 2020.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1205575.pdf	01/07/2019 10:18:58		Aceito

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99 s/ Bloco III s/ Térreo
Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO CEP: 75.132-903
UF: GO Município: ANAPOLIS
Telefone: (62)3328-1434 E-mail: cep@ueg.br

UEG - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 3.530.298

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_reestruturado.doc	01/07/2019 10:17:16	HELEN CRISTINA DIAS DA SILVA LEMES	Aceito
Outros	Novas_respostas_cep.doc	01/07/2019 10:11:50	HELEN CRISTINA DIAS DA SILVA LEMES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_novo.doc	01/07/2019 10:09:45	HELEN CRISTINA DIAS DA SILVA LEMES	Aceito
Outros	questionario.doc	18/05/2019 10:35:49	HELEN CRISTINA DIAS DA SILVA LEMES	Aceito
Outros	Respostas_ao_cep.doc	18/05/2019 10:29:04	HELEN CRISTINA DIAS DA SILVA LEMES	Aceito
Outros	Termo_de_anuencia.pdf	18/04/2019 16:42:26	HELEN CRISTINA DIAS DA SILVA LEMES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_compromisso.pdf	13/03/2019 11:29:54	HELEN CRISTINA DIAS DA SILVA LEMES	Aceito
Folha de Rosto	Texto_teste.pdf	06/02/2019 18:55:10	HELEN CRISTINA DIAS DA SILVA LEMES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ANAPOLIS, 24 de Agosto de 2019

Assinado por:
Luciana de Souza Onde
(Coordenador(a))

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99 º Bloco III º Térreo
Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO CEP: 75.132-903
UF: GO Município: ANAPOLIS
Telefone: (62)3328-1434 E-mail: cep@ueg.br